

Volume Único

DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CONGONHAS – MG



CONGONHAS

Diagnóstico Social da Criança
e do Adolescente



DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CONGONHAS – MG

Volume Único



1ª Edição
Congonhas, 2019

DIAGNÓSTICO DO TRABALHO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CONGONHAS – MG

Volume Único

Idealização:



Realização



Apoio e financiamento



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Provenzano, Maria Helena

Diagnóstico do trabalho infantil do Município de Congonhas - MG / Maria Helena Provenzano, Fátima Mottin, Fabiana Caetano ; [coordenação] Ermelinda Maria Uber Januário. -- 1. ed. -- Joinville, SC : Paniel Instituto de Pesquisas, 2019.

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-93177-09-5

1. Direito da criança e do adolescente 2. Trabalho infantil - Aspectos sociais 3. Trabalho infantil - Brasil 4. Trabalho infantil - Município de Congonhas (MG) 5. Trabalho infantil - Obras de divulgação I. Mottin, Fátima. II. Caetano, Fabiana. III. Januário, Ermelinda Maria Uber. IV. Título.

19-29261

CDD-362.76098151

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Trabalho infantil do Município de Congonhas : Minas Gerais : Problemas sociais 362.76098151

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Equipe Painel Pesquisas e Consultoria

Coordenação Geral

Ermelinda Maria Uber Januário – Economista CORECON nº 2.556-9

Coordenação de Campo

Maria Helena Provenzano – Administradora CRA nº 27913 e Bacharel em Serviço Social

Análise Estatística

Fátima Mottin – Estatística CONRE nº 9013-A

Equipe Técnica

Fabiana Caetano – Advogada OAB/SC nº 54940 e Administradora CRA/SC nº 28080

Felipe de Avila – Sistemas de Informação

Marcelo Nunes Paolillo – Sistemas de Informação

Rodolfo Uber Januário – Sistemas de Informação

Revisão Textual e Ortográfica

Vanessa Cristina Leal Miranda

Apoio Administrativo

Diana Maria Garbin

Ian Casas

Identidade Visual

Gabriele Alexandra Teixeira – Designer Gráfico

Rafael Uber – Diretor de Arte e Diretor Cinematográfico (DRT n. 11048/48)

Município de Congonhas

José de Freitas Cordeiro

Prefeito Municipal de Congonhas – Gestão 2017/2020

Arnaldo da Silva Osório

Vice-Prefeito – Gestão 2017/2020

Comissão do TAC

Aline Roberta Santos Oliveira

Amilton Luis Fernandes Leite

Celina Egídio Costa

Elaine Marta Gonçalves Santos Barbosa

Eva Nilma Ribeiro Agrusa

Henrique Marani Furtado

Laila Cristina Ferreira

Leonardo Meijon Teixeira

Maria Aparecida Resende

Maria Cristina Dias de Melo

Marilu Soares Silva Santos

Priscila Jaqueline Zebral de Andrade

Ronaldo Rodrigues de Assunção

Conselheiros do CMDCA

Representantes governamentais

Celina Egídio Costa (Vice-Presidente)
Márcia Gonçalves Matosinhos

Laila Cristina Ferreira (1ª Secretária)
Maria Elízia Anunciação Silva

Márcia D'el Carmo Rodrigues
Andréa Christina Matosinhos Guedes

Maria Inês Dias Moreira
Magna Aparecida de Matos

Representantes da sociedade civil

Daniella Palomino Junqueira (Presidente)
Olívia Filomena Morais Lou

Daisy Cristina Clodomiro Oliveira
Maria José do Nascimento

Cleide da Silva Souza
Jayne Cristina Reis Braga

Marcelo Augusto Bastos
Angelita Luciana Azevedo Oliveira

Mariane Ribeiro

PREFÁCIO

O trabalho infantil é um problema que persiste no Brasil e precisa ser erradicado. Em Congonhas, de acordo com dados do Censo 2010, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), infelizmente ainda há crianças e adolescentes em situação de trabalho proibido, o que gera consequências negativas para seu futuro. Além de afastar os jovens da escola, a entrada precoce na atividade laboral impede seu desenvolvimento físico, mental e social.

O governo municipal está empenhado em combater esse problema que atinge crianças e adolescentes, promovendo ações de sensibilização para o tema junto à população e oferecendo diversos serviços que contribuem para a erradicação do trabalho infantil no Município, por meio de um trabalho estratégico e intersetorial.

Das 32 instituições de ensino da rede pública municipal, 30 funcionam em tempo integral, dando oportunidade às crianças e adolescentes de passarem mais tempo na escola e de estarem envolvidos com atividades pedagógicas. Organizações da sociedade civil também oferecem atividades artísticas e culturais, por meio do repasse de recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA).

Congonhas também tem uma infraestrutura qualificada de equipamentos esportivos, utilizados como ferramenta de inclusão social e formação cidadã. Nesse sentido, o projeto das Escolinhas de Esportes oferece atividades físicas aos jovens de 6 a 17 anos durante o contraturno escolar, tornando-se também um importante mecanismo de combate ao trabalho infantil.

Além disso, o Município conta com uma rede de proteção à criança e ao adolescente e um fluxo de atendimento a esses casos, que contempla o Conselho Tutelar e a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social (SEDAS), por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). No âmbito do poder público existe, ainda, a Coordenadoria de Políticas para Crianças e Adolescentes.

Com todo esse trabalho desenvolvido, o governo municipal busca um futuro melhor para nossas crianças e nossos adolescentes. A partir do Diagnóstico apresentado nas próximas páginas, será possível mapear, de forma assertiva, onde se encontram as situações de trabalho proibido e, assim, fortalecer as ações de prevenção e combate ao trabalho infantil. Mais do que ações de gestão pública, esse é um compromisso social.

José de Freitas Cordeiro – Prefeito de Congonhas

EPÍGRAFE

O Diagnóstico do Trabalho Infantil realizado no Município é um estudo com metodologia desenvolvida pela empresa Painei Pesquisas e Consultoria que oferece aos gestores públicos e sociedade civil, informações sobre a realidade na qual as crianças e os adolescentes residentes no Município estão inseridas.

Por meio dos resultados apresentados no Diagnóstico do Trabalho Infantil, será possível conhecer as realidades e quais as áreas do Município que merecem prioridade de atenção no processo de elaboração das políticas públicas. O relatório foi produzido em volume único dividido em partes distintas. Na Parte I será realizada uma introdução ao Diagnóstico e ao tema dos direitos da criança e do adolescente, com destaque ao direito à profissionalização e proteção no trabalho, e as notas metodológicas. Na Parte II é apresentado um breve histórico de Congonhas, seu perfil socioeconômico, o conceito de trabalho infantil, os dados estatísticos gerais de trabalho infantil obtidos de dados secundários e o mapeamento do SGDCA do Município. Na Parte III estão os resultados sobre trabalho infantil obtidos a partir da pesquisa de percepção realizada com crianças e adolescentes de 10 a 17 anos, analisados por situações regulares e irregulares, com destaque às categorias identificadas por tipo de trabalho, e às entrevistas individuais com a rede de atendimento. Na Parte IV estão inseridas as análises conclusivas com base no Programa PETI, as recomendações e considerações finais.

SIGLATÓRIO

CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONAETI	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CT	Conselho Tutelar
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MC	Ministério da Cidadania
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
ME	Ministério da Economia
MP	Ministério Público
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
MPT	Ministério Público do Trabalho
MS	Ministério de Saúde
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional Do Trabalho
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RDJ	Razão de Dependência Jovem
SADT	Serviço Auxiliar de Diagnóstico e Terapia
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SGDCA	Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SISLAB	Laboratório de Saúde Pública
SRTE	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego
SSP	Secretaria de Estado da Segurança Pública
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TJMG	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
TAC	Termo de Ajuste de Conduta

LISTA DE INDICADORES

Indicador 1: Tráfico de drogas 73

Indicador 2: Prostituição infantil 75

Indicador 3: Atividade doméstica 77

Indicador 4: Cuidar de crianças 81

Indicador 5: Coleta de materiais recicláveis 85

Indicador 6: Venda ou atendimento 89

Indicador 7: Lavação ou oficina de automóveis 93

Indicador 8: Trabalho rural..... 97

Indicador 9: Atividades manuais..... 101

Indicador 10: Atividades administrativas 105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População total	35
Tabela 2: Densidade domiciliar	35
Tabela 3: População da zona urbana e da zona rural do Município	36
Tabela 4: População na faixa etária de 0 a 17 anos	36
Tabela 5: População na faixa etária de 0 a 17 anos por classe de idade	37
Tabela 6: População na faixa etária de 0 a 17 anos por sexo	37
Tabela 7: Razão de Dependência Jovem – RDJ.....	38
Tabela 8: Adolescentes responsáveis por domicílios	38
Tabela 9: Renda <i>per capita</i> domiciliar de 1/8 até 1/4 de salários mínimos (SM).....	39
Tabela 10: Mapeamento da rede de atendimento do município de Congonhas.....	41
Tabela 11: Crianças e adolescentes ocupados na faixa etária de 10 a 17 anos	51
Tabela 12: Forma de contratação dos adolescentes de 14 a 17 anos ocupados	51
Tabela 13: Situação escolar das crianças e adolescentes que estavam ocupados.....	52
Tabela 14: Situação escolar das crianças e adolescentes que NÃO estavam ocupados.....	52
Tabela 15:: Faixa etária dos entrevistados.....	53
Tabela 16: Idade dos entrevistados.....	53
Tabela 17: Sexo dos entrevistados	53
Tabela 18: Região de referência da residência dos entrevistados	54
Tabela 19: Estado de origem dos entrevistados.....	54
Tabela 20: País de origem dos entrevistados	54
Tabela 21: Cor de pele dos entrevistados	54
Tabela 22: Religião dos entrevistados	55
Tabela 23: Participação dos entrevistados em grupos socializadores	55
Tabela 24: Conhecimento do ECA pelos entrevistados.....	55
Tabela 25: Motivo do desconhecimento do ECA pelos entrevistados	56
Tabela 26: Arranjos familiares dos entrevistados.....	56
Tabela 27: Grau de parentesco dos moradores que dividem domicílio com os entrevistados.....	56
Tabela 28: Grau de parentesco dos moradores responsáveis pelo sustento familiar dos entrevistados	57
Tabela 29: Grau de escolaridade dos entrevistados	57
Tabela 30: Entrevistados por situação escolar	58
Tabela 31: Período de frequência escolar.....	58

Tabela 32: Local que fica quando não está na escola.....	59
Tabela 33: Atividades realizadas pelos entrevistados quando não estão na escola	59
Tabela 34: Pessoa com quem os entrevistados costumam ficar quando não estão na escola.....	60
Tabela 35: Participação dos entrevistados em atividades de esporte, cultura ou lazer	60
Tabela 36: Tipos de atividades esportivas realizadas	61
Tabela 37: Justificativa de não realizar atividade esportiva	61
Tabela 38: Tipos de atividades culturais realizadas	62
Tabela 39: Justificativa de não realizar atividade cultural	62
Tabela 40: Tipos de atividades de lazer realizadas.....	63
Tabela 41: Justificativa de não realizar atividade de lazer	63
Tabela 42: Participação dos entrevistados em outros tipos de cursos e atividades.....	63
Tabela 43: Idiomas estudados pelos entrevistados que frequentam cursos de línguas	64
Tabela 44: Tipos de cursos técnicos realizados pelos entrevistados	64
Tabela 45: Justificativa de não realizar curso técnico	65
Tabela 46: Penetração da região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra	68
Tabela 47: Projeção das situações de trabalhos irregulares sobre o quantitativo populacional de 10 a 17 anos.....	69
Tabela 48: Sexo dos entrevistados em situação de trabalho irregular	70
Tabela 49: Sexo dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra	70
Tabela 50: Faixa etária dos entrevistados em situação de trabalho irregular.....	70
Tabela 51: Faixa etária dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra.....	70
Tabela 52: Idade dos entrevistados em situação de trabalho irregular	71
Tabela 53: Região de referência da residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular	71
Tabela 54: Região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra.	71
Tabela 55: Penetração da região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra	73
Tabela 56: Faixa etária dos entrevistados	74
Tabela 57: Sexo dos entrevistados.....	74
Tabela 58: Penetração da região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra	75
Tabela 59: Faixa etária dos entrevistados	76

Tabela 60: Sexo dos entrevistados	76
Tabela 61: Penetração da região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra.....	77
Tabela 62: Faixa etária dos entrevistados.....	78
Tabela 63: Sexo dos entrevistados	78
Tabela 64: Quantidade de dias da semana que os entrevistados realizam a atividade	78
Tabela 65: Quantidade de horas por dia que os entrevistados realizam a atividade.....	79
Tabela 66: Penetração da região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra.....	81
Tabela 67: Faixa etária dos entrevistados.....	82
Tabela 68: Sexo dos entrevistados	82
Tabela 69: Quantidade de dias da semana que os entrevistados realizam a atividade	82
Tabela 70: Quantidade de horas por dia que os entrevistados realizam a atividade.....	83
Tabela 71: Penetração da região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra.....	85
Tabela 72: Faixa etária dos entrevistados.....	86
Tabela 73: Sexo dos entrevistados	86
Tabela 74: Quantidade de dias da semana que os entrevistados realizam a atividade	86
Tabela 75: Quantidade de horas por dia que os entrevistados realizam a atividade.....	87
Tabela 76: Penetração de região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra.....	89
Tabela 77: Faixa etária dos entrevistados.....	90
Tabela 78: Sexo dos entrevistados	90
Tabela 79: Quantidade de dias da semana que os entrevistados realizam a atividade	90
Tabela 80: Quantidade de horas por dia que os entrevistados realizam a atividade.....	91
Tabela 81: Penetração da região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra.....	93
Tabela 82: Faixa etária dos entrevistados.....	94
Tabela 83: Sexo dos entrevistados	94
Tabela 84: Quantidade de dias na semana que os entrevistados realizam a atividade	94
Tabela 85: Quantidade de horas por dia que os entrevistados realizam a atividade.....	95
Tabela 86: Penetração da região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra.....	97

Tabela 87: Faixa etária dos entrevistados	98
Tabela 88: Sexo dos entrevistados.....	98
Tabela 89: Quantidade de dias na semana que os entrevistados realizam a atividade.....	98
Tabela 90: Quantidade de horas por dia que os entrevistados realizam a atividade	99
Tabela 91: Penetração da região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra	101
Tabela 92: Faixa etária dos entrevistados	102
Tabela 93: Sexo dos entrevistados.....	102
Tabela 94: Quantidade de dias da semana que os entrevistados realizam a atividade	102
Tabela 95: Quantidade de horas por dia que os entrevistados realizam a atividade	103
Tabela 96: Penetração de região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra	105
Tabela 97: Faixa etária dos entrevistados	106
Tabela 98: Sexo dos entrevistados.....	106
Tabela 99: Quantidade de dias na semana que os entrevistados realizam a atividade	106
Tabela 100: Quantidade de horas por dia que os entrevistados realizam a atividade	107
Tabela 101: Ilustração das atividades que mais se destacam nas regiões	109
Tabela 102: Matriz de correlação das incidência das atividades por região com indicadores da região	110
Tabela 103: Penetração da região de residência dos entrevistados em situação de trabalho regular na amostra	111
Tabela 104: Atividades realizadas pelos entrevistados que estão em situação regular de trabalho, conforme agrupamento dentro da situação.....	113
Tabela 105: Penetração da região de residência dos entrevistados que não trabalham.....	114
Tabela 106: Participação dos entrevistados no Programa Jovem Aprendiz.....	115
Tabela 107: Justificativa de não participação no Programa Jovem Aprendiz.....	115
Tabela 108: Tempo de participação no Programa Jovem aprendiz dos entrevistados que não estão mais no programa.....	115
Tabela 109: Justificativa dos entrevistados que não estão mais no Programa Jovem Aprendiz	116
Tabela 110: Setor em que os entrevistados trabalharam no Programa Jovem Aprendiz	116
Tabela 111: Nota que os entrevistados deram ao Programa Jovem Aprendiz	116
Tabela 112: Justificativa das notas 6 ou inferiores dadas ao Programa Jovem Aprendiz	116
Tabela 113: Entrevistados procurando emprego	117

Tabela 114: Entrevistados procurando emprego por faixa etária	117
Tabela 115: Motivo dos entrevistados não encontrarem emprego.....	117
Tabela 116: Motivo dos entrevistados não trabalharem ou não realizarem nenhuma atividade ..	118
Tabela 117: Motivo dos entrevistados que não trabalham ou não realizam nenhuma atividade estarem procurando emprego	118
Tabela 118: Justificativa dos entrevistados que não trabalham ou não realizam nenhuma atividade não conseguirem emprego	118
Tabela 119: Cruzamento entre a participação em atividades esportivas e a situação de trabalho	119
Tabela 120: Cruzamento entre a participação em atividades culturais e a situação de trabalho ...	119
Tabela 121: Entrevistados que realizam uma atividade e gostariam de realizar mais atividades...	120
Tabela 122: Entrevistados que NÃO realizam uma atividade e gostariam de realizar alguma atividade	120
Tabela 123: Período preferido pelos entrevistados para realizar uma atividade	120
Tabela 124: Esporte que gostaria de realizar, além do que já realiza	121
Tabela 125: Esporte que gostaria de realizar para os entrevistados que não realizam nenhum esporte	121
Tabela 126: Atividade cultural que gostaria de realizar, além do que já realiza.....	122
Tabela 127: Atividade cultural que gostaria de realizar para os entrevistados que não realizam nenhuma atividade cultural.....	122
Tabela 128: Gostaria de realizar algum curso?	123
Tabela 129: Curso que os entrevistados gostariam de fazer.....	123
Tabela 130: Situações irregulares de trabalho por região classificadas segundo critérios do PETI.	131

SUMÁRIO

PARTE I	21
1. APRESENTAÇÃO	21
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DIREITOS PRECONIZADOS PELO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM FOCO NO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO	22
3. NOTAS METODOLÓGICAS	26
3.1 DIVISÃO TERRITORIAL	26
3.2 IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO	28
3.3 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS	28
3.4 TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS	30
PARTE II	32
4. APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO	32
5. PERFIL SOCIOECONÔMICO	35
6. MAPEAMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	40
7. O CONCEITO DE TRABALHO INFANTIL	47
7.1 PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI)	48
8. DADOS GERAIS SOBRE O TRABALHO INFANTIL NO MUNICÍPIO	50
PARTE III	53
9. PERFIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENTREVISTADOS	53
10. SITUAÇÕES DE TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	66
10.1 MAPA SOCIAL DAS SITUAÇÕES DE TRABALHO IRREGULAR	68
10.1.1 INDICADORES DAS SITUAÇÕES DE TRABALHO IRREGULAR POR ATIVIDADE	72
10.1.2 MAPA DE CALOR DA INCIDÊNCIA DE TRABALHO IRREGULAR POR REGIÃO	109
10.1.1 MATRIZ DE CORRELAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE TRABALHO IRREGULAR	110
10.2 MAPA SOCIAL DAS SITUAÇÕES DE TRABALHO REGULARES	111
10.3 MAPA SOCIAL DOS ENTREVISTADOS QUE NÃO TRABALHAM	114
11. O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ	115
12. ADOLESCENTES À PROCURA DE EMPREGO	117
13. ATIVIDADES DE ESPORTE, CULTURA E OUTROS CURSOS <i>VERSUS</i> SITUAÇÃO DE TRABALHO	119
13.1 DEMANDAS POR ATIVIDADES E OFICINAS DE ESPORTE, CULTURA, LAZER E PROFISSIONALIZAÇÃO	120
14. ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE COM OS ATORES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	124
PARTE IV	131
15. ANÁLISE CONCLUSIVA DA PESQUISA DE PERCEPÇÃO NA PERSPECTIVA DO PETI	131
16. CONSIDERAÇÕES FINAIS	132

17.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135
18.	APÊNDICE 01.....	137
19.	APÊNDICE 02.....	139
20.	APÊNDICE 03.....	154

PARTE I

1. APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico do Trabalho Infantil de Congonhas é realizado pela primeira vez e representa um marco na efetivação dos direitos da criança e do adolescente no Município. Fruto de iniciativa do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, da Secretaria Municipal de Educação e do Ministério Público do Trabalho, tem como principal objetivo subsidiar as instâncias governamentais e não governamentais na formulação e execução assertivas das políticas públicas direcionadas para a infância e adolescência, como forma de aproximar o poder público e a sociedade civil da realidade social na qual elas estão inseridas.

Portanto, este projeto foi idealizado de modo que possa retratar o panorama situacional por território das crianças e adolescentes residentes em Congonhas, por meio da apresentação de indicadores sociais construídos e formatados a partir do resultado da pesquisa de percepção realizada com adolescentes, cuja compilação almeja identificar o número e o perfil dos adolescentes sujeitos às situações de trabalho infantil no Município, bem como os principais tipos de atividade e de trabalho.

Seu conteúdo foi elaborado a partir da coleta e análise de dados da pesquisa supramencionada, como também de informações secundárias sistematizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), das entrevistas realizadas com a rede de atendimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

Utilizou-se como norte construtivo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e demais instrumentos normativos vinculados ao tema, com destaque as Orientações Técnicas para o aperfeiçoamento da gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI (MDS, 2018), assim como foram precisamente seguidas às orientações contidas no Edital Tomada de Preço nº 003/2018.

Ademais, durante o projeto foram realizadas reuniões de planejamento e articulação, das quais participaram membros da Comissão de Acompanhamento da Painel Pesquisas e Consultoria e um corpo técnico especializado atuante no Município, conferindo à sua elaboração um caráter construtivo e integrativo na concepção e estruturação das diretrizes para sua execução e finalização.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DIREITOS PRECONIZADOS PELO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM FOCO NO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO

A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um marco no ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo por preocupar-se em assegurar direitos fundamentais e essenciais a todos e estabelecer mecanismos para garantir o cumprimento de tais direitos. No mesmo espírito de inovação, foram introduzidos ao corpo constitucional aspectos próprios do princípio da proteção integral e especial em relação às crianças e aos adolescentes, através do artigo 227, em que os reconhece como sujeitos de direito e como indivíduos em processo de formação, atribuindo como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar seus direitos, “além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

O próprio artigo 227 trata de reconhecer e ampliar o rol de direitos fundamentais já expressamente garantidos pelo artigo 5º da Constituição Federal, delineando de forma expressa os eixos de direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, posteriormente incorporados ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990.

Aprofundando-se na temática do direito à profissionalização e à proteção no trabalho, objeto de estudo deste volume, e observando os aspectos sociais e culturais, é possível constatar que o trabalho infantil faz parte da história do Brasil – com a exploração da mão de obra escravocrata indígena e africana – perpetuando-se com o surgimento da industrialização, em que crianças e adolescentes foram absorvidos pelo sistema fabril, com longas jornadas de trabalho, condições insalubres e perigosas, entre outras violações. Associados a estes aspectos, ainda há outros fatores que propiciam a entrada precoce no mercado de trabalho, como a mentalidade equivocada de que o trabalho prematuro previne a criminalidade, o uso de drogas ilícitas e garante um futuro profissional; a desigualdade de renda; o racismo estrutural e a imposição de papéis de gênero.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, mais de 3 milhões de crianças e adolescentes trabalham, sendo que mais de 1 milhão e 600 mil deles possuem menos de 16 anos. Percebe-se que atualmente o trabalho infantil se concentra em atividades de difícil fiscalização e apresenta-se principalmente em atividades informais, na agricultura familiar, no aliciamento pelo tráfico, em formas de exploração sexual, no trabalho doméstico, e em atividades produtivas familiares. Essas formas de trabalho são naturalizadas ou invisíveis, e muitas vezes não são notificadas na rede de atendimento, pois nem sequer são percebidas como trabalho infantil pela sociedade ou até mesmo por gestores públicos.

Perquirindo a legislação vigente, nota-se que a conquista histórica dos avanços jurídicos no que tange aos direitos das crianças e adolescentes representaram avanços no movimento de combate ao trabalho infantil, fundamentando políticas públicas em âmbito nacional para seu enfrentamento como é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

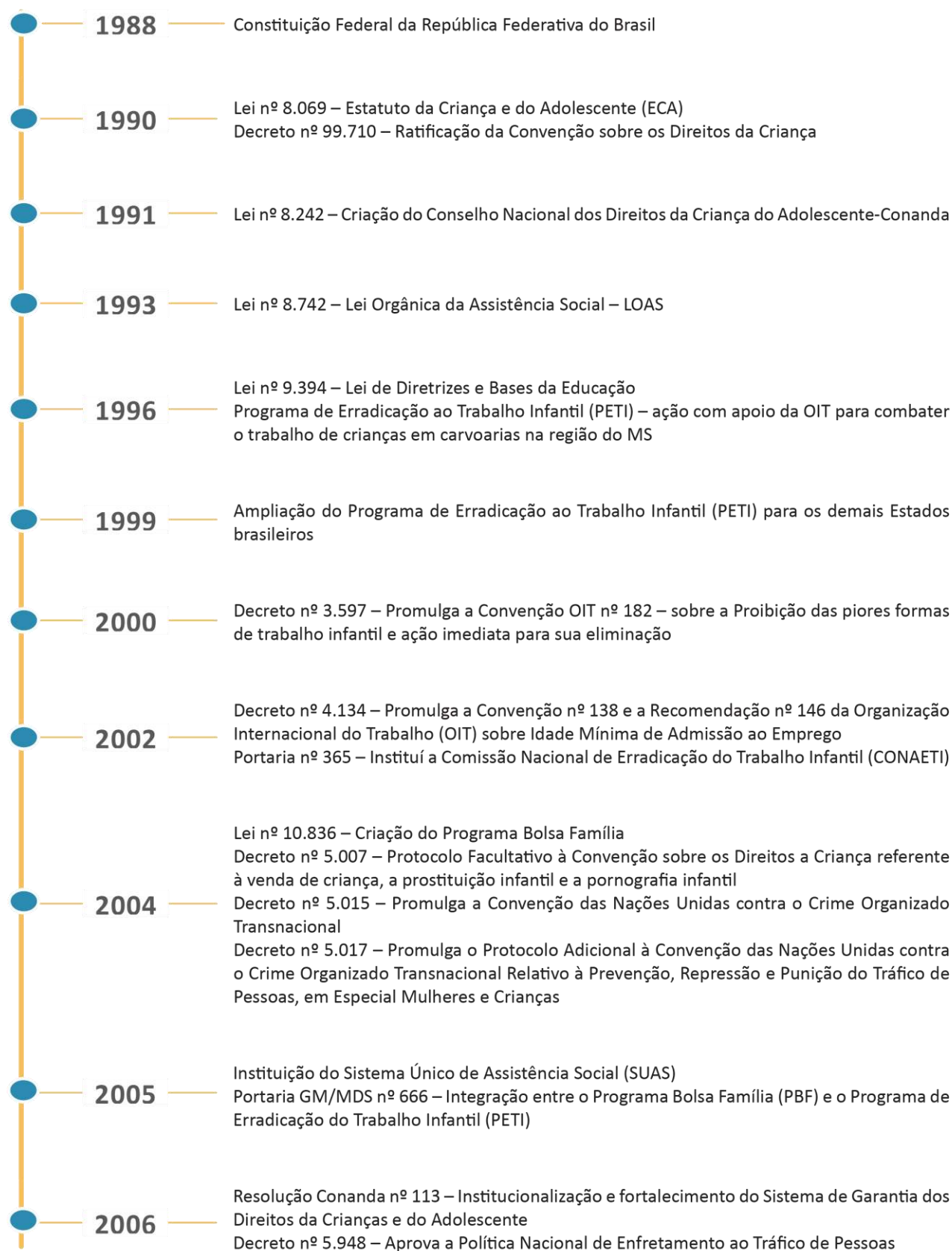
O Programa teve início em 1996, como uma ação do Governo Federal apoiada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), para combater o trabalho de crianças em carvoarias da região de Três Lagoas (MS), tendo sido ampliado progressivamente aos demais estados do País. A partir de então, foi progressivamente alcançando todos os estados do País e ganhando espaço nas políticas públicas da assistência social, principalmente com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a partir de 2005. O Programa foi redesenhado em 2014 e sua nova configuração está pautada na realização de ações estratégicas voltadas ao enfrentamento das novas configurações do trabalho infantil no Brasil, no fortalecimento do Programa e na qualificação e atuação da rede de proteção do SUAS.

Em 2015 as ações de combate e enfrentamento ao trabalho infantil são reforçadas pelo Governo Brasileiro, com a assinatura da Declaração “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, cujo teor estabelece os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, desdobrados em 169 metas, das quais destaca-se a 8.7, a seguir transcrita *in verbis*:

Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicação trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.

O alcance das metas contidas nos ODS é um grande desafio a ser enfrentado pelo Estado brasileiro, e exige esforço não só de todas as esferas de governo – federal, estadual e municipal – mas cooperação de toda a sociedade civil, da qual fazem parte empregadores, sistema de justiça e entidades fiscalizadores, instituições de ensino, dentre outras, para que o País consiga avançar no fortalecimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, a qual compreendem o fomento à educação e à participação em atividades culturais e esportivas, o atendimento e acompanhamento das famílias que necessitam do suporte à renda, a qualificação profissional, para que o jovem seja inserido no mercado de trabalho, na idade correta e em atividades de trabalho regulares, que cumpram os requisitos estabelecidos pela legislação.

Quadro 1: Linha do tempo na temática do trabalho infantil





3. NOTAS METODOLÓGICAS

O Diagnóstico do Trabalho Infantil de Congonhas foi produzido e disponibilizado pela Paineira Pesquisas e Consultoria em um único volume, cujo projeto de pesquisa foi estruturado e organizado com base nas seguintes etapas:

- ✓ Definição do território
- ✓ Identificação da rede de atendimento
- ✓ Coleta e tratamento de dados
- ✓ Análises estatísticas e apresentação do relatório final

Assim, nos próximos itens serão apresentadas as notas metodológicas, considerando a divisão territorial, o período de referência, e demais informações pertinentes à coleta, padronização, análise e apresentação dos dados.

3.1 DIVISÃO TERRITORIAL

A definição do território compreende a primeira e uma das mais importantes etapas do projeto, porque sua organização correta é determinante para apresentar os resultados estatísticos por regiões com características diferentes entre si.

Ressalta-se que um diagnóstico sério, conciso e capaz de produzir resultados transformativos para o subsídio do direcionamento assertivo de políticas públicas requer uma metodologia de execução que contemple a territorialização pautada na realidade social do município, já que as apresentações de dados obtidos apenas pela média municipal mascaram as diferenças sociais e econômicas que existem entre os bairros e áreas rurais, limitando e engessando as ações do poder público.

Ainda, considerando que a principal fonte para estudos e pesquisas do Brasil é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão público responsável pela gestão de geociências, estatísticas sociais, demográficas e econômicas do país, cuja sistematização e divulgação de seus dados oficiais é organizada por setor censitário¹, a divisão territorial de Congonhas foi estruturada a partir dos bairros e comunidades do Município, respeitando a delimitação geográfica dos setores censitários do IBGE.

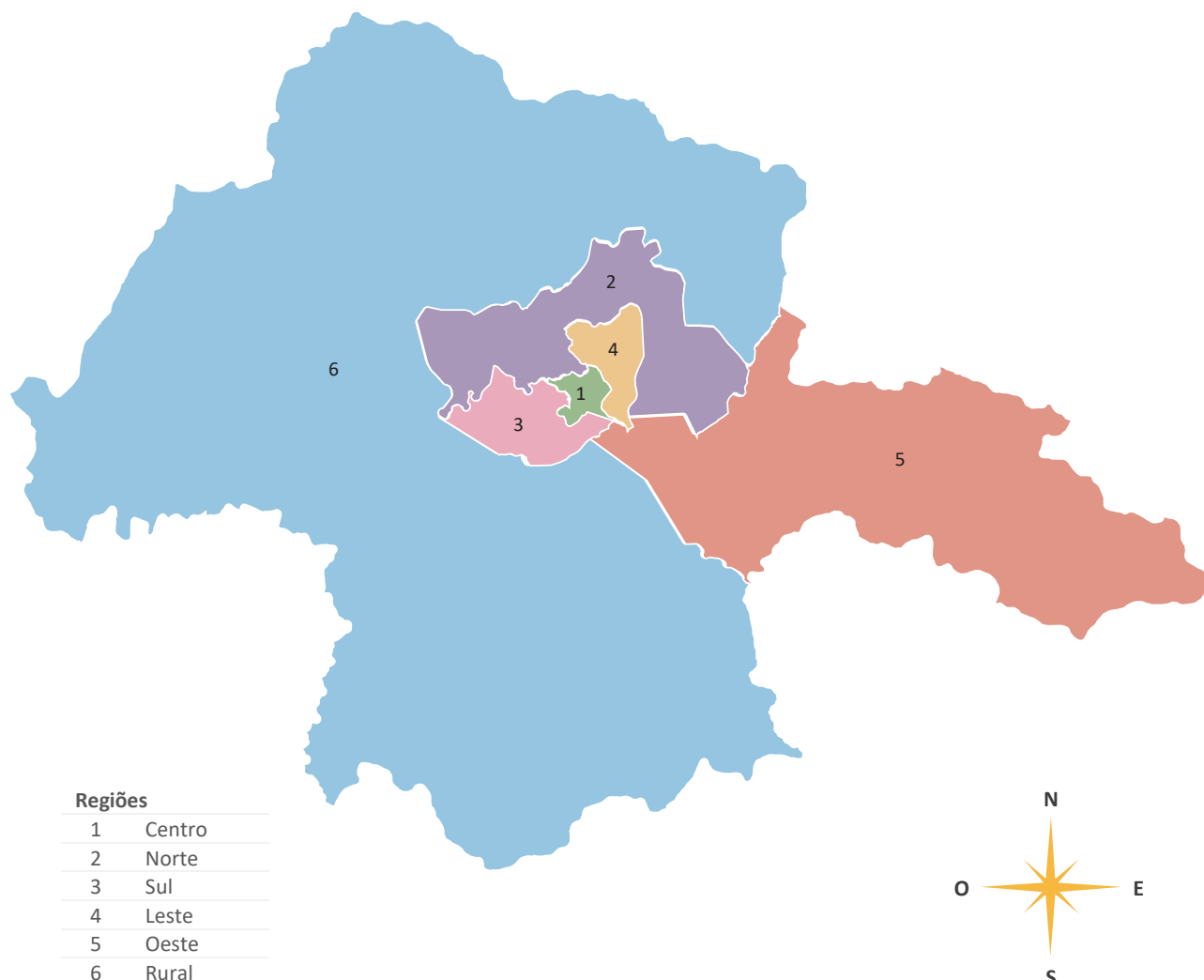
Com o auxílio da Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico e técnicos da Secretaria de Planejamento do município de Congonhas, a divisão territorial para fins do Diagnóstico, resultou em seis regiões geográficas com perfil socioeconômico mais homogêneo entre si e que estão representadas no quadro a seguir.

¹ Setor Censitário é unidade territorial de coleta das operações censitárias, definido pelo IBGE, com limites físicos identificados, em áreas contínuas e respeitando a divisão político-administrativa do Brasil (IBGE, 2019).

Quadro 2: Classificação das regiões de Congonhas.

Legenda	Região Geográfica	Bairro ou Localidade	Código do Setor Censitário do IBGE
1	Centro	Centro, Ideal, Matriz, Lamartine, Vila Andreza, Vila Glicéria	311800705000001 311800705000003 311800705000004 311800705000005 311800705000006 311800705000007 311800705000031 311800705000044 311800705000046
2	Norte	Consolação, Eldorado, Grand Park, Primavera, Residencial Casa de Pedra, Campinho, Novo Campinho, Campo das Flores, Nova Cidade, Parque das Cachoeiras, Praia, Nova Plataforma, Rosa Eulália	311800705000002 311800705000011 311800705000017 311800705000018 311800705000020 311800705000021 311800705000022 311800705000023 311800705000024 311800705000027 311800705000028 311800705000029 311800705000030 311800705000045 311800705000048
3	Sul	Belvedere, Novo Belvedere, Boa Vista, Contemplação da Boa Vista, Vila São Vicente, Ipiranga, Jardim Profeta, Santa Mônica, Santa Vitória, Vila Condé, Umbelina, Vila Nereu, Vila Zé Arigó	311800705000035 311800705000036 311800710000002 311800715000001 311800715000002 311800715000003 311800715000004 311800715000005
4	Leste	Alvorada, Cinquentenário, Dom Silvério, Rosário, Tijucal, Jardim Vila Andreza, Novo Rosário, Vila Ricardo Mediolli, Residencial Tancredo Neves	311800705000025 311800705000026 311800705000032 311800705000033 311800705000034
5	Oeste	Basílica, Bom Jesus, Pascoal Vartuli, Alto do Cruzeiro, São Domingos, Barro Preto, Cristo Rei, Complementação Cristo Rei, Dom Oscar, Fonte dos Moinhos, Lucas Teixeira Monteiro, Residencial Gualter Pereira Monteiro, Residencial Vila Rica	311800705000008 311800705000009 311800705000010 311800705000012 311800705000013 311800705000014 311800705000015 311800705000016 311800705000019 311800705000037
6	Rural	Barnabé, Cidade Jardim, Joaquim Murtinho, Leopoldina Barbosa, Lobo Leite, Jardim Paris, Parque Londres, Pires, São Luiz, Vila Cardoso, Vila José Marques, Alto Maranhão, Esmeril, Pequeri, Santa Quitéria, São Bento, Vila Bella, Monjolos	311800705000038 311800705000039 311800705000040 311800705000041 311800705000042 311800705000043 311800705000047 311800705000049 311800710000001 311800710000003 311800710000004 311800710000005 311800710000006 311800710000007 311800710000008 311800710000009 311800710000010 311800710000011 311800710000012

Mapa 1 – Divisão territorial das regiões de Congonhas



3.2 IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO

Nesta etapa foi realizado, em conjunto com a Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico, o mapeamento de toda a rede que presta atendimento à criança e ao adolescente no Município, incluindo os programas e projetos existentes nas Secretarias Municipais, e demais instituições governamentais ou não governamentais. É por meio do mapeamento da rede que foram selecionados os atores para as entrevistas individuais, a ser apresentado detalhadamente no Item 14.

3.3 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Para a construção deste Diagnóstico foram coletados dados secundários² e dados das pesquisas de percepção quantitativas e qualitativas, conforme apresentado no Quadro 3.

² dados secundários compreendem informações já coletadas, organizadas, sistematizadas e disponibilizadas por órgãos e entidades oficiais, como o IBGE, DATASUS, entre outros.

Quadro 3: Catalogação dos dados utilizados

Pesquisa documental de dados secundários	<i>Censo demográfico 2010 (IBGE) – Microdados e Agregados</i>
	<i>RAIS e CAGED – Ministério da Economia</i>
Pesquisas de Percepção	<i>Pesquisa quantitativa, por meio de entrevistas individuais, com adolescentes (de 10 a 17 anos) residentes no Município</i>
	<i>Pesquisa qualitativa por meio de entrevistas em profundidade individuais com atores da rede e do SGDCA</i>

As pesquisas de percepção quantitativas compreendem dados coletados pela Paine! Pesquisas e Consultoria a partir de uma metodologia quantitativa para investigar o número e o perfil das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.

Tal pesquisa abordou crianças e adolescentes residentes no Município, na faixa etária entre 10 e 17 anos, para uma entrevista individual realizada com base em um questionário (Apêndice 02) estruturado por faixas etárias, criteriosamente elaborado pela equipe técnica da Paine! em conjunto com a comissão municipal de acompanhamento do projeto, fundamentado no Caderno de Orientações Técnicas para aperfeiçoamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Nele foram inseridas perguntas abertas e fechadas, que pudessem caracterizar o perfil socioeconômico e familiar dos entrevistados, todavia o foco principal foram perguntas destinadas a identificar situações regulares de trabalho, bem como atividades que pudessem vir a caracterizar trabalho infantil.

O plano amostral da pesquisa foi por amostragem aleatória estratificada por região territorial apresentada no subitem 3.1, conforme informações abaixo:

Quadro 4: Plano Amostral

Pesquisa	Descrição
Método	Quantitativo
Universo	10 a 17 anos residentes
Unidade amostral	Pessoa com idade 10 a 17 anos
Amostragem	Aleatória
Estratificação	Região e idade
Tamanho da amostra	1.081
Erro	2,7%
Confiança	95%

Fonte: Paine! Instituto de Pesquisas, 2019.

As entrevistas foram realizadas durante o mês de junho de 2019, de segunda a sábado, em escolas e locais públicos, sempre respeitando o número amostral, aplicadas por pesquisadores devidamente identificados e treinados para manter postura acolhedora de imparcialidade, neutralidade, observando os

princípios de confidencialidade e sigilosidade, e atentando-se para que os entrevistados estivessem sozinhos, de modo que pudessem sentir-se à vontade em responder as perguntas.

Evidencia-se que previamente na análise foram realizados procedimentos de tratamento, padronização para correção dos dados coletados como registros incompletos, duplicados, com erros de digitação ou de qualquer outro tipo de inconsistência que pudessem comprometer a qualidade das bases de dados.

Sua formatação e padronização foi realizada a partir da expertise de trabalho desenvolvida pela Painel, por meio da criação de categorias de agrupamento da informação, fundamentadas a partir dos instrumentos normativos que norteiam a temática do trabalho infantil, sobretudo o PETI, assim como foram seguidos os critérios definidos pela Comissão de Acompanhamento, que serão oportunamente apresentados.

3.4 TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Todos os dados coletados foram levantados, tratados e mensurados a partir de técnicas estatísticas cuja apresentação será realizada por meio de indicadores sociais e análises descritivas, em conjunto com tabelas, gráficos e infográficos, de modo a facilitar a sua visualização e compreensão, com objetivo de traduzir, quantificar e mensurar em números os aspectos da realidade social do Município.

Os indicadores serão apresentados em percentuais ou em taxas por habitantes, sendo que em alguns casos o cálculo foi realizado a partir de mil e em outros a partir de cem mil habitantes, conforme será demonstrado em cada indicador. Ressalta-se que o cálculo é proporcional à população residente na região, o que permite equalizar as regiões independentemente do número de casos, pois estes são analisados proporcionalmente ao total da população residente.

A classificação dos indicadores será apresentada com base no método *Quartil*³, o qual divide e ordena os indicadores em quatro partes iguais, conforme Quadro 5.

Todavia, para fins didáticos e de apresentação, o segundo e terceiro quartil foram agrupados, em virtude do baixo número de regiões territoriais em que o Município foi dividido (seis). Tal divisão faz com que logicamente sejam identificados apenas os extremos – os 25% que representam as regiões com os menores indicadores (primeiro quartil) e os 25% que representam as regiões com os maiores indicadores (quarto quartil) – deixando os outros 50% dos indicadores (segundo e terceiro quartil) a serem apresentados em torno da mediana.

3 TRIOLA, MARIO FERREIRA. Introdução à Estatística. 7ª Edição. 1999 – Versão traduzida para a língua portuguesa.

Quadro 5: Ilustração do método *Quartil*.

Primeiro <i>Quartil</i>	Segundo e Terceiro <i>Quartil</i>	Quarto <i>Quartil</i>
É o valor até ao qual se encontra 25% da amostra ordenada	É o valor até ao qual se encontra 50% da amostra ordenada	É o valor até ao qual se encontra 80% da amostra ordenada
Baixo Indicadores na extremidade inferior à mediana Dos 25% menores	Médio Indicadores em torno da mediana Dos 25% até os 75%	Alto Indicadores na extremidade superior à mediana Dos 75% maiores

Também foi apresentado o cálculo que mostra a diferença proporcional entre o menor e o maior indicador, com objetivo de evidenciar o intervalo entre o menor e o maior indicador. Ressalta-se que para o cálculo da diferença serão desprezados os indicadores iguais a 0 (zero), sendo, portanto considerado como menor indicador aquele que apresentar o menor número diferente de 0 (zero).

$$\frac{\text{Maior indicador} - \text{Menor indicador}}{\text{Menor indicador}} = \text{Diferença}^4$$

4 Caso o menor indicador seja igual a “zero”, o valor da diferença assumo o valor do maior indicador.

PARTE II

4. APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO

Congonhas está localizada a 78 km de Belo Horizonte, sua área total é de 304.067 km², situa-se na Macrorregião de Planejamento I de Minas Gerais, denominada Central, segundo a nova regionalização adotada no Estado a partir de 1995. Tal área é formada por 13 microrregiões, localizando o Município na Microrregião de Conselheiro Lafaiete, constituída por 12 municípios.

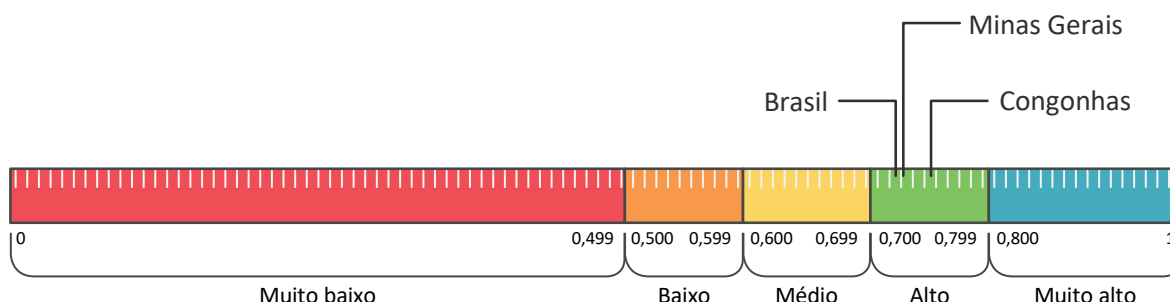
Figura 1: Localização



Conforme dados do IBGE 2010, Congonhas tem aproximadamente 48.519 habitantes e densidade demográfica de 159,57 hab./km². Ocupa 69ª posição estadual em relação ao Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (FIRJAN 2016)⁵, tendo como score 0.77 pontos, destacando-se pelo alto desenvolvimento nas áreas de saúde e educação.

Também apresenta um alto Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁶, na faixa de 0,700 e 0,799, assumindo o valor em 2010 de 0,753. A dimensão que mais contribui para o IDHM do Município é Longevidade, com índice de 0,877, seguida da Renda, com índice de 0,732, e da Educação, com índice de 0,665.

Quadro 6: Faixas do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal



⁵ Para mais informações acesse: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>

⁶ Para mais informações acesse: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/congonhas_mg

Nomeada inicialmente como Freguesia de Congonhas, apresenta controvérsias em relação ao período de sua criação. Xavier da Veiga citado por Alvará Régio estabelece a data de 03 de abril de 1745, entretanto, Cônego Trindade menciona o ano de 1734, e segundo ele, a Freguesia foi elevada à condição de colativa por Alvará expedido em 06 de novembro de 1749. O livro de Lotação das Freguesias do Arquivo Eclesiástico de Mariana registra informação mais detalhada e confiável: “Foi erigida por ordem de Sua Majestade em 1734 e depois, pelo Ordinário, em curato e, pelo Alvará de 13 de abril de 1745, foi mandada declarar natureza colativa, em lugar da Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão do Carmo que, pela sua elevação à Cabeça da Diocese, passou a ser curato amovível a arbítrio do Prelado”.

A Lei Estadual nº 336, de 27 de dezembro de 1948, simplificou a denominação do Município, reduzindo-a para Congonhas, sem consulta prévia à população. O nome da cidade de Congonhas deve-se ao fato de existir em seus campos, a planta congonha, um arbusto medicinal e ornamental.

Em 31 de agosto de 2003, houve uma tentativa de restaurar, através de plebiscito, o nome histórico “Congonhas do Campo”, nome pelo qual o Município é conhecido além de suas fronteiras. Porém, a maior parte dos eleitores optou pelo nome de Congonhas.

A Congonha é uma variedade de erva mate, da família das aquifoliáceas. Os índios guaranis foram os primeiros a usarem as folhas e as cascas desta árvore como planta medicinal. Os jesuítas divulgaram o seu uso sob a forma de chá, como substituto do chá da Índia. É usado no Brasil, principalmente nos estados do Sul e nos países sul-americanos, sob forma de mate queimado ou chimarrão. Ainda hoje, o chá da folha da congonha é consumido pelos habitantes da região. Segundo a crença popular, além de saboroso, o chá é anti-inflamatório, diurético, calmante e ótimo tônico para o coração.

A principal atração e cartão-postal de Congonhas é a Basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, que constitui um dos mais famosos e belos conjuntos arquitetônicos do Brasil, em cima de uma colina com seus 12 profetas esculpidos em pedra-sabão. O autor desses tesouros da arte barroca foi Aleijadinho, entre 1800 e 1805.

Figura 2: Basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinhos



Além da basílica com as 12 esculturas de pedra, o complexo incorpora ainda seis capelas que representam os Passos da Paixão de Cristo. No total são 78 esculturas em tamanho natural, os 12 profetas confeccionados em pedra-sabão e as 64 esculpidas em cedro, formando um excepcional conjunto de obras de arte. Esse conjunto monumental foi tombado pela Unesco como Patrimônio da Humanidade em 1985.

Cercado por uma natureza exuberante e banhado pela cachoeira de Santo Antônio, o Parque Ecológico da Cachoeira, de Congonhas, oferece uma estrutura completa de esporte, lazer e entretenimento para congonhenses e turistas. Além de piscinas para adultos e crianças, o espaço conta com quadras poliesportivas, campo de futebol, área de churrasco, camping, lanchonete e estacionamento.

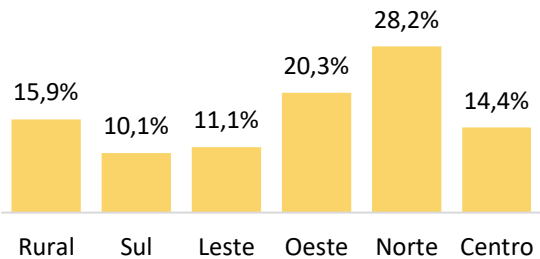
5. PERFIL SOCIOECONÔMICO

Em 2010 o Município tinha um total de 48.519 habitantes, e segundo estimativas do IBGE, cresceu 11,7% até 2018, atingindo uma população total de 54.196 habitantes.

Tabela 1: População total

Região	População	
	2010	(%)
1 Centro	7.006	14,4%
2 Norte	13.683	28,2%
3 Oeste	9.855	20,3%
4 Leste	5.393	11,1%
5 Sul	4.888	10,1%
6 Rural	7.694	15,9%
Congonhas	48.519	100%

Fonte: IBGE, 2010.

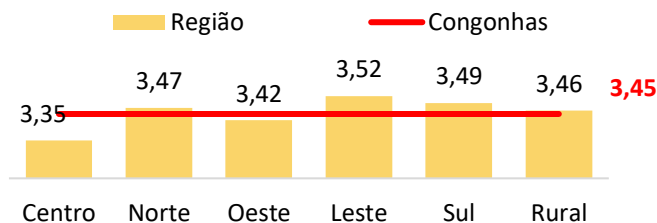


A densidade domiciliar média municipal é de 3,45 moradores por domicílio, número um pouco acima da média do país e do Estado, com variação entre as regiões, de 3,35 (Centro) e 3,52 (região Norte, Sul e Rural).

Tabela 2: Densidade domiciliar

Região	Domicílios	
	Total	Densidade
1 Centro	2.094	3,35
2 Norte	3.942	3,47
3 Oeste	2.878	3,42
4 Leste	1.533	3,52
5 Sul	1.400	3,49
6 Rural	2.223	3,46
Congonhas	14.070	3,45

Fonte: IBGE, 2010.



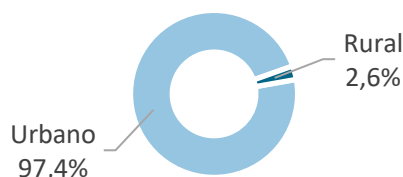
Densidade domiciliar	
Brasil	3,3
Minas Gerais	3,3

A população residente na zona rural representa apenas 2,6% do total da população do Município, número este abaixo da média nacional e estadual.

Tabela 3: População da zona urbana e da zona rural do Município

	Região	Total	(%)
1	Urbano	47.236	97,4%
2	Rural	1.283	2,6%
	Congonhas	48.519	100,0%

Fonte: IBGE, 2010.



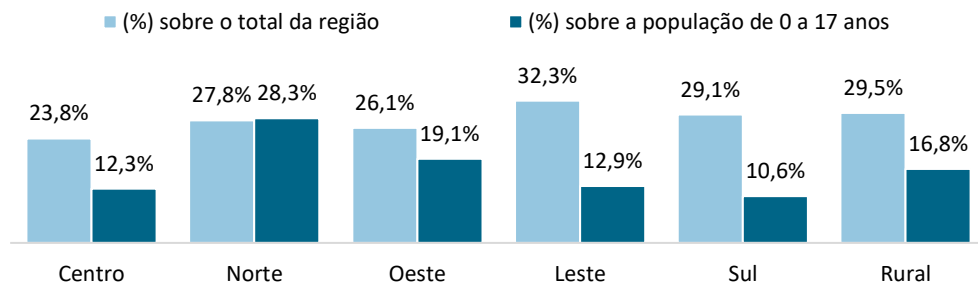
População zona rural	
Brasil	15,6%
Minas Gerais	14,7%

A população de 0 a 17 anos é de 13.482 habitantes, o que representa 27,8% da população total do Município. Em relação à população desta faixa etária, destaca-se a região Norte como a mais populosa, com 28,3%. No entanto, quando comparado com o total da população por região, a maior concentração, 32,3%, está na região Leste.

Tabela 4: População na faixa etária de 0 a 17 anos

Região	Total da população	De 0 a 17 anos		
		Total	(%) sobre a pop. de 0 a 17	(%) sobre o total da região
1 Centro	7.006	1.664	12,3%	23,8%
2 Norte	13.683	3.810	28,3%	27,8%
3 Oeste	9.855	2.572	19,1%	26,1%
4 Leste	5.393	1.743	12,9%	32,3%
5 Sul	4.888	1.424	10,6%	29,1%
6 Rural	7.694	2.269	16,8%	29,5%
Congonhas	48.519	13.482	100,0%	27,8%

Fonte: IBGE, 2010.



População na faixa etária de 0 a 17 anos	
Brasil	29,5%
Minas Gerais	27,7%

A Tabela 5 representa a proporção de crianças e adolescentes por faixa etária em relação ao total da população de 0 a 17 anos residente no Município, com destaque de maior concentração na região Norte para as três classes de idade, com respectivamente 8,4%, 9,0% e 10,8%.

Tabela 5: População na faixa etária de 0 a 17 anos por classe de idade

Região	População de 0 a 17 anos	De 0 a 5 anos		De 6 a 11 anos		De 12 a 17 anos	
		Total	%	Total	%	Total	%
1 Centro	1.664	435	3,2%	526	3,9%	703	5,2%
2 Norte	3.810	1.136	8,4%	1.213	9,0%	1.461	10,8%
3 Oeste	2.572	719	5,3%	860	6,4%	993	7,4%
4 Leste	1.743	515	3,8%	610	4,5%	618	4,6%
5 Sul	1.424	444	3,3%	450	3,3%	530	3,9%
6 Rural	2.269	706	5,2%	717	5,3%	846	6,3%
Congonhas	13.482	3.955	29,3%	4.376	32,5%	5.151	38,2%

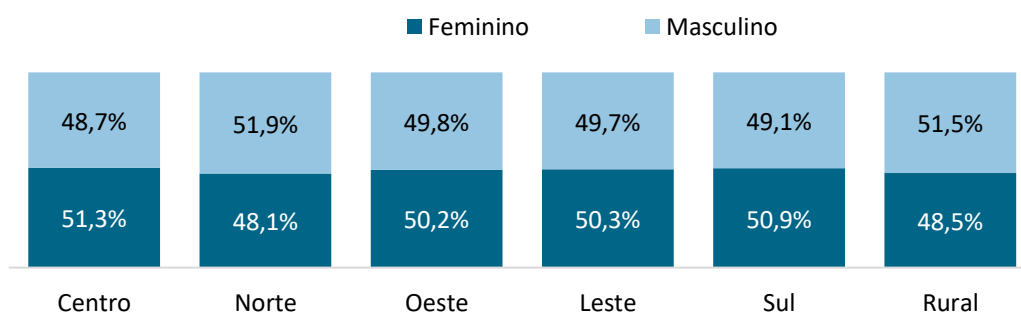
Fonte: IBGE, 2010.

Em relação ao perfil de crianças e adolescentes, observa-se a predominância do sexo masculino com 50,5%, enquanto a do sexo feminino é de 49,5%.

Tabela 6: População na faixa etária de 0 a 17 anos por sexo

Região	Feminino		Masculino		População de 0 a 17 anos
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
1 Centro	854	51,3%	810	48,7%	1.664
2 Norte	1.831	48,1%	1.979	51,9%	3.810
3 Oeste	1.290	50,2%	1.282	49,8%	2.572
4 Leste	876	50,3%	867	49,7%	1.743
5 Sul	725	50,9%	699	49,1%	1.424
6 Rural	1.101	48,5%	1.168	51,5%	2.269
Congonhas	6.677	49,5%	6.805	50,5%	13.482

Fonte: IBGE, 2010.

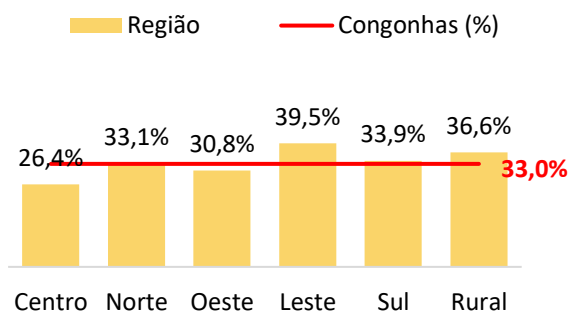


A Razão de Dependência Jovem – indicador que mede a razão entre a população ativa, de 15 a 59 anos, sobre a população inativa, de 0 a 14 anos – mostra que a região Leste tem, proporcionalmente, muito mais população inativa a ser sustentada pela população ativa, com 39,5%, enquanto que a média do Município é de 33%.

Tabela 7: Razão de Dependência Jovem – RDJ

Região	de 0 a 14 anos	de 15 a 59 anos	RDJ (%)
1 Centro	1.289	4.880	26,4%
2 Norte	3.078	9.294	33,1%
3 Oeste	2.068	6.721	30,8%
4 Leste	1.416	3.587	39,5%
5 Sul	1.140	3.359	33,9%
6 Rural	1.858	5.080	36,6%
Congonhas	10.849	32.921	33,0%

Fonte: IBGE, 2010.



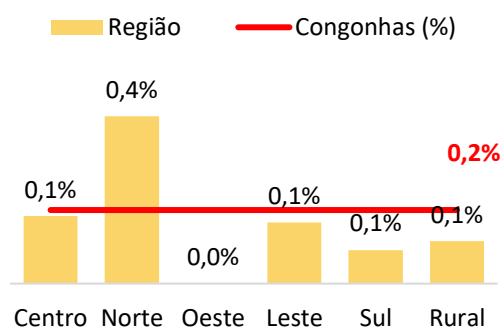
RDJ	
Brasil	37,0%
Minas Gerais	34,1%

Do total de 14.074 domicílios no Município, apenas 22 deles têm adolescentes como responsáveis, o que corresponde a 0,2%, cujo maior percentual está na região Norte (0,4%).

Tabela 8: Adolescentes responsáveis por domicílios

Região	Responsáveis		
	Total de domicílios	Adolescentes	Região (%)
1 Centro	2.095	3	0,1%
2 Norte	3.943	14	0,4%
3 Oeste	2.879	0	0,0%
4 Leste	1.533	2	0,1%
5 Sul	1.401	1	0,1%
6 Rural	2.223	2	0,1%
Congonhas	14.074	22	0,2%

Fonte: IBGE, 2010.



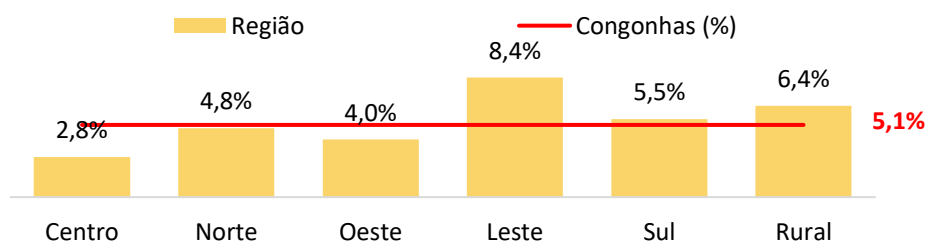
Adolescentes responsáveis	
Brasil	0,7%
Minas Gerais	0,5%

Em relação ao perfil socioeconômico, observa-se que a média municipal de domicílios com renda *per capita* domiciliar inferior a 1/4 do salário mínimo é de 5,1%, com destaque a região Leste, em que este percentual chega a 8,4% dos domicílios, região esta que também teve maior percentual na razão de dependência jovem.

Tabela 9: Renda *per capita* domiciliar de 1/8 até 1/4 de salários mínimos (SM)

Região	Até 1/4 (R\$ 63,76 a R\$ 127,50)		De 1/4 a 1/2 (R\$ 127,51 a R\$ 255,00)		Mais de 1/2 (Mais de R\$ 255,01)		Total de domicílios*
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
1 Centro	57	2,8%	225	11,1%	1.754	86,1%	2.036
2 Norte	187	4,8%	581	15,0%	3.107	80,2%	3.875
3 Oeste	114	4,0%	379	13,4%	2.338	82,6%	2.831
4 Leste	122	8,4%	330	22,6%	1.005	69,0%	1.457
5 Sul	75	5,5%	214	15,6%	1.085	79,0%	1.374
6 Rural	140	6,4%	502	23,0%	1.544	70,6%	2.186
Congonhas	695	5,1%	2.231	16,2%	10.833	78,7%	13.759

Fonte: IBGE, 2010.



Renda <i>per capita</i> domiciliar de 1/8 até 1/4 (SM)	
Brasil	10,9%
Minas Gerais	8,1%

6. MAPEAMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Como fundamento normativo legal, o mapeamento da rede de atendimento observou os preceitos contidos na Resolução 113/2016 do CONANDA, quanto à sua classificação, pois de acordo com diretrizes de tal Resolução, os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil que integram o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) devem exercer suas competências e atribuições sistêmicas a partir de três eixos estratégicos de ação – da defesa, do controle e da promoção – conforme conceituação abaixo:

- ✓ **DEFESA:** são os órgãos públicos judiciais; ministério público, especialmente as promotorias de justiça, as procuradorias gerais de justiça; defensorias públicas; advocacia geral da união e as procuradorias gerais dos estados; polícias; conselhos tutelares; ouvidorias e entidades de defesa de direitos humanos incumbidas de prestar proteção jurídico-social;
- ✓ **PROMOÇÃO:** são considerados todos os atores envolvidos na execução de serviços e programas de políticas públicas vinculados aos direitos humanos de crianças e adolescentes por meio de três frentes de atuação: as voltadas para as políticas sociais, afetos aos fins da política de atendimento; as de execução de medidas de proteção de direitos humanos; e as de execução de medidas socioeducativas e assemelhadas;
- ✓ **CONTROLE:** realizado por meio de instâncias públicas colegiadas, através dos conselhos de direitos setoriais de formulação e controle de políticas públicas com a participação da sociedade civil, através das suas organizações e articulações representativas como fóruns e movimentos sociais.

Quadro 7: Classificação da rede de atendimento.

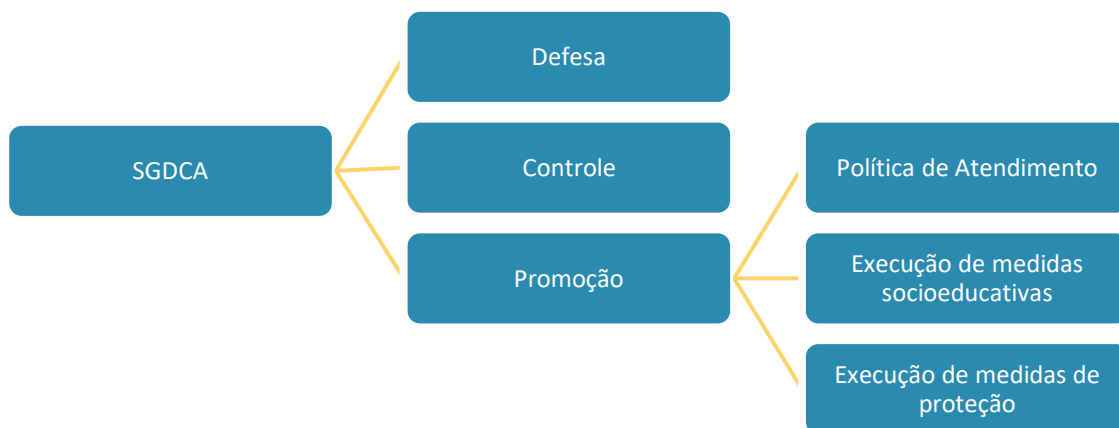


Tabela 10: Mapeamento da rede de atendimento do município de Congonhas

Instituição, Órgão ou Entidade	Quant.	(%)
Defesa	6	5,0%
Conselho Tutelar	1	1,6%
Ministério Público de Minas Gerais	1	16,7%
1ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude	1	100,0%
Tribunal de Justiça de Minas Gerais	2	33,3%
2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e Juventude	1	50,0%
Serviço Social Forense	1	50,0%
Secretaria de Estado de Segurança Pública	1	16,7%
Unidades da Polícia Civil	1	100,0%
Justiça do Trabalho	1	16,7%
Vara do Trabalho de Congonhas	1	100,0%
Promoção	106	87,6%
Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social	5	4,7%
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	3	60,0%
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	1	20,0%
Unidade de Acolhimento Institucional	1	20,0%
Secretaria Municipal de Educação	64	60,4%
Instituições especializadas de Educação Especial	1	1,6%
Unidades Educacionais	63	98,4%
Secretaria Municipal de Cultura	0	0,0%
Espaços culturais*	0	0,0%
Instituições não governamentais*	0	0,0%
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	0	0,0%
Instalações esportivas*	0	0,0%
Instituições não governamentais*	0	0,0%
Secretaria de Estado de Segurança Pública	1	0,9%
Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo	1	100,0%
Secretaria Municipal de Saúde	34	32,1%
Centro ou Posto de Saúde/Unidade Básica	22	64,71%
Policlínica	0	0,00%
Centros Especializados	7	20,59%
Hospital Geral	0	0,00%
Hospital Especializado	0	0,00%
Centro de Atenção Psicossocial	2	5,88%
Pronto Atendimento	1	2,94%
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)	1	2,94%
Laboratório Municipal	1	2,94%
Ministério da Economia	2	1,9%
Posto de atendimento SINE ou conveniados	1	50,0%
Instituições não governamentais de aprendizagem	1	50,0%
Controle	9	7,4%
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)	1	11,1%
Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	1	11,1%
Conselho Municipal de Educação (COMEC)	1	11,1%
Conselho Municipal de Saúde (CMS)	1	11,1%
Conselho Municipal de Cultura (CMC)	1	11,1%
Conselho Municipal de Políticas Antidrogas (COMAD)	1	11,1%
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD)	1	11,1%
Conselho Municipal de Esporte e Lazer (CMEL)	1	11,1%
Conselho Comunitário de Segurança Pública (CONSEP)	1	11,1%
Total de Instituições, Órgãos ou Entidades	121	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2018.

* Dados não disponibilizados pelo Município

EIXO ESTRATÉGICO DE DEFESA

Neste eixo foram computadas oito entidades atuantes, descritas a seguir.

- **Conselho Tutelar (CT):** é órgão não jurisdicional, estabelecido por lei municipal, eletivo, com atributos de permanência, autonomia, e objetivo de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, a ser acionado sempre que forem identificadas situações de abuso, ameaça ou risco contra eles. Suas atribuições e competência de atuação estão disciplinadas no ECA (CNJ, 2018);
- **Ministério Público de Minas Gerais (MPMG):** Instituição permanente e essencial à função jurisdicional, da qual tem o compromisso com a defesa e manutenção da ordem jurídica, do regime democrático, da defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, como os da criança e do adolescente (MPMG, 2018);
- **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG):** É órgão detentor da função jurisdicional da Justiça Estadual no Estado de Minas Gerais, situado na capital, Belo Horizonte, e com jurisdição em todo o território estadual. A organização da justiça nos estados orienta-se pelas normas estabelecidas na Constituição Federal (artigos 93 e seguintes e 125), na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei nº 35/1979) e pelas disposições das Constituições Estaduais (TJMG, 2018).
 - I. **Vara da Infância e Juventude:** são órgãos jurisdicionais competentes para processar e julgar as ações fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos vinculados à criança e ao adolescente. Seu funcionamento está disciplinado no título VIII do capítulo I do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça nos arts. 352 a 418 (TJMG, 2018);
 - II. **Serviço Social Forense:** atendimento do assistente social no âmbito da prestação jurisdicional (TJMG).
- **Secretaria de Segurança Pública (SSP):** tem como objetivo principal garantir a ordem pública e a preservação das garantias do cidadão, assim como a proteção da vida e do patrimônio através da atuação conjunta dos seus órgãos de segurança na prevenção e contenção da criminalidade e da violência, do controle e posse de armas, além de administrar o serviço penitenciário e socioeducativo (SSP/MG, 2018).
 - I. **Delegacia da Polícia Civil:** Unidade policial utilizada como base e administração de operações policiais, investigação e atendimento da população.
- **Justiça do Trabalho:** É órgão detentor da função jurisdicional na competência de ações judiciais entre trabalhadores e empregados e outras controvérsias decorrentes das relações de trabalho, bem como as demandas que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive as coletivas (TST, 2018);

- I. **Vara do Trabalho:** É órgão jurisdicional competente para processar e julgar as ações de primeira instância da justiça de trabalho.

EIXO ESTRATÉGICO DE PROMOÇÃO:

Neste eixo foram computadas 106 entidades atuantes, descritas a seguir.

- **Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social:** como parte integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tem por objetivo formular, implantar, regular, financiar, executar, monitorar e avaliar a Política Municipal de Assistência Social, no atendimento integral às famílias, às crianças e aos adolescentes, às mulheres, aos idosos, às pessoas em situação de rua e às pessoas com deficiência, sendo sua maior prioridade as situação de vulnerabilidade social.
 - I. **Centros de Referência de Assistência Social (CRAS):** são unidades públicas descentralizadas, responsáveis pela organização e oferta de serviços de proteção social básica; como o PAIF e SCFV, ambos de caráter preventivo com o objetivo de fortalecer vínculos familiares e comunitários (MDS, 2015);
 - II. **Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS):** são unidades públicas de atendimento especializado no âmbito do SUAS direcionados às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social. Com base na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) são considerados riscos sociais ou pessoais as situações de iminência ou ocorrência de violência intrafamiliar física e psicológica, abandono, negligência, abuso e exploração sexual, situação de rua, ato infracional, trabalho infantil, afastamento do convívio familiar e comunitário, isolamento social, entre outros (MDS, 2015);
 - III. **Unidades de Acolhimento:** O acolhimento institucional pode ser dividido em três modalidades: abrigo institucional, casa lar e Programa de Família Acolhedora. Cada modalidade possui diferentes funções e públicos, todavia, para fins deste Diagnóstico foram consideradas apenas as instituições que, em 2019, atendiam exclusivamente crianças e adolescentes com rompimento temporário ou permanente de vínculos familiares, para fins de reintegração familiar (MDS, 2019).
- **Secretaria Municipal de Educação:** órgão responsável pela formulação, controle e avaliação das políticas educacionais, bem como pela coordenação das atividades, ações, programas e projetos da educação no Município.
 - I. **Unidades Educacionais:** a fonte de dados utilizada para quantificar o total de unidades educacionais existentes no Estado foi a do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Censo da Educação Básica de 2018, considerando o total de estabelecimentos na educação básica, ensino regular, especial e/ou educação de

jovens e adultos (EJA), independente de qual esfera – federal, estadual, municipal ou privada – a qual estejam administrativamente subordinados;

II. Instituições especializadas em educação especial: são instituições especializadas no atendimento de pessoas com deficiência no ramo da educação.

- **Secretaria Municipal de Cultura:** Em sintonia com as diretrizes governamentais, compete a esta secretaria promover tanto a diversidade cultural como a diversificação dos criadores e públicos dos bens artístico-culturais.
 - I. Espaços Culturais:** Foram considerados como espaços culturais os locais ou ambientes, naturais ou edificados, que possibilitam a realização ou manifestação de atividades culturais ou artísticas, como por exemplo, museus, casas de cultura, teatros, praças, jardins, entre outros.
- **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer:** órgão responsável pela formulação, controle e avaliação das políticas esportivas e de lazer, bem como pela coordenação das atividades, ações, programas e projetos no Município, priorizando o esporte como estratégia de cunho educacional, objetivando o desenvolvimento das pessoas e da comunidade. E ainda, privilegiar a execução de política de recreação, lazer e iniciação esportiva em favor das crianças e dos adolescentes, sobretudo de comunidades carentes, visando seu desenvolvimento psicomotor e sua integração social;
 - I. Instalações Esportivas:** Foram considerados como instalações esportivas campo ou estádio; quadra de esporte; pista de skate/patins e similares; campo de bocha; pista de atletismo; arena de rodeio; salão para a prática; pista de BMX; kartódromo; piscina; autódromo; estande de tiro; pista de corrida de cavalo e outros animais; dentre outros;
- **Secretaria de Segurança Pública (SSP):** tem como objetivo principal garantir a ordem pública e a preservação das garantias do cidadão, assim como a proteção da vida e do patrimônio através da atuação conjunta dos seus órgãos de segurança na prevenção e contenção da criminalidade e da violência, do controle e posse de armas, além de administrar o serviço penitenciário e socioeducativo (SSP/MG, 2018).
 - I. Subsecretaria de atendimento socioeducativo:** é a unidade subordinada, competente para a execução e cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado. No Município não há nenhum equipamento vinculado, todavia os adolescentes são alocados em unidades em municípios próximos.
- **Ministério da Economia:** é o órgão administrativo do Governo Federal ao qual absorveu grande parte das funções do antigo Ministério do Trabalho e Emprego, e a partir de 2019 é competente para regulamentar e fiscalizar todos os aspectos referentes às relações de trabalho no Brasil.
 - I. Postos de Atendimento SINE ou Conveniados:** são unidades de atendimento nos estados e municípios responsáveis pela execução, supervisão e monitoramento de ações relacionadas a políticas públicas de trabalho e emprego nos estados. Além do fomento

ao trabalho, emprego e renda, execução do Sistema Público de Emprego, fiscalização do trabalho, mediação e arbitragem em negociação coletiva, um dos principais objetivos é a orientação e apoio ao cidadão, a intermediação da mão-de-obra; habilitação do seguro-desemprego; qualificação social e profissional; orientação profissional; entre outras atividades relacionadas à promoção do trabalho e emprego;

- II. Instituições não governamentais qualificadoras de aprendizagem:** são instituições qualificadas em formação técnico-profissional habilitadas e cadastradas junto ao Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional (CNAP) para atuação no programa Jovem Aprendiz, conforme Portaria MTE nº 723/2012.
- **Secretaria de Municipal de Saúde:** tem como competência assegurar o acesso ao serviço de saúde coordenando, planejando e avaliando a política e as ações de saúde no Município, por meio dos seguintes equipamentos:
 - I. Centro ou Posto de Saúde/Unidade básica:** unidade para realização de atendimentos de atenção básica e integral a uma população, de forma programada ou não, nas especialidades básicas, podendo oferecer assistência odontológica e de outros profissionais de nível superior. A assistência deve ser permanente e prestada por médico generalista ou especialista nestas áreas. Pode ou não oferecer Serviço Auxiliar de Diagnóstico e Terapia (SADT) e pronto atendimento 24 Horas (MS, 2018);
 - II. Centros Especializados:** estabelecimentos destinados à assistência médica ou ambulatorial em uma especialidade ou área de assistência;
 - III. Centros de Atenção Psicossocial:** nas suas diferentes modalidades, referem-se aos serviços de saúde de caráter aberto e comunitário constituído por equipe multiprofissional e que atua sobre a ótica interdisciplinar e realiza prioritariamente atendimento às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, em sua área territorial, seja em situações de crise ou nos processos de reabilitação psicossocial. Dentre as modalidades de atendimento, os CAPS estão organizados em CAPS I, CAPS II e CAPS III e CAPSad (álcool e drogas) – conforme número populacional – os quais atendem todas as faixas etárias, para transtornos mentais graves e persistentes, inclusive pelo uso de substâncias psicoativas;
 - IV. Pronto Atendimento:** conjunto de elementos destinados a atender urgências dentro do horário de serviço do estabelecimento de saúde (MS, 2018);
 - V. Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU):** faz atendimento 24 horas de urgências e emergências, prestado em qualquer lugar, de residências a locais de trabalho e vias públicas, bem como resgates, traumas em acidente, entre outros (MS, 2018);

VI. Laboratório Municipal: estabelecimento de saúde que integra o Sistema de Laboratório de Saúde Pública – SISLAB.

- **Instituições Não Governamentais:** são instituições sem vínculos com o governo e sem fins lucrativos, que através de convênios ou parcerias que atuam no âmbito de interesse social.

EIXO ESTRATÉGICO DE CONTROLE

Neste eixo foram computadas 10 entidades atuantes, descritas a seguir.

- **Conselhos Municipais de Direitos:** se caracterizam como órgãos colegiados, permanentes, orientados pelo princípio da paridade – garantindo a representação de diferentes segmentos sociais, do poder público e da sociedade civil – tendo por incumbência formular, supervisionar e avaliar as políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal. Constituem-se, portanto, como espaços institucionais fundamentais para a construção democrática das políticas públicas e exercício da participação e legitimidade social (SEJU, s.d);
- **Conselhos Setoriais Gestores de Políticas Públicas:** referem-se aos canais institucionais, plurais, permanentes, autônomos, formados por representantes da sociedade civil e poder público, cuja atribuição é a de propor diretrizes das políticas públicas, fiscalizá-las, controlá-las e deliberar sobre elas, sendo órgãos de gestão pública vinculados à estrutura do Poder Executivo, ao qual cabe garantir a sua permanência (NAHRA, 2007).

7. O CONCEITO DE TRABALHO INFANTIL

De acordo com a legislação vigente e com o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador, o conceito de trabalho infantil é atribuído à execução de atividades de sobrevivência e/ou econômicas, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesesseis) anos – ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos – independentemente da sua condição ocupacional, cujas atividades sejam compatíveis com o seu desenvolvimento e cujos horários e locais permitam a frequência escolar.

Quadro 8: Formas regulares de trabalho por faixa etária, conforme a legislação vigente

1. **0 a 13 anos** – Proibição de qualquer forma de trabalho infantil (Art. 60 do ECA);
2. **14 a 16 anos** – Proibição de qualquer forma de trabalho infantil, salvo na condição de aprendiz (Art. 7º, XXXIII da CF; Art. 403 da CLT);
3. **16 a 18 anos** – Permissão restrita, sendo proibidas as atividades consideradas noturnas (entre 22h e 05h na região urbana e entre 20h e 04h na rural), perigosas, insalubres, penosas, realizadas em locais prejudiciais à formação e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social de adolescentes, enquadradas na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), aprovada pelo Decreto nº 6.481/2008, ou ainda a critério do juízo competente (Art. 7º, XXXIII da CF; Art. 402 e 404 da CLT).

A inserção do adolescente no mercado de trabalho é positiva quando realizada na idade certa e de forma regular, sendo uma excelente ferramenta para o amadurecimento pessoal e o desenvolvimento de competências como responsabilização, respeito, educação financeira entre outros. Todavia, as situações irregulares de trabalho tendem a prejudicar o desenvolvimento pleno da criança e do adolescente, em função dos riscos aos quais estão expostos, em que destacam-se:

- **Prejuízos à saúde:** por estarem expostos ao sol forte, a doenças, locais com pouca ou nenhuma higiene, sem a proteção necessária, ou ainda por executarem atividades incompatíveis com sua idade e que possam comprometer sua formação física.
- **Infrequência e evasão escolar:** pelo comprometimento do desempenho estudantil seja em função do cansaço em virtude de jornada dupla, ocasionando o distanciamento ou abandono escolar, ou por enxergar a atividade do trabalho como um meio alternativo de subsistência.
- **Exposição a riscos:** por estarem desprotegidos, acabam expostos a uma série de riscos e acidentes, abrindo espaço para outras violações, tais como o abuso psicológico e sexual, e também ao envolvimento com atividades ilícitas.

7.1 PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI)

Para coibir e combater a realidade social brasileira de trabalho infantojuvenil, em 1996 o Governo Federal lançou – através do extinto Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e com apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), inicialmente destinados às famílias com filhos na faixa etária entre 7 e 14 anos, submetidos a trabalhos caracterizados como insalubres, degradantes, penosos e de exploração na zona rural, inicialmente na região de Três Lagoas (MS).

Nos primeiros anos de sua existência o PETI foi progressivamente ampliando sua cobertura aos demais estados, assim como também estendendo seu público-alvo, incorporando a faixa etária de 15 anos, assim como as famílias da zona urbana. O programa estava inicialmente pautado em ações que possibilitassem a educação e escolarização, o apoio e orientação às famílias, a retirada das crianças e adolescentes das situações de trabalho que colocassem em risco sua saúde e segurança, e na implementação de programas e projetos de geração de trabalho e ampliação da renda para essas famílias. Sua operacionalização deu-se através da disponibilização de um auxílio financeiro, denominado “Bolsa Criança Cidadã”, para cada criança afastada de situações de trabalho, tendo como contrapartida a matrícula e frequência escolar em turno regular, e a participação em jornada ampliada em turno oposto, de atividades educacionais, esportivas, culturais, artísticas e de lazer.

Atualmente o programa está alocado na Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, vinculada ao Ministério da Cidadania, como parte integrante e intersetorial da política pública de assistência social, principalmente com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a partir de 2005, período em que houve a integração do PETI com o Programa Bolsa Família, a inserção do registro e atendimento das famílias de crianças e adolescentes em situação do trabalho infantil por meio de sua inclusão no CadÚnico, no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), dentre outros.

O Programa foi redesenhado em 2014 em consonância com o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (Reedição 2011 – 2015), cujo processo foi acompanhado pela Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI). Assim, sua nova configuração está pautada na realização de ações estratégicas voltadas ao enfrentamento das novas configurações do trabalho infantil no Brasil, no fortalecimento do Programa e na qualificação e atuação da rede de proteção social do SUAS, visando potencializar os serviços socioassistenciais existentes, bem como articular ações com outras políticas públicas, por meio da criação de uma agenda intersetorial de erradicação do trabalho infantil.

Quadro 9: Tipos de trabalho infantil definidos pelo PETI

Trabalho realizado na rua	• Caracteriza-se por atividades como venda e comércio de artigos ambulantes, flanelinhas e “guardadores de carro”, pelo transporte de coisas e objetos, coleta de materiais reciclados, dentre outros.
Trabalho infantil doméstico	• O trabalho doméstico é uma das formas mais comuns e tradicionais de trabalho infantil e também a mais difícil de ser identificada, por ser realizado entre muros domiciliares, em que crianças e adolescentes executam atividades de natureza doméstica (incluindo cuidar de crianças). Pode ser realizado de duas formas: na casa de terceiros ou parentes; ou na casa da própria família, quando a criança ou adolescente assume responsabilidade típicas de um adulto, incompatível com o seu processo de desenvolvimento.
Trabalho em atividades ilícitas	• Nesta forma de trabalho crianças e adolescentes são utilizados para a prática de ilícitos graves, como o tráfico de drogas, a pornografia e a exploração sexual comercial. É considerado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como uma das piores formas de trabalho, em cuja relação podem ser observados requisitos como subordinação, continuidade, remuneração e pessoalidade.
Trabalho informal, eventual ou sazonal	• A legislação brasileira não permite a realização de qualquer trabalho antes da idade mínima permitida – de 16 anos, exceto na condição de aprendiz que é de 14 anos – e também exige a vinculação empregatícia, ou seja, o registro em Carteira de Trabalho para menores de 18 anos. Assim, mesmo que o trabalho não seja permanente, ou tenha pequena carga horária, ou seja em determinada época do ano, se ele não tiver preenchido ambos os requisitos – de idade mínima e do registro formal – será considerado trabalho infantil, por ser informal e irregular.
Trabalho perigoso, insalubre ou prejudicial	• A realização de trabalhos perigosos ou insalubres é expressamente proibida a crianças ou adolescentes, por compreenderem atividades (definidas em lei própria) que, devido à sua natureza e circunstâncias em que são executados, possam comprometer ou prejudicar o seu desenvolvimento, a saúde, a segurança ou a moral.
Trabalho noturno	• O trabalho noturno é liberado a partir dos 18 anos de idade, cujo conceito compreende atividades realizadas entre as 22h até as 5h da manhã do dia seguinte para a zona urbana, e das 20h às 4h na zona rural.
Trabalho prejudicial à sua formação moral	• Previsto pelo art. 405, § 3º, da CLT, compreendem quaisquer formas de trabalho que venham a comprometer ou prejudicar a formação moral da criança ou adolescente, como venda de bebidas alcoólicas, realizados em teatros de revista, cinemas, boates, cassinos, cabarês, dancings e estabelecimentos análogos; ou outras atividades enquadradas pelo juízo da autoridade competente.
Trabalhos virtuais	• Essa modalidade por ser recente ainda exige debate e estudos sobre os limites da participação de crianças e adolescentes nos meios virtuais como: blogs, vlogs, campeonatos de videogame on-line, páginas em sites de relacionamentos que atraem anunciantes, prestação de serviços pela internet, entre outras atividades similares.

8. DADOS GERAIS SOBRE O TRABALHO INFANTIL NO MUNICÍPIO

Inicia-se a análise desta temática com base nos dados disponibilizados pelo IBGE⁷, cujo conceito de trabalho infantil compreende as formas de trabalho que não se enquadram nas condições definidas na legislação brasileira como admissível para ser realizado por pessoas de menos de 18 anos de idade. Porém, a investigação do tema trabalho do Censo Demográfico do IBGE não foi destinada a captar todas as condições definidas na legislação para caracterizar o trabalho admissível para crianças e adolescentes, a fim de separar aqueles efetivamente em trabalho infantil.

Entretanto, permite estimar o contingente de crianças e adolescentes ocupados de 10 a 17 anos de idade e, ainda, identificar a parcela empregada com carteira de trabalho assinada, que é uma das condições exigidas pela legislação que rege à proteção trabalhista dos menores de idade para a sua admissão em emprego.

Considerou-se no Censo Demográfico como trabalho em atividade econômica o exercício de:

- Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na produção de bens ou serviços;
- Ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) no serviço doméstico;
- Ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida em ajuda na atividade econômica, no setor privado, de morador do domicílio; ou
- Ocupação desenvolvida na produção de bens, compreendendo as atividades da agricultura, pecuária, destinados somente à alimentação de, pelo menos, um morador do domicílio.

E ainda, considerou-se como ocupado na semana de referência do Censo Demográfico:

- A pessoa que exerceu algum trabalho durante pelo menos uma hora completa na semana de referência; ou,
- Pessoa que tinha trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastada nessa semana.

Considerou-se também na condição de ocupado, a pessoa temporariamente afastada de trabalho remunerado que não trabalhou durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de férias, licença remunerada pelo empregador ou por instituto de previdência, falta voluntária ao trabalho, greve, suspensão temporária do contrato de trabalho, doença, más condições do tempo, quebra de máquina, limitação de produção ou qualquer outro impedimento independente da sua vontade.

⁷ Censo Demográfico de 2010 (Microdados).

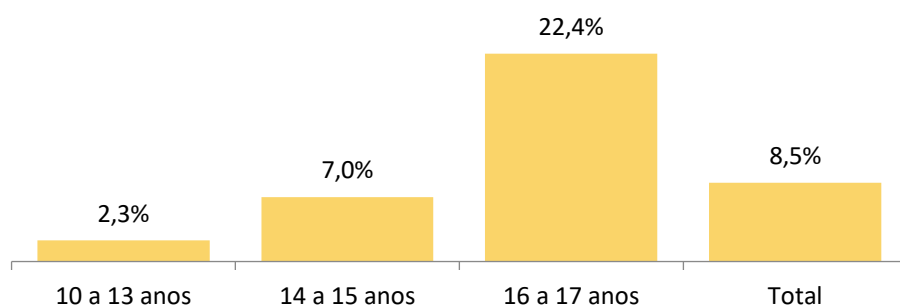
A Tabela 11 mostra que na faixa etária de 10 a 17 anos, 8,5% das crianças e adolescentes estavam ocupados na semana de referência do Censo 2010, sendo o maior percentual na faixa etária de 16 a 17 anos, com 22,4%.

Tabela 11: Crianças e adolescentes ocupados na faixa etária de 10 a 17 anos

Faixa etária	Total	Ocupados	(%)
10 a 13 anos	3.327	75	2,3%
14 a 15 anos	1.768	123	7,0%
16 a 17 anos	1.684	377	22,4%
Total	6.779	575	8,5%

Fonte: Censo Demográfico IBGE (Microdados), 2010.

Nota: Os Microdados são dados baseados na amostra realizada pelo IBGE no Censo Demográfico, e por serem estimados apresentam variações no total populacional quando comparado com a contagem total da população no Censo Demográfico.

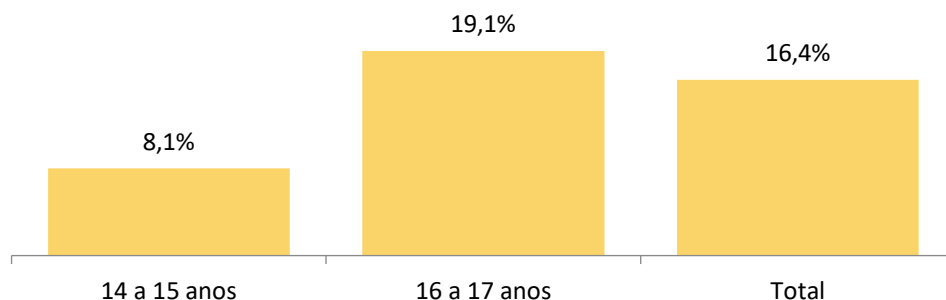


A forma de contratação com carteira assinada alcança apenas 16,4% do total de ocupados, percentual este ainda menor na faixa etária de 14 a 15 anos, com 8,1%.

Tabela 12: Forma de contratação dos adolescentes de 14 a 17 anos ocupados

Faixa etária	Total ocupados	Ocupados com carteira assinada	(%)
14 a 15 anos	123	10	8,1%
16 a 17 anos	377	72	19,1%
Total	500	82	16,4%

Fonte: Censo Demográfico IBGE (Microdados), 2010.



Sobre a situação escolar, observando conjuntamente as Tabelas 13 e 14 é possível destacar que o percentual de crianças e adolescentes que não frequentam a escola é muito maior para os adolescentes que declararam estar ocupados, com 23,3%, enquanto o de não ocupados é de apenas 2,8%. Esta dissonância é muito maior para a faixa etária de 16 a 17 anos, são respectivamente 32,4% contra 10,8%.

Tabela 13: Situação escolar das crianças e adolescentes ocupados

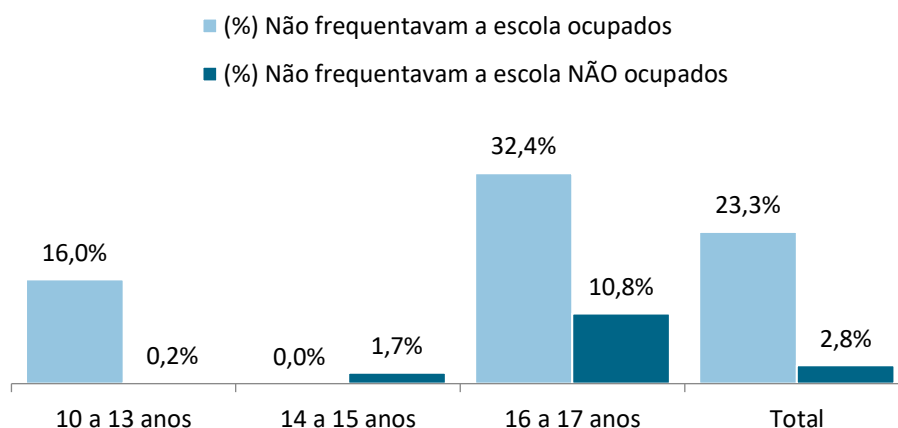
Faixa etária	Total de ocupados	Não frequentavam a escola	(%) Ocupados que NÃO frequentavam a escola
10 a 13 anos	75	12	16,0%
14 a 15 anos	123		0,0%
16 a 17 anos	377	122	32,4%
Total	575	134	23,3%

Fonte: Censo Demográfico IBGE (Microdados), 2010.

Tabela 14: Situação escolar das crianças e adolescentes que NÃO ocupados

Faixa etária	Total de NÃO ocupados	Não frequentavam a escola	(%) NÃO Ocupados que NÃO frequentavam a escola
10 a 13 anos	3.252	7	0,2%
14 a 15 anos	1.645	28	1,7%
16 a 17 anos	1.307	141	10,8%
Total	6.204	176	2,8%

Fonte: Censo Demográfico IBGE (Microdados), 2010.



PARTE III

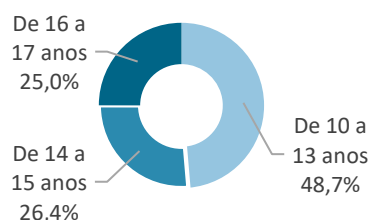
9. PERFIL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ENTREVISTADOS

Para a construção deste Diagnóstico, foram entrevistados no total 1.081 crianças e adolescentes, na faixa etária entre 10 e 17 anos, cujo número amostral foi calculado com base na proporção populacional por classe de idade.

Destaca-se que a faixa com maior representatividade foi a de 10 a 13 anos, com 48,7%.

Tabela 15: Faixa etária dos entrevistados

Faixa Etária	Respostas	(%)
De 10 a 13 anos	526	48,7%
De 14 a 15 anos	285	26,4%
De 16 a 17 anos	270	25,0%
Total	1.081	100,0%



Desdobrando as classes por idade, a maior representatividade é de 11 anos, com 16,5% da amostra, seguida de 14 anos (16,5%), e 17 anos (13,3%).

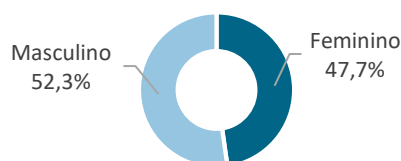
Tabela 16: Idade dos entrevistados

Idade	Respostas	(%)
10 anos	112	10,4%
11 anos	178	16,5%
12 anos	118	10,9%
13 anos	118	10,9%
14 anos	169	15,6%
15 anos	119	11,0%
16 anos	123	11,4%
17 anos	144	13,3%
Total	1.081	100,0%

Em relação à proporção do sexo dos entrevistados, 47,7% são do feminino e 52,3% do masculino.

Tabela 17: Sexo dos entrevistados

Resposta	Respostas	(%)
Feminino	516	47,7%
Masculino	565	52,3%
Total	1.081	100,0%



Importante destacar ainda que a amostra da pesquisa também foi calculada proporcionalmente pela região territorial definida para fins deste Diagnóstico, considerando sua população habitante, em que a região Norte teve o maior número de entrevistados, com 26,3%.

Tabela 18: Região de referência da residência dos entrevistados

Região	Respostas	(%)
Centro	154	14,2%
Leste	140	13,0%
Norte	284	26,3%
Oeste	213	19,7%
Sul	112	10,4%
Rural	178	16,5%
Total	1.081	100,0%



Ainda sobre o perfil dos entrevistados, 88,3% declararam ter nascido no estado de Minas Gerais e os demais 11,7% eram originários de outros estados da federação.

Tabela 19: Estado de origem dos entrevistados

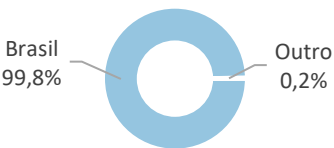
Unidade da federação	Respostas	(%)
Minas Gerais	954	88,3%
Outros Estados	17	5,2%
Total	1.081	100,0%



Apenas dois eram nascidos em outros países, o que representa 0,2%.

Tabela 20: País de origem dos entrevistados

País	Respostas	(%)
Brasil	1.079	99,8%
Outro	2	0,2%
Total	1.081	100,0%



A cor de pele predominante dos entrevistados é a Parda/Mulata, com 54,6%. Os dados do IBGE (2010) também apontam tal cor predominante – tanto em MG como no Brasil – com percentual em torno de 44%, seguida da pele branca, com 46%. Todavia, considerando apenas os dados da pesquisa, o percentual de entrevistados com pele branca foi inferior, com 21,3%.

Tabela 21: Cor de pele dos entrevistados

Raça/Cor de pele	Respostas	(%)
Pardo/mulato	590	54,6%
Branco	230	21,3%
Negro	215	19,9%
Amarelo/oriental	28	2,6%
Indígena	18	1,7%
Total	1.081	100,0%



Com relação à religião, prevalece a Católica com 63,6%, seguida da Evangélica, com 28,5%. Dos entrevistados, apenas 5,6% afirmaram não ter religião, percentual este bem inferior ao do Brasil, de aproximadamente 16% e de 10% para o estado de Minas Gerais (IBGE, 2010).

Tabela 22: Religião dos entrevistados

Religião	Respostas	(%)
Católica	687	63,6%
Evangélica	308	28,5%
Testemunha de Jeová	9	0,8%
Ateu	8	0,7%
Espírita	5	0,5%
Umbandistas	1	0,1%
Nenhuma	61	5,6%
Não sabe	2	0,2%
Total	1.081	100,0%

A maior parte dos entrevistados não participa de nenhum grupo social, 61%. Dos que participam, destacam-se os grupos esportivos, com 21,2%, seguido do religioso com 12,1%, e cultural, com 8,3%.

Tabela 23: Participação dos entrevistados em grupos socializadores

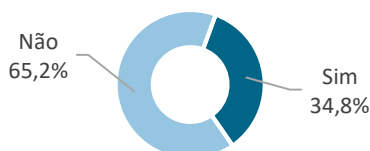
Grupo social	Respostas	(%)
Não participa	668	61,8%
Esportivo	229	21,2%
Religioso	131	12,1%
Cultural	94	8,7%
Jogos on-line/Videogame	3	0,3%
Não informado	2	0,2%
Escolar	1	0,1%
Escoteiro	1	0,1%
Voluntariado/Social	1	0,1%
Político	1	0,1%
Total*	1.081	-

*Um respondente poderia dar mais de uma resposta.

Também foi abordado na pesquisa o conhecimento dos entrevistados em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em que um percentual muito alto (65,2%) afirmou não conhecê-lo.

Tabela 24: Conhecimento do ECA pelos entrevistados

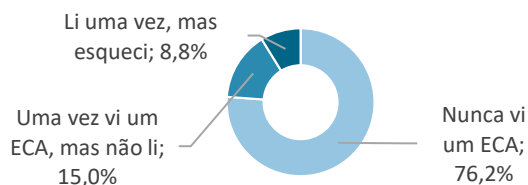
Conhecimento do ECA	Respostas	(%)
Sim	376	34,8%
Não	705	65,2%
Total	1.081	100,0%



Daqueles que desconheciam o ECA, cerca de 76,2% afirmam nunca terem visto ou ouvido falar, o que reitera a necessidade de trabalhar na rede de educação de forma contínua e atrativa para despertar nas crianças e adolescentes o interesse em assuntos de cidadania, e conscientizá-los de seus direitos e deveres sociais e individuais enquanto indivíduos.

Tabela 25: Motivo do desconhecimento do ECA pelos entrevistados

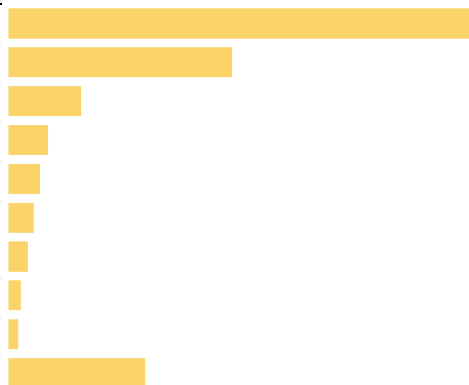
Motivo de desconhecimento	Respostas	(%)
Nunca vi um ECA	537	76,2%
Uma vez vi um ECA, mas não li	106	15,0%
Li uma vez, mas esqueci	62	8,8%
Total	705	100,0%



Os arranjos familiares dos entrevistados são na maioria, compostos pela família biológica (pai, mãe e/ou irmãos), com cerca de 45,2%. Destaca-se ainda, a composição familiar sem a presença da figura paterna (só com a mãe, ou mãe e irmãos) com 21,5%.

Tabela 26: Arranjos familiares dos entrevistados

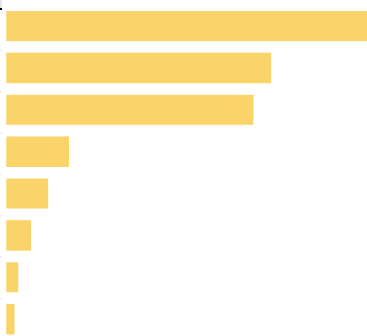
Arranjo familiar	Respostas	(%)
Pai, Mãe, Irmão(a)(s)	488	45,1%
Mãe, Irmão(a)(s)	232	21,5%
Mãe, Padrasto/Madrasta, Irmão(a)(s)	76	7,0%
Avó(ô), Mãe, Irmão(a)	41	3,8%
Pai	33	3,1%
Avó(ô)	26	2,4%
Pai, Mãe, Avó(ô), Irmão(a)(s)	20	1,9%
Pai, Padrasto/Madrasta, Irmão(a)	13	1,2%
Pai, Avó/Avô	10	0,9%
Outras composições familiares	142	13,1%
Total	1.081	100,0%



Em relação ao grau de parentesco domiciliar, percebe-se que 85,8% moram com a mãe e apenas 57,5% com o pai.

Tabela 27: Grau de parentesco dos moradores que dividem domicílio com os entrevistados

Parentesco	Respostas	Amostra	(%)
Mãe	928	1.081	85,8%
Irmão(a)	666	1.081	61,6%
Pai	622	1.081	57,5%
Avó/Avô	162	1.081	15,0%
Padrasto/Madrasta	110	1.081	10,2%
Tios	67	1.081	6,2%
Outros familiares	35	1.081	3,2%
Primos	25	1.081	2,3%



Na abordagem sobre o sustento da família a mulher se destaca como a principal responsável a com 66,8%, e a figura do Pai está presente em 60,9%.

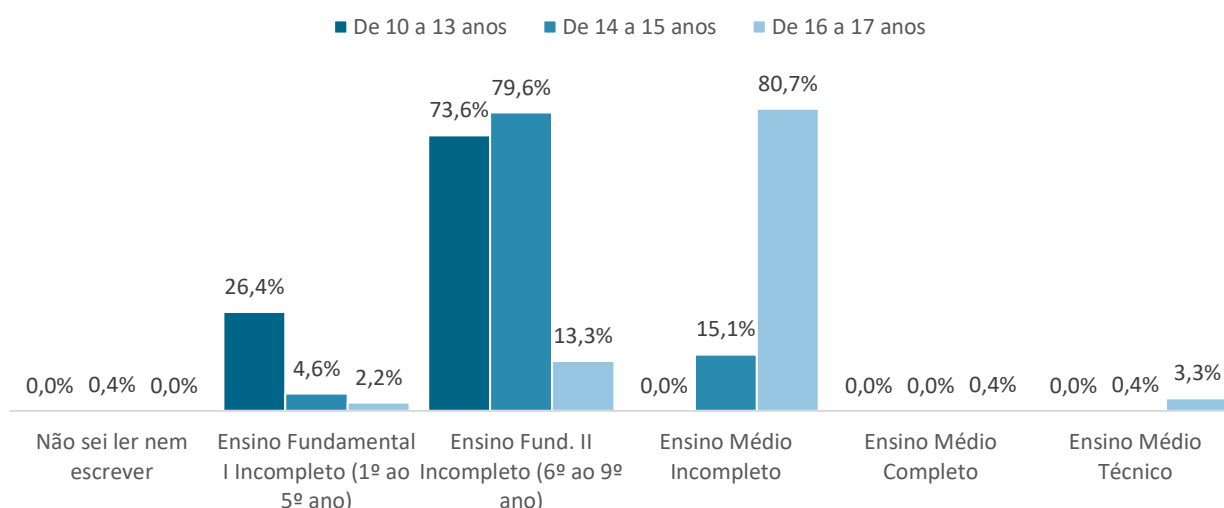
Tabela 28: Grau de parentesco dos moradores responsáveis pelo sustento familiar dos entrevistados

Resposta	Respostas	Amostra	(%)
Mãe	722	1.081	66,8%
Pai	658	1.081	60,9%
Avó/Avô	120	1.081	11,1%
Irmão(a)	112	1.081	10,4%
Padrasto/Madrasta	100	1.081	9,3%
Tios	49	1.081	4,5%
Outros familiares	12	1.081	1,1%
Eu mesmo(a)	12	1.081	1,1%
Primos	5	1.081	0,5%

Em relação ao perfil educacional dos entrevistados, a Tabela 29 mostra que na faixa etária de 10 à 13 anos todos estão entre o ensino fundamental I ou II. Entre 14 e 15 anos têm-se 4,6% em provável defasagem escolar, e entre 16 à 17 anos 15,5%.

Tabela 29: Grau de escolaridade dos entrevistados

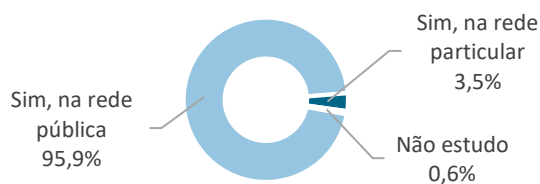
Resposta	De 10 a 13 anos		De 14 a 15 anos		De 16 a 17 anos	
	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)
Analfabetismo (não sabe ler ou escrever)	0	0,0%	1	0,4%	0	0,0%
Ensino Fundamental I Incompleto (1º ao 5º ano)	139	26,4%	13	4,6%	6	2,2%
Ensino Fund. II Incompleto (6º ao 9º ano)	387	73,6%	227	79,6%	36	13,3%
Ensino Médio Incompleto	0	0,0%	43	15,1%	218	80,7%
Ensino Médio Completo	0	0,0%	0	0,0%	1	0,4%
Ensino Médio Técnico	0	0,0%	1	0,4%	9	3,3%
Total	526	100,0%	285	100,0%	270	100,0%



Do total de entrevistados, apenas 0,6% declararam não estudar. Destes seis, sublinha-se que apenas um tem o Ensino Médio concluído, enquanto os demais têm como grau de instrução o ensino médio incompleto.

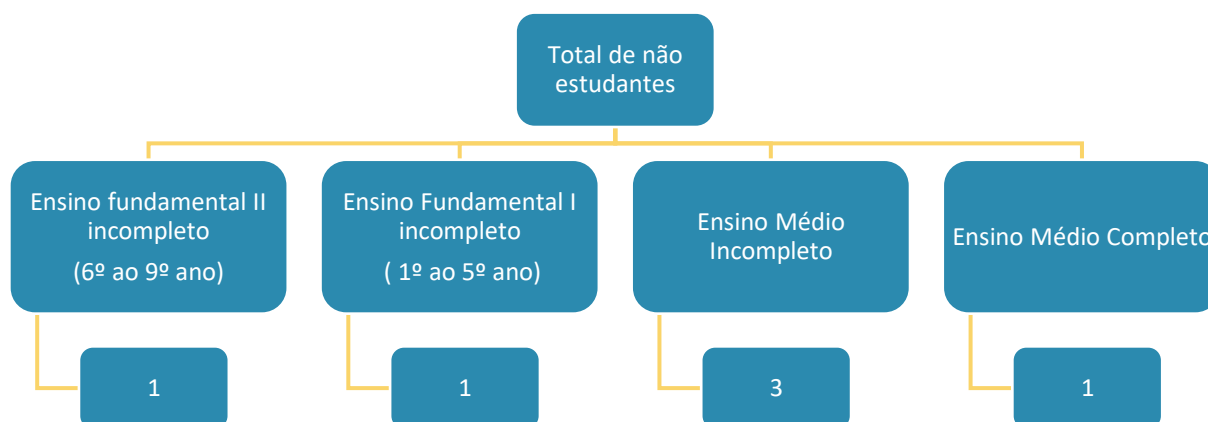
Tabela 30: Entrevistados por situação escolar

Situação escolar	Respostas	(%)
Sim, na rede pública	1.037	95,9%
Sim, na rede particular	38	3,5%
Não estuda	6	0,6%
Total	1.081	100,0%



O quadro 10 traça um panorama do grau de escolaridade dos entrevistados que não frequentam a escola, em que apenas um deles possui Ensino Médio completo, e metade (3) parou de estudar durante o Ensino Médio.

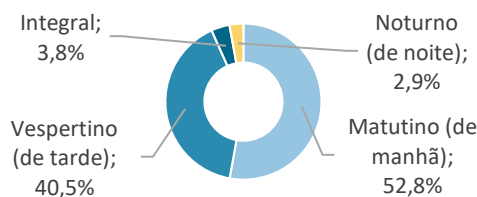
Quadro 10: Escolaridade dos entrevistados que não estudantes



Dos que estudam, pouco mais da metade (52,8%) frequentam a escola no período matutino e outros 40,5% no vespertino. O período integral e o noturno juntos somam apenas 6,7%.

Tabela 31: Período de frequência escolar

Período	Respostas	(%)
Matutino	568	52,8%
Vespertino	435	40,5%
Integral	41	3,8%
Noturno	31	2,9%
Total de Estudantes	1.075	100,0%



Também foram incorporadas ao questionário perguntas que permitissem investigar aspectos da rotina dos entrevistados fora do horário e ambiente escolar, de modo a identificar com quem ficam, o que

costumam fazer e se participam de atividades de esporte, cultura, lazer, estudo ou formações complementares, profissionais e técnicas.

Em relação ao local de permanência no período de contraturno escolar, destaca-se que 77,8% declararam permanecer em casa na maior parte do tempo. Locais como na rua (6,1%), na quadra (4,7%) e na casa de parentes (3,6%) tiveram incidência muito inferior. Destaca-se que apenas 3,3%, cerca de 35, afirmaram permanecer no trabalho.

Tabela 32: Local que fica quando não está na escola

Local de permanência	Respostas	(%)	
Em casa	829	77,8%	
Na rua	65	6,1%	
Na quadra	50	4,7%	
Em casa de parentes	38	3,6%	
No trabalho	35	3,3%	
Outro	0	0,0%	
Casa de amigos	22	2,1%	
Praça	16	1,5%	
CRAS	8	0,8%	
Entidades	2	0,2%	
Total	1.065	202,5%	

Quando questionados sobre o que fazem para ocupar o tempo quando não estão na escola, os entrevistados apontaram como principais atividades ficar na internet ou no celular (50,1%), seguida de assistir TV (32,9%). Atividades como estudar ou praticar esportes atingem percentuais bem inferiores, com respectivamente, 17,2% e 14%.

Tabela 33: Atividades realizadas pelos entrevistados quando não estão na escola

Atividades realizadas	Respostas	(%)	
Na internet ou no celular	542	50,1%	
Assistindo TV	356	32,9%	
Estudando	186	17,2%	
Atividades domésticas	186	17,2%	
Atividades esportivas	151	14,0%	
Conversando com os amigos	117	10,8%	
Trabalhando	50	4,6%	
Brincando	25	2,3%	
Não faço nada	24	2,2%	
Atividades culturais	23	2,1%	
Dormindo	11	1,0%	
Fazendo curso	10	0,9%	
Jogando videogame	10		
Outras atividades	13	1,2%	
Total	1.081	-	

Cerca de 60,3% dessas crianças e adolescentes ficam com o pai ou com a mãe quando não estão na escola. Outros 23,7% ficam com o irmão e 12,9% ficam sozinhos.

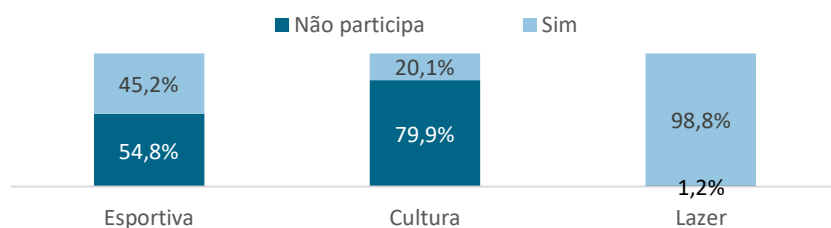
Tabela 34: Pessoa com quem os entrevistados costumam ficar quando não estão na escola

Vínculo	Obs.	(%)	
Pai/Mãe	610	60,3%	
Irmão(a)	240	23,7%	
Sozinho	130	12,9%	
Avó/Avô	115	11,4%	
Amigos	80	7,9%	
Tio/Tia	28	2,8%	
Babá	8	0,8%	
Primo/Prima	8	0,8%	
Vizinhos/conhecidos	8	0,8%	
Namorado/Namorada	4	0,4%	
Cunhado/Cunhada	3	0,3%	
Não informado	3	0,3%	
Sobrinho/Sobrinha	3	0,3%	
Madrinha/Padrinho	2	0,2%	
Abrigo	1	0,1%	
Madrasta	1	0,1%	
Mãe	1	0,1%	
Padrasto	1	0,1%	
Total	1.011	-	

Sobre as atividades contraturno e de lazer, a Tabela 35 traça um panorama geral sobre a participação dos entrevistados por tipo de atividade. A de lazer é a mais frequente (98,8%), seguida da esportiva (45,2%), enquanto que as atividades culturais envolvem apenas 20,1% do total.

Tabela 35: Participação dos entrevistados em atividades de esporte, cultura ou lazer

Participação	Esportiva		Cultura		Lazer	
	Obs.	(%)	Obs.	(%)	Obs.	(%)
Não participa	592	54,8%	864	79,9%	13	1,2%
Sim	489	45,2%	217	20,1%	1.068	98,8%
Total	1.081	100,0%	1.081	100,0%	1.081	100,0%



O esporte mais praticado é o futebol, seja na modalidade de campo, de rua ou de salão, com 68,1%, enquanto o vôlei e as lutas têm percentual respectivamente de 13,5% e 12,9%.

Tabela 36: Tipos de atividades esportivas realizadas

Atividade esportiva	Obs.	(%)	
Futebol (campo, salão ou rua)	333	68,1%	
Vôlei	66	13,5%	
Lutas (Judô, boxe, karatê, capoeira, taekwondo)	63	12,9%	
Bicicleta	32	6,5%	
Basquete	29	5,9%	
Dança	29	5,9%	
Natação	16	3,3%	
Handebol	15	3,1%	
Skate	12	2,5%	
Academia	9	1,8%	
Atletismo	5	1,0%	
Queimada	4	0,8%	
Tênis de mesa	2	0,4%	
Corta três	1	0,2%	
Patins	1	0,2%	
Peteca	1	0,2%	
Pula corda	1	0,2%	
Xadrez	1	0,2%	
Total que faz atividade*	489	-	

*Um respondente poderia citar mais de uma atividade.

Para os entrevistados que responderam não praticar nenhuma atividade esportiva foi questionado o motivo, em que 50,0% afirmaram não gostar, seguida de 23,6% que disseram não ter perto da sua casa, e 8% por não ter tempo.

Tabela 37: Justificativa de não realizar atividade esportiva

Justificativa	Obs.	(%)	
Não gosto	296	50,0%	
Não tem perto da minha casa	140	23,6%	
Não tenho tempo	47	7,9%	
Não tenho condições financeiras	35	5,9%	
Não tem na escola	18	3,0%	
Meus pais não deixam	16	2,7%	
Restrição médica	13	2,2%	
Porque preciso trabalhar	9	1,5%	
Não tem vaga	5	0,8%	
Não sei responder	4	0,7%	
Não tem o material necessário	2	0,3%	
Sou novo na cidade	2	0,3%	
Sou tímido	1	0,2%	
Não informado	4	0,7%	
Total que não faz atividade*	592	100,0%	

Entre as atividades culturais realizadas quatro foram as que mais se destacaram: aulas de musicalização, com 34,1%; de artes, pintura, desenho e artesanato, com 30,5%; de teatro, com 22,6%, e de dança com 11,1%.

Tabela 38: Tipos de atividades culturais realizadas

Atividade cultural	Obs.	(%)	
Musicalização (instrumentos, canto e coral)	133	61,3%	
Artes, pintura, desenho e artesanato	66	30,5%	
Teatro	49	22,6%	
Dança	24	11,1%	
Línguas estrangeiras	9	4,1%	
Leitura e memorização	9	4,1%	
Cinema e produção audiovisual	4	1,8%	
Capoeira	2	0,9%	
Não informado	6	2,8%	
Total que faz atividade*	217	-	

*Um respondente poderia citar mais de uma atividade.

Novamente a afirmação de não gostar da atividade é a justificativa de 58,3% das 864 crianças e adolescentes que não realizam nenhuma atividade cultural, seguida de 23,5% que afirmam não ter próximo à sua casa 35,6% por não ter tempo. Os demais motivos somados não chegam a 6% das afirmações.

Tabela 39: Justificativa de não realizar atividade cultural

Atividade cultural	Obs.	(%)	
Não gosto	504	58,3%	
Não tem perto da minha casa	203	23,5%	
Não tenho tempo	48	5,6%	
Não tem na escola	46	5,3%	
Não tenho condições financeiras	22	2,5%	
Meus pais não deixam	15	1,7%	
Porque preciso trabalhar	12	1,4%	
Timidez	5	0,6%	
Não sei onde tem	3	0,3%	
Não sei responder	2	0,2%	
Não tem vaga	2	0,2%	
Não tem quem levar	1	0,1%	
Não tenho habilidades	1	0,1%	
Total que não faz atividade*	864	100,0%	

Em relação às atividades de lazer, a mais citada pelos entrevistados é a de jogos na internet ou videogame (42,6%), seguida do encontro com amigos (35,8%) e assisto TV (35,7%).

Tabela 40: Tipos de atividades de lazer realizadas

Atividade de lazer	Obs.	(%)	
Jogos na internet/vídeo game	455	42,6%	
Encontro com amigos	382	35,8%	
Assisto TV	381	35,7%	
Vou a parques e praças	369	34,6%	
Jogos esportivos	324	30,3%	
Visito familiares	319	29,9%	
Vou à Igreja	281	26,3%	
Vou a bares, lanchonetes e restaurante	197	18,4%	
Biblioteca	79	7,4%	
Shopping	55	5,1%	
Balada	44	4,1%	
Cinema	44	4,1%	
Brincadeiras	23	2,2%	
Teatro	19	1,8%	
Outro	90	8,4%	
Total que faz atividade*	1.068	-	

*Um respondente poderia citar mais de uma atividade.

Apenas 13 entrevistados afirmaram não realizar nenhuma atividade de lazer, dos quais 46,2% por não gostar.

Tabela 41: Justificativa de não realizar atividade de lazer

Justificativa	Cit.	(%)	
Não gosto	6	46,2%	
Não tem perto da minha casa	3	23,1%	
Não tenho condições financeiras	2	15,4%	
Meus pais não deixam	1	7,7%	
Preciso trabalhar	1	7,7%	
Não informado	1	7,7%	
Total que NÃO faz atividade*	13	-	

Além das atividades de esporte, cultura e lazer também foi investigada a participação dos entrevistados em outros cursos – como idiomas, cursos técnicos e profissionalizantes. Em média, pouco mais de 70% não realiza nenhum desses tipos de cursos.

Tabela 42: Participação dos entrevistados em outros tipos de cursos e atividades

Participação	Curso de línguas		Curso Técnico	
	Obs.	(%)	Obs.	(%)
Não	860	79,6%	822	76,0%
Sim	221	20,4%	259	24,0%
Total	1.081	100,0%	1.081	100,0%

Já considerando aqueles que afirmam participar, 20,4% realiza curso de idiomas e 24,0% algum tipo de curso técnico.

Quadro 11: Natureza dos outros tipos de cursos realizados pelos entrevistados



Dos que fazem algum idioma, 91,9% optaram pelo inglês, 22,6% pelo espanhol. Os demais idiomas não chegam a 3%.

Tabela 43: Idiomas estudados pelos entrevistados que frequentam cursos de línguas

Idioma	Cit.	(%)	
Inglês	203	91,9%	
Espanhol	50	22,6%	
Português	5	2,3%	
Coreano	4	1,8%	
Francês	4	1,8%	
Alemão	1	0,5%	
Libras	1	0,5%	
Total que faz curso*	221	-	

*Um respondente poderia citar mais de uma atividade.

Em relação ao curso técnico o mais citado foi o de informática, com 81,9%.

Tabela 44: Tipos de cursos técnicos realizados pelos entrevistados

Curso técnico	Cit.	(%)	
Informática	212	81,9%	
Administrativo	26	10,0%	
Curso de artes (música, teatro e dança)	18	6,9%	
Não informado	15	5,8%	
Curso de costura, bordado, pintura e afins	9	3,5%	
Barbearia	2	0,8%	
Recursos Humanos	2	0,8%	
Comunicação e Marketing	2	0,8%	
Aprendizagem industrial	1	0,4%	
Comissária	1	0,4%	
Confeitaria	1	0,4%	
Cuidador	1	0,4%	
Empreendedorismo	1	0,4%	
Mecânica	1	0,4%	
Modelo	1	0,4%	
Preparatório para forças armadas	1	0,4%	
Total que faz curso*	259	-	

*Um respondente poderia citar mais de uma atividade.

Daqueles que não realizam curso técnico, 45,3% justificaram não gostar ou não ter interesse. Porém um grande percentual, cerca de 21,9%, afirmaram não realizar por não ter próximo à sua casa, o que mostra um problema de centralização de ofertas; e outros 20,1% afirmaram não ter condições financeiras, revelando uma área de expansão de atuação para o poder público.

Tabela 45: Justificativa de não realizar curso técnico

Justificativa	Obs.	(%)	
Não gosto	346	42,1%	
Não tem perto da minha casa	182	22,1%	
Não tenho condições financeiras	165	20,1%	
Não tem na escola	37	4,5%	
Não tenho tempo	13	1,6%	
Meus pais não deixam	12	1,5%	
Não tenho interesse	26	3,2%	
Não sei responder	13	1,6%	
Nunca teve oportunidade	8	1,0%	
Porque preciso trabalhar	6	0,7%	
Não tenho idade	5	0,6%	
Total que não faz curso	822	-	

*Um respondente poderia citar mais de uma atividade.

10. SITUAÇÕES DE TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Através do questionário buscou-se identificar e quantificar, de forma genérica e ampla, as atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes que pudessem vir a ser caracterizadas como possíveis situações de trabalho, em que foram disponibilizados e exemplificados 10 diferentes tipos de afazeres, conforme listado no Quadro 12.

Quadro 12: Definição das atividades contempladas no questionário

Tráfico de drogas	•A entrega de qualquer tipo de entorpecentes para outra pessoa, a pedido de alguém, por dinheiro ou para ganhar algo em troca, conforme Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
Prostituição infantil	•O uso ou permissão de uso do corpo ou de carícias ou outras formas de conotação sexual, por dinheiro ou para ganhar presentes ou alguma outra coisa em troca, conforme Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Atividade doméstica	•Realizar atividade doméstica para terceiros (§ 1º, Art 1º da Lei nº 150/2015); •Realizar atividade doméstica, onde mora e para a família, conforme critérios (apêndice 01).
Cuidar de crianças	•Cuidar de crianças na própria casa ou em outra residência para terceiros (§ 1º, art 1º da Lei nº 150/2015); •Cuidar de irmãos ou familiares menores, onde mora e para a família, conforme critérios (apêndice 01)
Coleta de materiais recicláveis	•O recolhimento e acondicionamento de resíduos sólidos recicláveis realizados em circunstâncias proibidas (na rua e por menor de 13 anos); ou para terceiros na informalidade; ou para a família e por conta própria, conforme critérios (apêndice 01)
Vendas ou atendimento	•A realização de atendimento ou qualquer tipo de atividade de venda em circunstâncias proibidas (na rua e por menor de 13 anos); para terceiros na informalidade, ou para a família ou por conta própria; conforme critérios (apêndice 01).
Lavação ou oficina mecânica	•A realização de atividade de lavação e serviços prestados em oficina mecânica em circunstâncias proibidas (na rua e por menor de 13 anos); para terceiros na informalidade; ou para a família ou por conta própria, conforme critérios (apêndice 01).
Trabalho rural	•O trabalho em atividades agroeconômicas em circunstâncias proibidas (na rua e por menor de 13 anos); para terceiros na informalidade; ou para a família ou por conta própria, conforme critérios (apêndice 01), considerando aspectos da Lei nº 11.326/2006.
Atividades manuais	•A realização de atividades manuais como costura, bordado, manicure, confecção de artesanato, culinária, entre outros, em circunstâncias proibidas (na rua e menor de 13 anos); para terceiros na informalidade; ou para a família ou por conta própria, conforme critérios (apêndice 01).
Atividades administrativas	•A realização de atividades administrativas em escritório em circunstâncias proibidas (menor de 13 anos); para terceiros na informalidade; ou para a família, conforme critérios (apêndice 01).

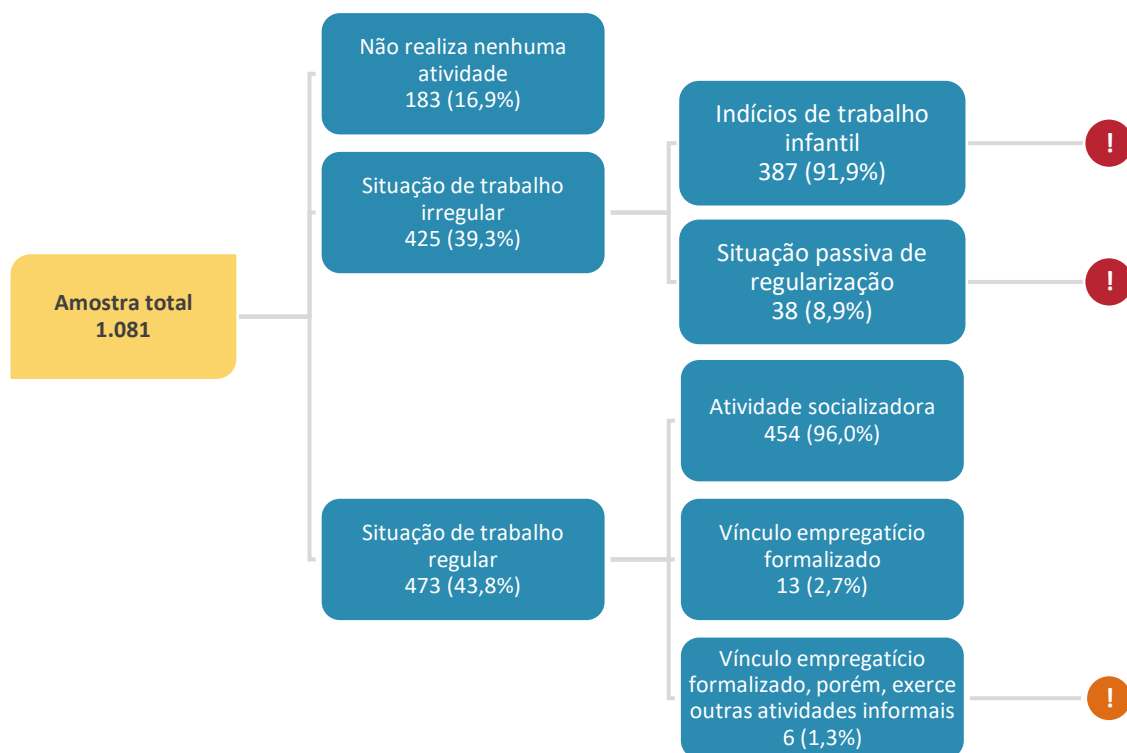
Neste contexto, e em conformidade com a legislação vigente, foram definidos pela Comissão de Acompanhamento e pela equipe técnica do Diagnóstico, critérios por atividade (apêndice 01) – considerando variáveis como idade, tempo, frequência e local – para a classificação das situações de trabalho como regulares ou irregulares, categorizados em três grupos distintos:

Quadro 13: Classificação das situações de trabalho

1. **Não trabalha:** crianças e adolescentes que afirmaram não realizar nenhuma atividade
2. **Situação de trabalho regular:** crianças e adolescentes em situação de trabalho formalizado ou que realizam atividades socializadoras, conforme apêndice 01.
3. **Situação de trabalho irregular:** crianças e adolescentes que realizam atividades não formalizadas ou com conotação de trabalho infantil, conforme apêndice 01.

Ressalta-se que os entrevistados poderiam responder afirmativamente para mais de uma atividade. O Quadro 14 mostra o primeiro panorama das situações de trabalho, no qual destaca-se que 39,3% estão em situação irregular, e outros 16,9% não realizam nenhuma atividade.

Quadro 14: Panorama geral das situações de trabalho em Congonhas



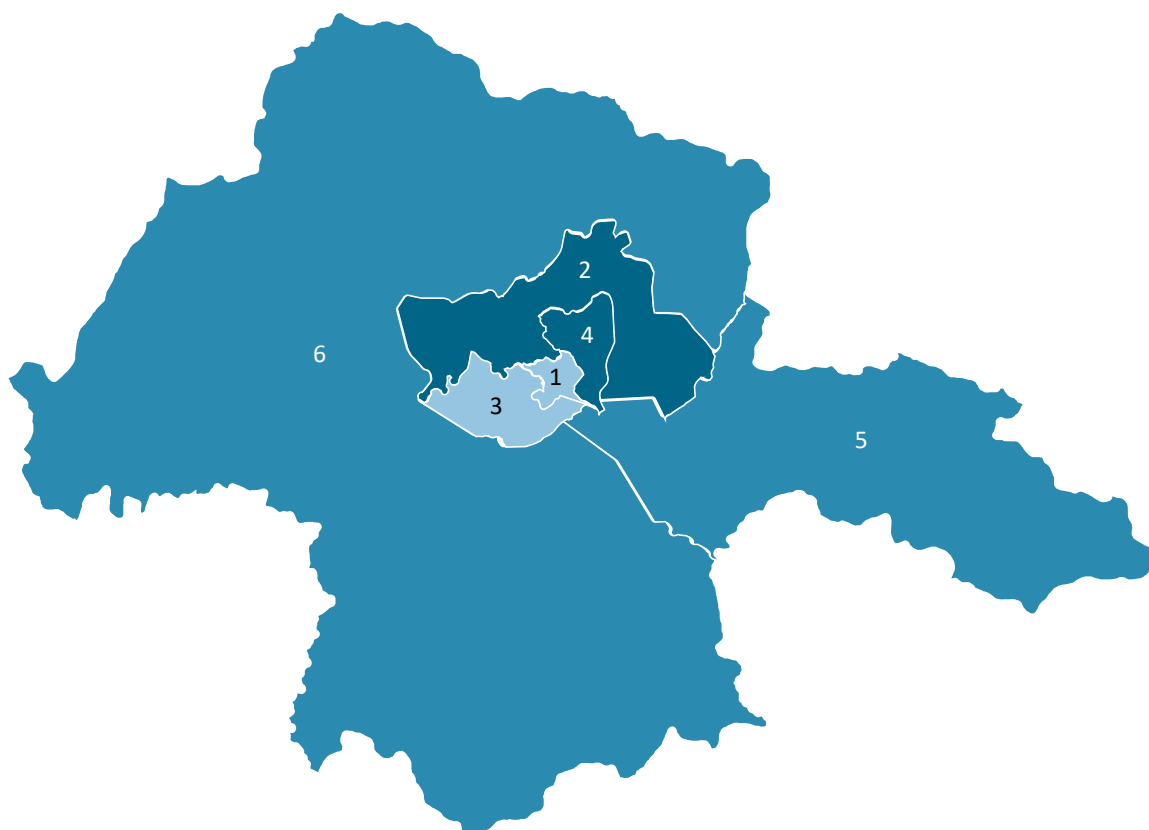
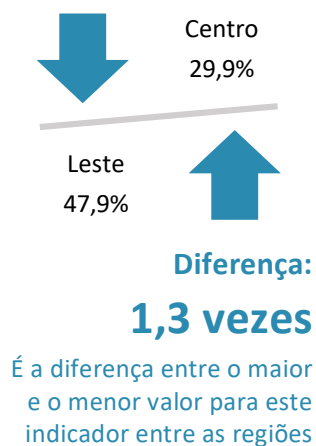
A partir deste panorama dá-se início à análise das situações de trabalho sob a perspectiva de regularidade ou irregularidade. Em seguida, as situações irregulares serão desdobradas por tipo de atividade, destacando as situações passíveis de regularização dos casos que apresentam fortes indícios de caracterização de trabalho infantil. Posteriormente, também serão analisadas as situações regulares e os entrevistados que declararam não realizar nenhuma atividade.

10.1 MAPA SOCIAL DAS SITUAÇÕES DE TRABALHO IRREGULAR

Na análise de penetração da amostra da pesquisa por território, constata-se que, no geral, a região Leste é a que apresenta maior percentual de crianças e adolescentes em situação de trabalho irregular, com 47,9%, enquanto a do Centro apresenta apenas 29,9%.

Tabela 46: Penetração da região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra

	Região	Obs.	Amostra	(%) Penetração Amostral
Baixo	1 Centro	46	154	29,9%
	3 Oeste	72	213	33,8%
Médio	5 Sul	43	112	38,4%
	6 Rural	69	178	38,8%
Alto	2 Norte	128	284	45,1%
	4 Leste	67	140	47,9%
Total de situações de trabalho irregular		425	1.081	39,3%



2.678

É o número médio – entre 2.480 e 2.877 – de crianças ou adolescentes em situação irregular de trabalho

A pesquisa amostral identificou um número de 39,3% de entrevistados em situação de trabalho irregular. Quando este número é projetado para o total de habitantes do Município – considerando o Intervalo de Confiança tem-se um intervalo entre **2.480 e 2.877** – como mostra a tabela 47, cujo número médio é de **2.678 crianças ou adolescentes em situação irregular de trabalho**.

Tabela 47: Projeção das situações de trabalhos irregulares sobre o quantitativo populacional de 10 a 17 anos

Faixa etária	Total populacional	Amostra Total	Observações amostrais em situação de trabalho irregular	(%) Amostral em situação de trabalho irregular	IC + ou -	IC Inferior	IC Superior
De 10 a 13 anos	3.310	526	239	45,4%	4,3%	1.363	1.645
De 14 a 15 anos	1.763	285	103	36,1%	5,6%	539	735
De 16 a 17 anos	1.740	270	83	30,7%	5,5%	439	631
De 10 a 17 anos	6.813	1.081	425	39,3%	2,9%	2.480	2.877

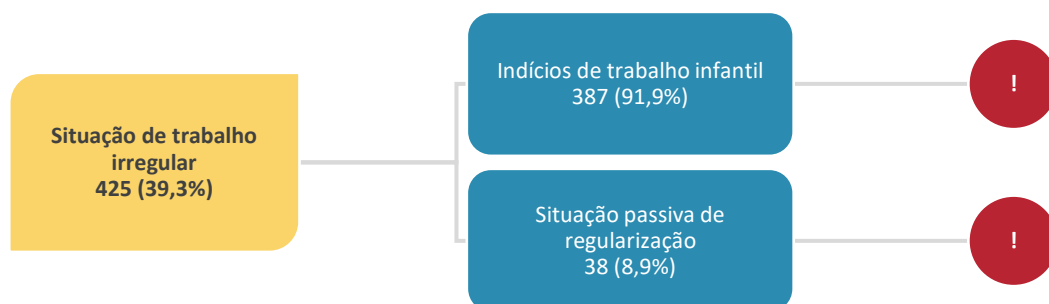
Nas situações apontadas como irregulares a análise foi dividida em dois grupos:

Quadro 15: Análise da situação irregular de trabalho de Congonhas⁸

- Situação de trabalho com fortes indícios de caracterização de trabalho infantil**, por serem realizadas em circunstâncias expressamente proibidas pela legislação, e, portanto, sem meios legais para sua regularização.
- Situações de trabalho passíveis de regularização**, neste caso foi observado um grupo de adolescentes que realizava atividades que poderiam ser regularizadas.

Considerando esta divisão de grupos, das 425 crianças e adolescentes em situação irregular, 8,9% poderiam ter suas situações regularizadas enquanto os outros 91,1% têm maior probabilidade de serem enquadrados como trabalho infantil.⁹

Quadro 16: Panorama da situação regular de trabalho irregular dos entrevistados



⁸ Destaca-se que a classificação das situações nos grupos 1 e 2 foram realizadas a partir das informações declaradas pelos entrevistados e também dos critérios pré-estabelecidos (apêndice 01), e que talvez o olhar de algum outro técnico pudesse chegar a números diferentes, porém, a análise aqui tem como principal objetivo alertar o agente público do cenário de atuação e das frentes de trabalho.

⁹ Ressalta-se que a análise foi realizada de acordo com as respostas e declarações das crianças e adolescentes entrevistados.

Adentrando no perfil das crianças e adolescentes em situação irregular, constata-se que a maior concentração dos entrevistados é do sexo masculino, com 53,2%, cuja penetração amostral é de 40,0% (conforme tabelas 48 e 49).

Tabela 48: Sexo dos entrevistados em situação de trabalho irregular

Sexo	Obs.	(%)
Feminino	199	46,8%
Masculino	226	53,2%
Total	425	100,0%

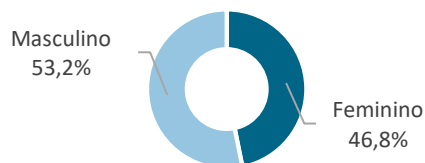
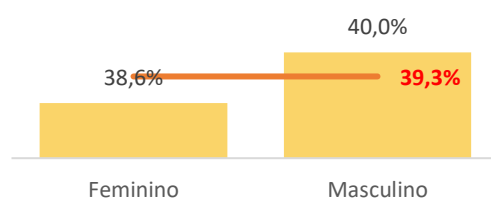


Tabela 49: Sexo dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra

Sexo	Obs.	Amostra	(%) Penetração Amostral
Feminino	199	516	38,6%
Masculino	226	565	40,0%
Total	425	1.081	39,3%



Já em relação à idade, o maior percentual está na faixa etária de 10 a 13 anos, com 56,2% do total de entrevistados, e com penetração amostral de 45,4%, conforme tabelas 50 e 51.

Tabela 50: Faixa etária dos entrevistados em situação de trabalho irregular

Faixa Etária	Obs.	(%)
De 10 a 13 anos	239	56,2%
De 14 a 15 anos	103	24,2%
De 16 a 17 anos	83	19,5%
Total	425	100,0%

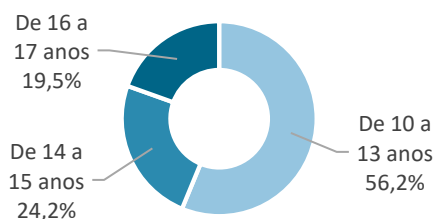
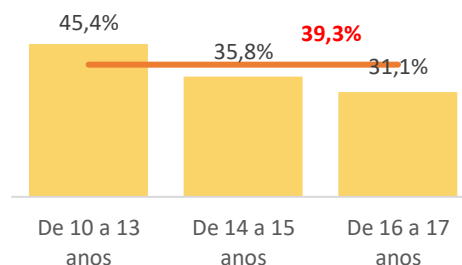


Tabela 51: Faixa etária dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra

Faixa Etária	Obs.	Amostra	(%) Penetração Amostral
De 10 a 13 anos	239	526	45,4%
De 14 a 15 anos	103	288	35,8%
De 16 a 17 anos	83	267	31,1%
Total	425	1.081	39,3%



Em relação à faixa etária, a idade de 11 anos foi a com maior percentual de entrevistas (17,9%), seguida das idades de 13 e 14 anos com mais de 14% cada uma.

Tabela 52: Idade dos entrevistados em situação de trabalho irregular

Idade	Obs.	(%)	
10 anos	48	11,3%	
11 anos	76	17,9%	
12 anos	53	12,5%	
13 anos	62	14,6%	
14 anos	60	14,1%	
15 anos	43	10,1%	
16 anos	43	10,1%	
17 anos	40	9,4%	
Total	425	100,0%	

Na análise por território, constata-se que a Norte foi a região com maior percentual de entrevistados em situação irregular de trabalho (30,1%).

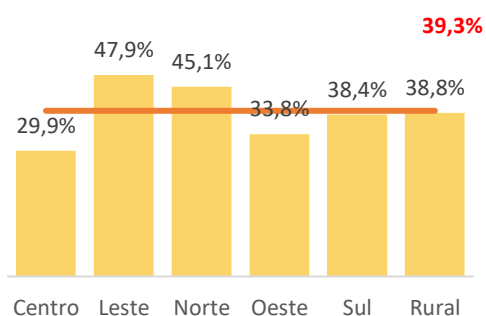
Tabela 53: Região de referência da residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular

Região	Obs.	(%)	
Centro	46	10,8%	
Leste	67	15,8%	
Norte	128	30,1%	
Oeste	72	16,9%	
Sul	43	10,1%	
Rural	69	16,2%	
Total	425	100,0%	

Considerando a penetração da amostra e sua projeção de forma proporcional à população de cada região, se sobressaem as regiões Norte e Leste, ambas com mais de 45%.

Tabela 54: Região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra

Região	Obs.	Amostra	(%) Penetração Amostral
Centro	46	154	29,9%
Leste	67	140	47,9%
Norte	128	284	45,1%
Oeste	72	213	33,8%
Sul	43	112	38,4%
Rural	69	178	38,8%
Total	425	1.081	39,3%



10.1.1 INDICADORES DAS SITUAÇÕES DE TRABALHO IRREGULAR POR ATIVIDADE

Com objetivo de consubstanciar este Diagnóstico, as situações irregulares serão desdobradas e apresentadas por tipo de atividade, a fim de constituir um indicador social por território, bem como apresentar o perfil das crianças e adolescentes a ela sujeitas.

Quadro 17: Panorama das situações irregulares de trabalho por atividade



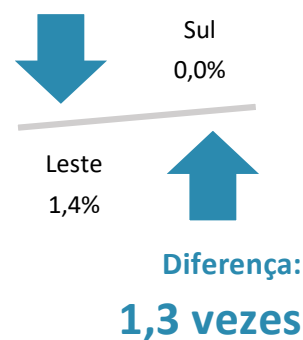
Indicador 1: Tráfico de drogas

Definição: número de crianças e adolescentes, na faixa etária de 10 a 17 anos, em situação irregular de atividade por envolvimento com tráfico de drogas sobre o número amostral

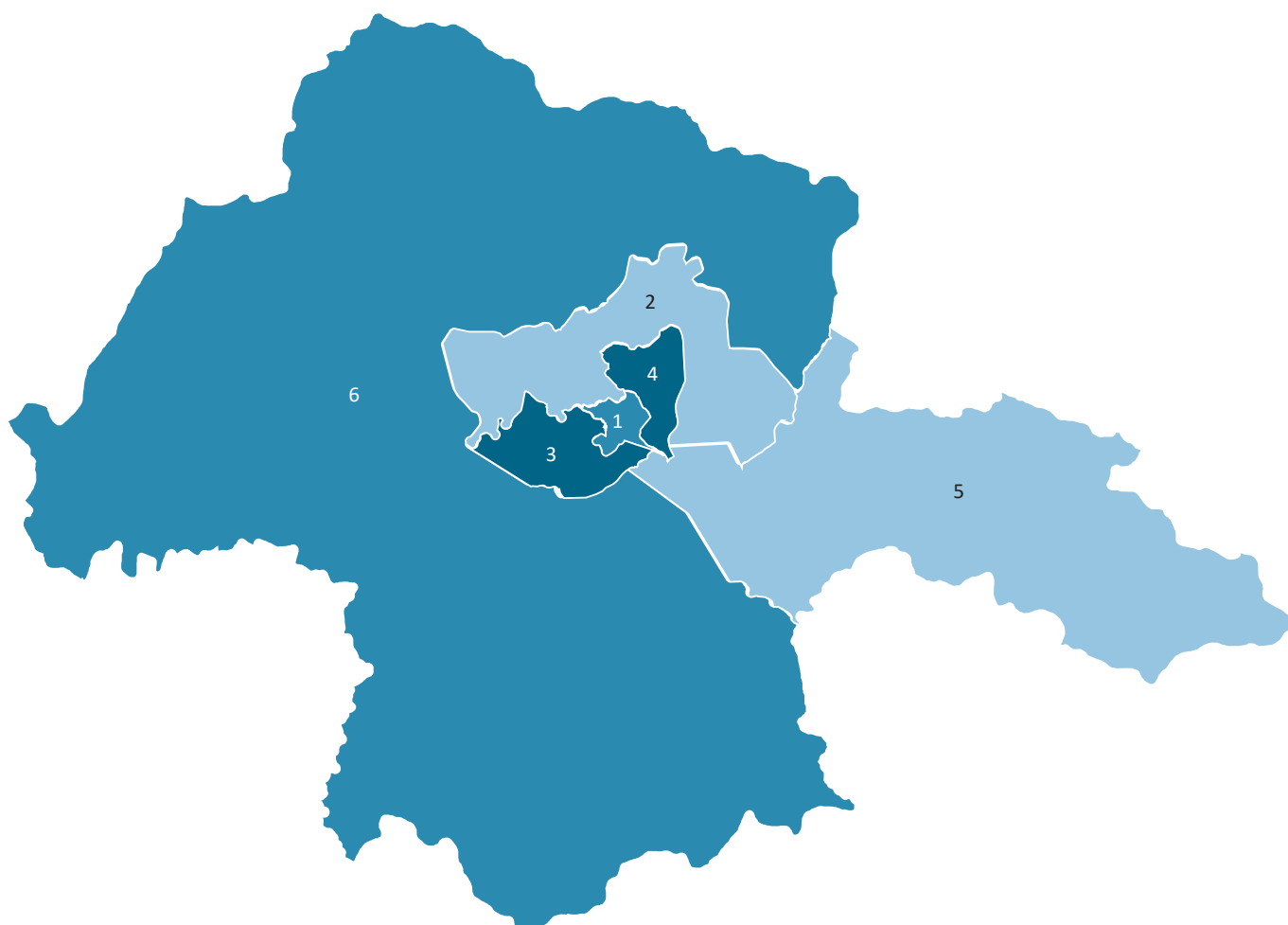
Na análise de penetração das regiões percebe-se que o envolvimento com drogas só não acontece na região Sul, em todas as outras existem crianças ou adolescentes que já levaram ou entregaram drogas, com percentuais muito próximos ao do Município, entre 1,1% a 1,4%.

Tabela 55: Penetração da região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra

	Região	Obs.	Amostra	(%) Penetração Amostral
Baixo	5 Sul	0	112	0,0%
	2 Norte	3	284	1,1%
Médio	6 Rural	2	178	1,1%
	1 Centro	2	154	1,3%
Alto	3 Oeste	3	213	1,4%
	4 Leste	2	140	1,4%
Congonhas		12	1.081	1,1%

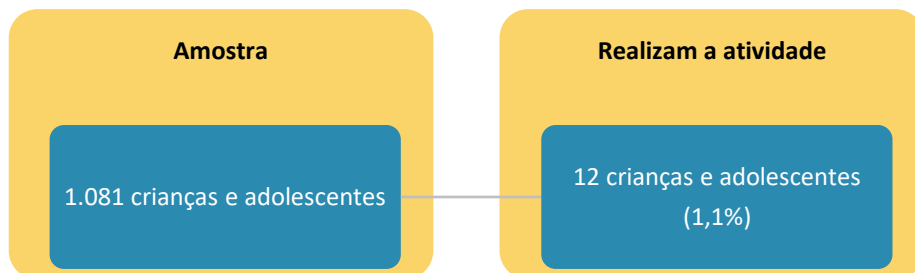


É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões



A pesquisa buscou perguntar de uma forma não invasiva o envolvimento de crianças e adolescentes com o tráfico de drogas, cujo número revelou 12 crianças e adolescentes envolvidos, um percentual equivalente na amostra de 1,1%.

Quadro 18: Realização da atividade de tráfico de drogas



Percebe-se que não existe uma faixa etária predominante, todas têm envolvimento, sendo a faixa etária de 16 a 17 anos a que se destaca com um percentual um pouco maior (41,7%). Já em relação ao sexo, teve-se 50% para cada.

Tabela 56: Faixa etária dos entrevistados

Faixa Etária	Obs.	(%)
De 10 a 13 anos	4	33,3%
De 14 a 15 anos	3	25,0%
De 16 a 17 anos	5	41,7%
Realizam a atividade em situação irregular	12	100,0%

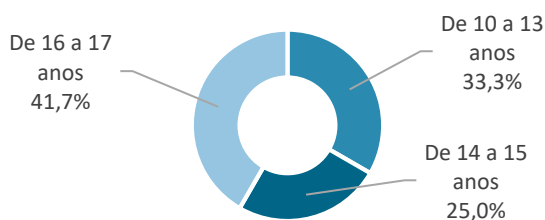
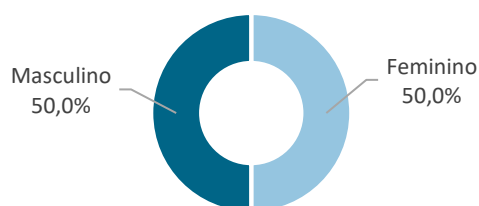


Tabela 57: Sexo dos entrevistados

Sexo	Obs.	(%)
Feminino	6	50,0%
Masculino	6	50,0%
Realizam a atividade em situação irregular	12	100,0%



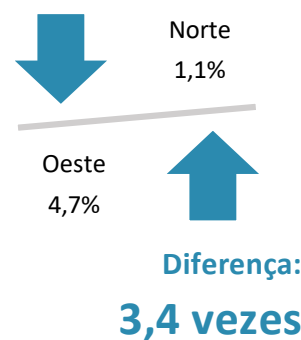
Indicador 2: Prostituição infantil

Definição: número de crianças e adolescentes, na faixa etária de 10 a 17 anos, em situação irregular de atividade por prostituição infantil sobre o número amostral

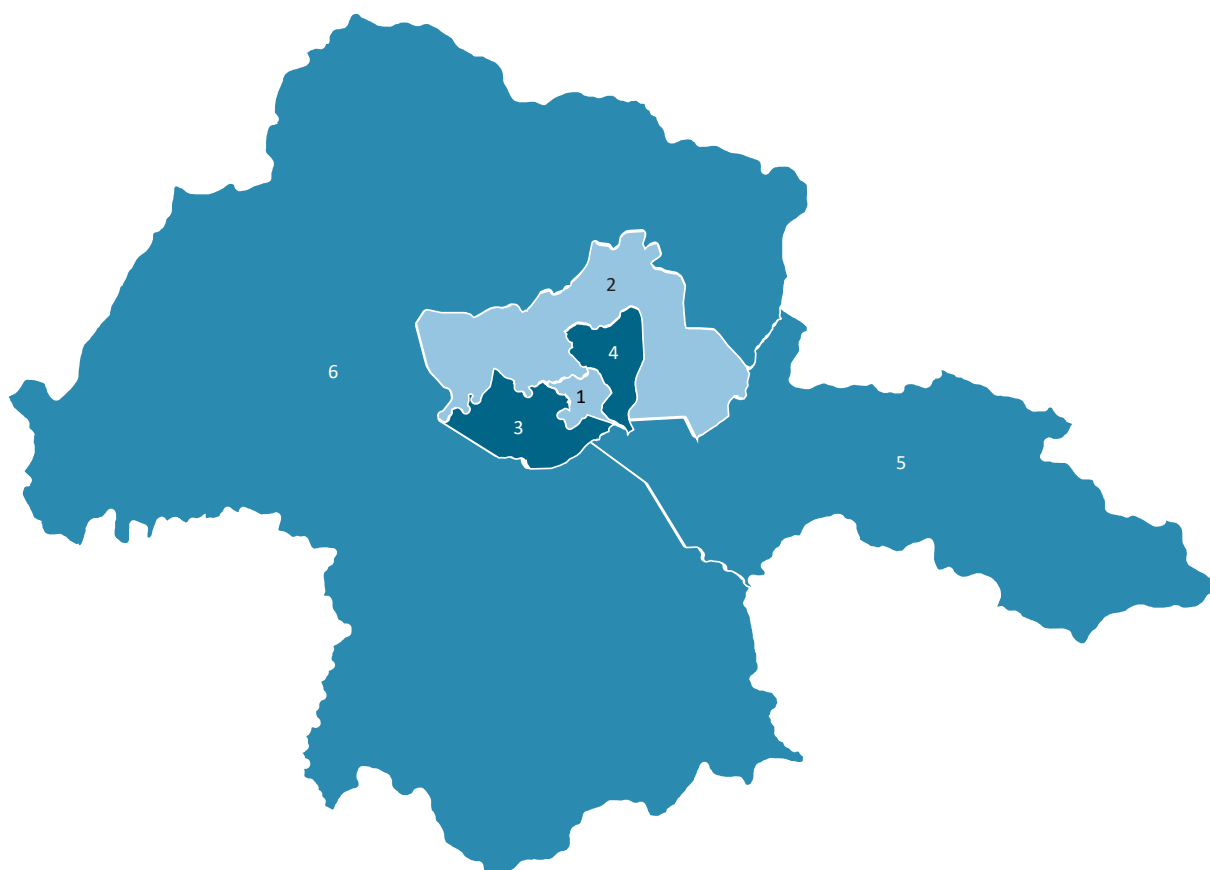
Destaca-se a região Oeste com o maior percentual (4,7%) e a região Norte com o menor percentual (1,1%), cuja diferença entre elas é de 3,4 vezes, ou seja, na região Oeste o envolvimento de crianças e adolescentes com prostituição é 3,4 vezes maior do que na Região Norte.

Tabela 58: Penetração da região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra

	Região	Obs.	Amostra	(%) Penetração Amostral
Baixo	2 Norte	3	284	1,1%
	1 Centro	3	154	1,9%
Médio	5 Sul	3	112	2,7%
	6 Rural	5	178	2,8%
Alto	4 Leste	4	140	2,9%
	3 Oeste	10	213	4,7%
Congonhas		28	1.081	2,6%

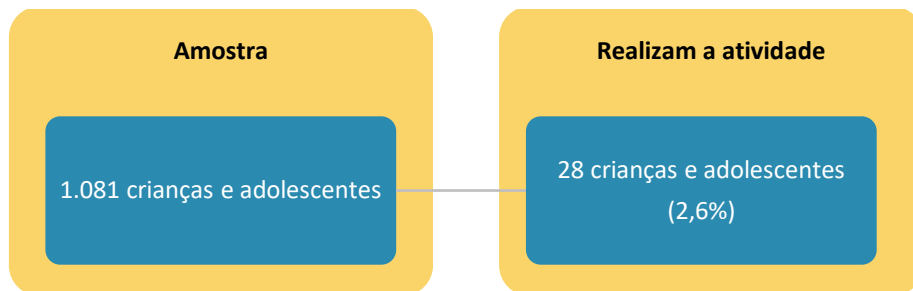


É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões



A pesquisa buscou identificar de forma não invasiva, os entrevistados envolvidos com prostituição infantil, cujo percentual amostral é de 2,6%.

Quadro 19: Realização da atividade de prostituição infantil



O perfil surpreende ao revelar que o maior número de crianças e adolescentes que têm ou já tiveram envolvimento com a prostituição está na faixa etária de 10 a 13 anos (50,0%) e do sexo feminino (64,3%).

Tabela 59: Faixa etária dos entrevistados

Faixa Etária	Obs.	(%)
De 10 a 13 anos	14	50,0%
De 14 a 15 anos	9	32,1%
De 16 a 17 anos	5	17,9%
Realizam a atividade em situação irregular	28	100,0%

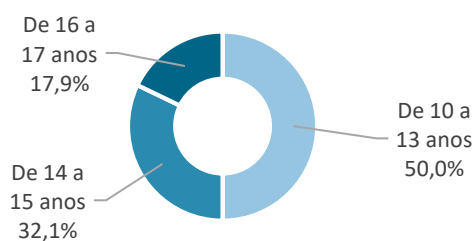
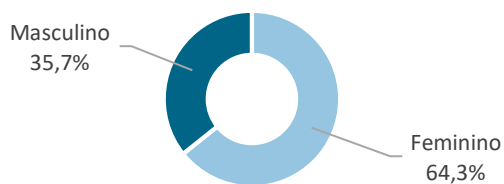


Tabela 60: Sexo dos entrevistados

Sexo	Obs.	(%)
Feminino	18	64,3%
Masculino	10	35,7%
Realizam a atividade em situação irregular	28	100,0%



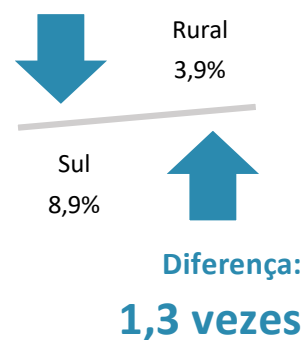
Indicador 3: Atividade doméstica

Definição: número de crianças e adolescentes, na faixa etária de 10 a 17 anos, em situação irregular de atividade doméstica na casa sobre o número amostral

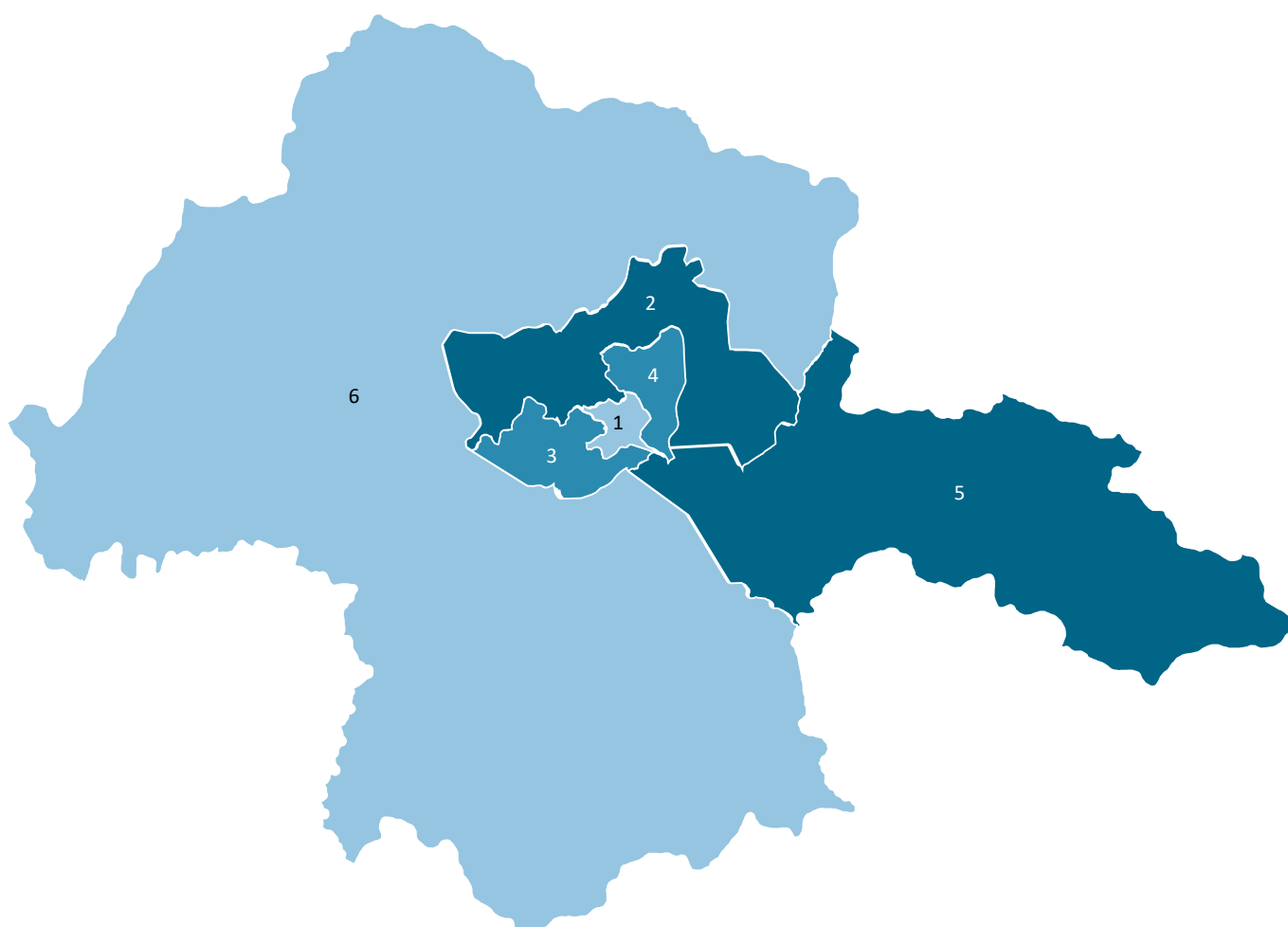
A diferença entre a região Rural, com o menor percentual de crianças e adolescentes situação de trabalho irregular de atividade doméstica, para a região Sul, com maior percentual, é de 1,3 vezes, ou seja, mais que o dobro.

Tabela 61: Penetração da região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra

	Região	Obs.	Amostra	(%) Penetração Amostral
Baixo	6 Rural	7	178	3,9%
	1 Centro	7	154	4,5%
Médio	3 Oeste	10	213	4,7%
	4 Leste	10	140	7,1%
Alto	2 Norte	22	284	7,7%
	5 Sul	10	112	8,9%
Congonhas		66	1.081	6,1%

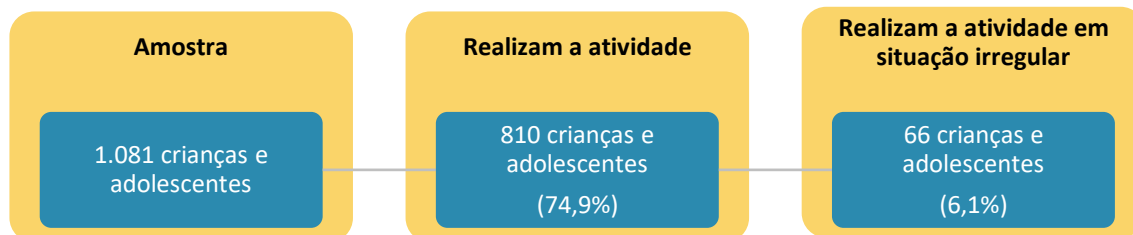


É a diferença entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões



Cerca de 74,9% dos entrevistados realizam a atividade doméstica, porém apenas 6,1% – do total de 1.081 entrevistados – estão em situação irregular, o que representa um total de 66 crianças e adolescentes.

Quadro 20: Realização da atividade doméstica



Sobre o perfil prevalece o sexo feminino com 63,6%, e com maior incidência na faixa etária entre 10 e 13 anos (83,3%).

Tabela 62: Faixa etária dos entrevistados

Faixa Etária	Obs.	(%)
De 10 a 13 anos	55	83,3%
De 14 a 15 anos	6	9,1%
De 16 a 17 anos	5	7,6%
Total	66	100,0%

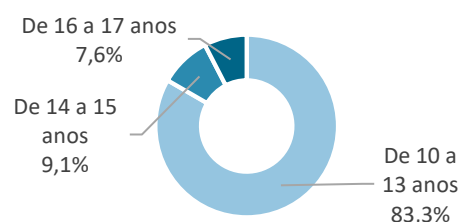
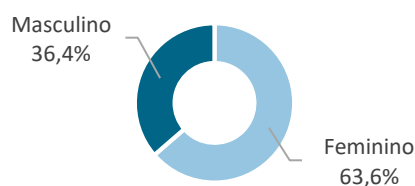


Tabela 63: Sexo dos entrevistados

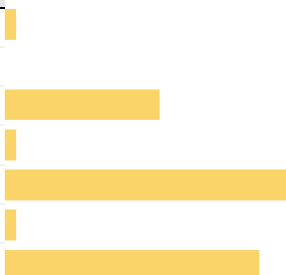
Sexo	Obs.	(%)
Feminino	42	63,6%
Masculino	24	36,4%
Total	66	100,0%



Analisando a quantidade de dias da semana em que a atividade é realizada, é possível constatar que a maior concentração está em 3 dias (21,2%), seguida de 5 (39,4%) e de 7 (34,8%) dias na semana.

Tabela 64: Quantidade de dias da semana que os entrevistados realizam a atividade

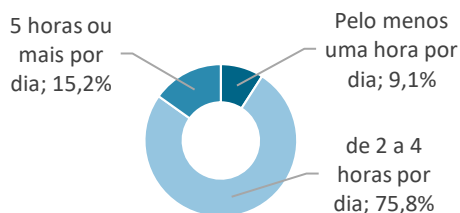
Quantidade dias da semana	Obs.	(%)
1	1	1,5%
2	0	0,0%
3	14	21,2%
4	1	1,5%
5	26	39,4%
6	1	1,5%
7	23	34,8%
Total	66	100,0%



Já considerando a variável de quantidade de horas por dia, a maior incidência dos entrevistados em situação irregular está na faixa de 2 a 4 horas por dia, com 75,8%, seguida da 5 horas ou mais, com 15,2%.

Tabela 65: Quantidade de horas por dia que os entrevistados realizam a atividade

Quantidade de horas	Obs.	(%)
Pelo menos uma hora por dia	6	9,1%
de 2 a 4 horas por dia	50	75,8%
5 horas ou mais por dia	10	15,2%
Realizam a atividade em situação irregular	66	100,0%

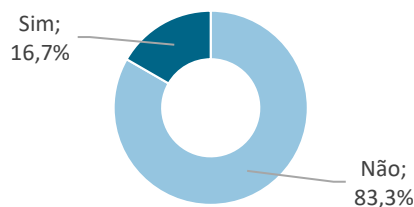


Explorando outras características como vínculo, local em que é realizado, remuneração e motivos, é possível traçar um panorama desses 66 casos irregulares, cuja maior parte realiza a atividade para a família (86,4%), no local onde mora (87,9%), não recebem pela atividade que exercem (83,3%) e ainda, alegam que o fazem para ajudar a família (92,4%).

Quadro 21: Cenário de trabalho das situações irregulares de atividade doméstica

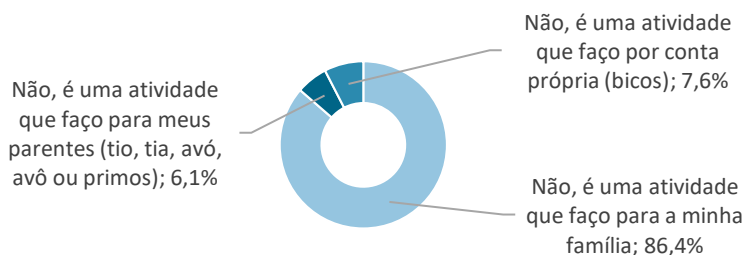
Entrevistados que recebem dinheiro pela atividade

Recebem dinheiro	Obs.	(%)
Não	55	83,3%
Sim	11	16,7%
Realizam a atividade em situação irregular	66	100,0%



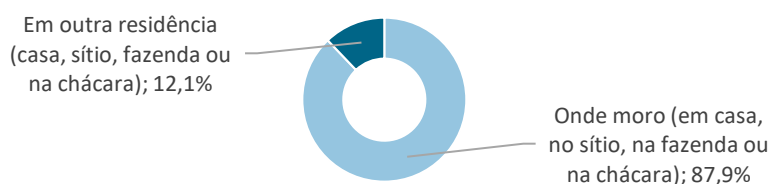
Vínculo empregatício dos entrevistados que realizam a atividade

Tipo de Vínculo	Obs.	(%)
Não, é uma atividade que faço para a minha família	57	86,4%
Não, é uma atividade que faço para meus parentes (tio, tia, avó, avô ou primos)	4	6,1%
Não, é uma atividade que faço por conta própria (bicos)	5	7,6%
Realizam a atividade em situação irregular	66	100,0%



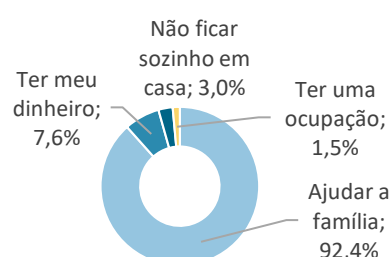
Local de maior frequência em que os entrevistados realizam a atividade

Local	Obs.	(%)
Onde moro (em casa, no sítio, na fazenda ou na chácara)	58	87,9%
Em outra residência (casa, sítio, fazenda ou na chácara)	8	12,1%
Realizam a atividade em situação irregular	66	100,0%



Motivos alegados pelos entrevistados para realizarem a atividade

Motivos	Obs.	(%)
Ajudar a família	61	92,4%
Ter meu dinheiro	5	7,6%
Não ficar sozinho em casa	2	3,0%
Ter uma ocupação	1	1,5%
Realizam a atividade em situação irregular*	66	-

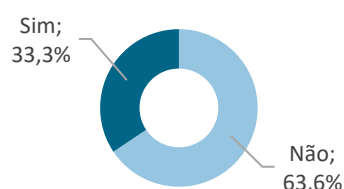


Também foi solicitado aos entrevistados para que eles respondessem, se na sua concepção, consideravam esta atividade um trabalho ou se elas atrapalhavam nos estudos. Em ambas as perguntas as respostas foram negativas já que 63,6% não considera a atividade doméstica como um trabalho e 93,9% disseram não comprometer os estudos.

Quadro 22: Trabalho *versus* estudos para situações irregulares de atividade doméstica

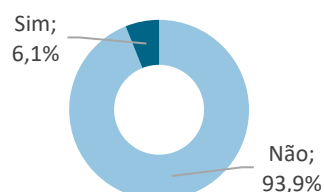
Entrevistados que consideram a atividade como um trabalho

Resposta	Obs.	(%)
Não	42	63,6%
Sim	22	33,3%
Realizam a atividade em situação irregular	64	97,0%



Entrevistados que consideram que a atividade atrapalha os estudos

Resposta	Obs.	(%)
Não	62	93,9%
Sim	4	6,1%
Realizam a atividade em situação irregular	66	100,0%



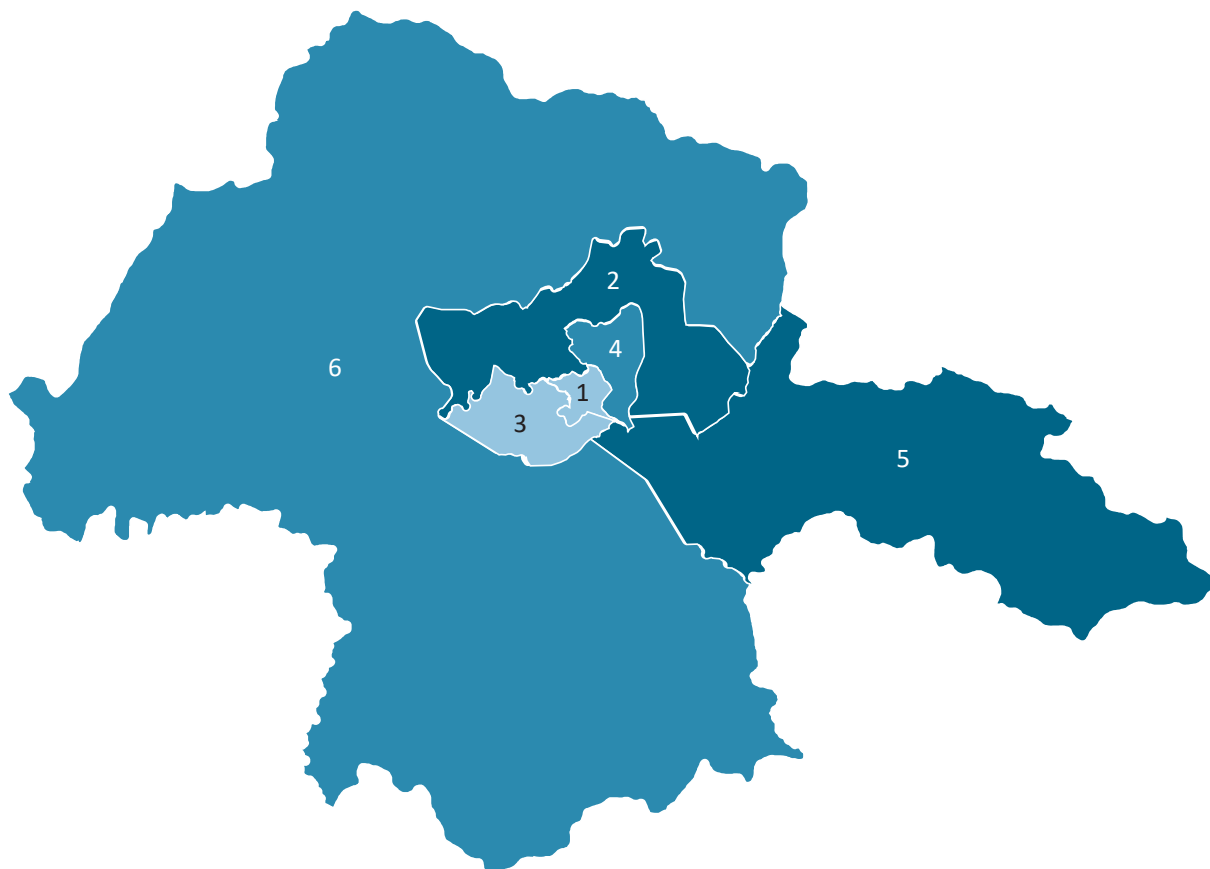
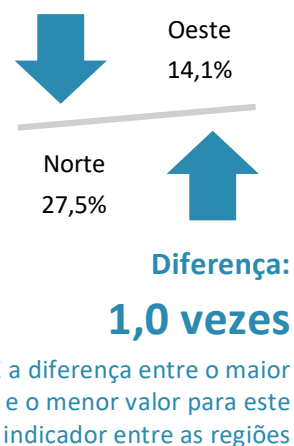
Indicador 4: Cuidar de crianças

Definição: número de crianças e adolescentes, na faixa etária de 10 a 17 anos, em situação irregular em cuidar de outras crianças e irmãos menores sobre o número amostral

Nesta atividade percebe-se que há uma homogeneidade, já que todas as regiões apresentam pelo menos 14% dos entrevistados em situação irregular. Três regiões se destacam com os maiores percentuais, a Norte (27,5%), seguida da Sul (23,2%); e da Leste (22,9%).

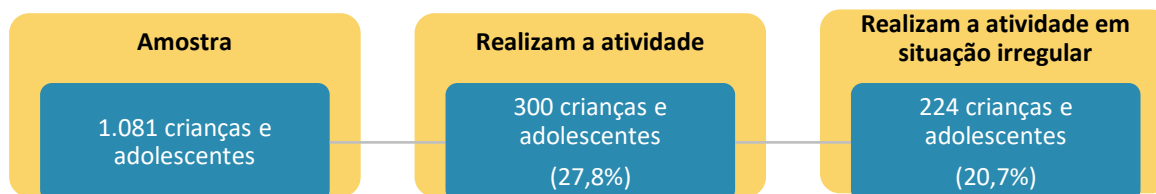
Tabela 66: Penetração da região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra

	Região	Obs.	Amostra	(%) Penetração Amostral
Baixo	3 Oeste	30	213	14,1%
	1 Centro	26	154	16,9%
Médio	6 Rural	32	178	18,0%
	4 Leste	32	140	22,9%
Alto	5 Sul	26	112	23,2%
	2 Norte	78	284	27,5%
Realizam a atividade em situação irregular		224	1.081	20,7%



Esta atividade se destaca no Município, já que 27,8% dos entrevistados afirmaram realizá-la, dos quais 20,7% estão em situação irregular.

Quadro 23: Realização da atividade de cuidar de crianças



No perfil daqueles em situação irregular, destaca-se a faixa etária de 10 a 13 anos, com 64,3%. No sexo tanto o feminino como o masculino exercem a atividade, com 52,7% e 47,3% respectivamente.

Tabela 67: Faixa etária dos entrevistados

Faixa Etária	Obs.	(%)
De 10 a 13 anos	144	64,3%
De 14 a 15 anos	47	21,0%
De 16 a 17 anos	33	14,7%
Total em situação irregular	224	100,0%

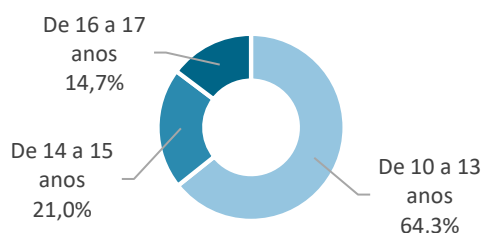
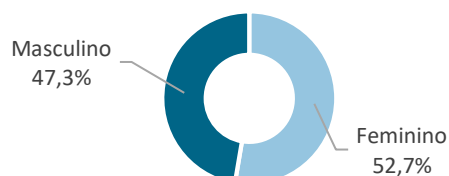


Tabela 68: Sexo dos entrevistados

Sexo	Obs.	(%)
Feminino	118	52,7%
Masculino	106	47,3%
Total em situação irregular	224	100,0%



Em relação à periodicidade, constata-se que 32,1% dos entrevistados afirmam realizá-la sete vezes na semana, 24,1% 5 vezes, e 7,1% apenas nos períodos festivos.

Tabela 69: Quantidade de dias da semana que os entrevistados realizam a atividade

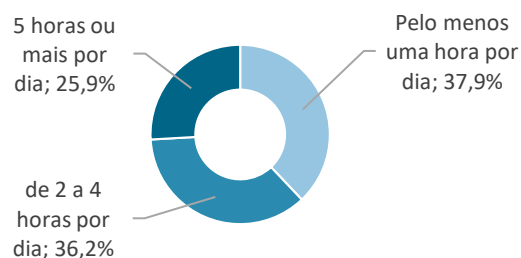
Quantidade de dias da semana	Obs.	(%)
1	32	14,3%
2	43	19,2%
3	10	4,5%
4	4	1,8%
5	54	24,1%
6	4	1,8%
7	72	32,1%
Nos períodos festivos (Jubileu, carnaval, festival da quitanda, de inverno, etc.)	16	7,1%
Total em situação irregular*	224	-

* Um respondente poderia ser citado além dos dias de semana a opção de períodos festivos

A quantidade de horas não mostra um perfil definido, varia de pelo menos uma hora diária para 37,9%; de 2 a 4 horas para 36,2%; e os que ultrapassam 5 horas ou mais representam 25,9%.

Tabela 70: Quantidade de horas por dia que os entrevistados realizam a atividade

Resposta	Obs.	(%)
Pelo menos uma hora por dia	85	37,9%
de 2 a 4 horas por dia	81	36,2%
5 horas ou mais por dia	58	25,9%
Realizam a atividade em situação irregular	224	100,0%



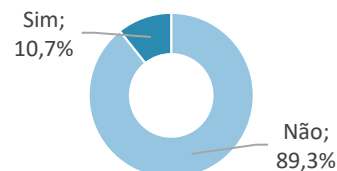
Nesta atividade temos um perfil das situações irregulares em que salienta-se ainda mais o meio familiar como cenário em que 80,8% realiza a atividade para a família, 89,3% não recebe dinheiro algum, 92,4% faz em sua residência, e 88,8% declara que o faz para ajudar a família.

Quando avaliamos o valor recebido pelos 24 entrevistados que são remunerados, em média eles recebem R\$ 97 reais, sendo que a maioria, 29,2% recebem entre R\$ 11,00 e 50,00.

Quadro 24: Cenário de trabalho das situações irregulares de atividade de cuidar de crianças

Entrevistados que recebem dinheiro pela atividade

Resposta	Obs.	(%)
Não	200	89,3%
Sim	24	10,7%
Realizam a atividade em situação irregular	224	100,0%



Valor recebido pelos entrevistados que realizam a atividade

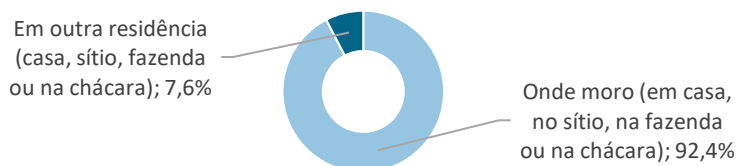
Resposta	Obs.	(%)
Até R\$ 10	4	16,7%
De R\$ 11 a R\$ 50	7	29,2%
De R\$ 51 a R\$ 100	4	16,7%
R\$ 101 ou mais	1	0,4%
Respondentes	24	100,0%

Vínculo empregatício dos entrevistados que realizam a atividade

Resposta	Obs.	(%)
Não, é uma atividade que faço para a minha família	181	80,8%
Não, é uma atividade que faço por conta própria	31	13,8%
Não, é uma atividade que faço para meus parentes (tio, tia, avó, avô ou primos)	9	4,0%
Não, é uma atividade que faço para amigos	2	0,9%
Sim, mas não tenho nem carteira assinada e nem contrato de trabalho	1	0,4%
Realizam a atividade em situação irregular	224	100,0%

Local de maior frequência em que os entrevistados realizam a atividade

Resposta	Obs.	(%)
Onde moro (em casa, no sítio, na fazenda ou na chácara)	207	92,4%
Em outra residência (casa, sítio, fazenda ou na chácara)	17	7,6%
Realizam a atividade em situação irregular	224	100,0%



Motivos alegados pelos entrevistados para realizarem a atividade

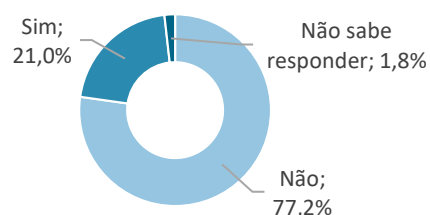
Resposta	Obs.	(%)
Ajudar a família	199	88,8%
Ter meu dinheiro	16	7,1%
Gosto de fazer	9	4,0%
Não ficar sozinho em casa	7	3,1%
Ter uma ocupação	3	1,3%
Ajudar os parentes	3	1,3%
Realizam a atividade em situação irregular*	224	-

Novamente avaliando a percepção, 77,2% dos casos de crianças e adolescentes que cuidam de outras crianças afirmam que isto não é um trabalho, e ainda 95,1% avaliam que isso não atrapalha seus estudos.

Quadro 25: Trabalho *versus* estudos para situações irregulares de cuidar de crianças

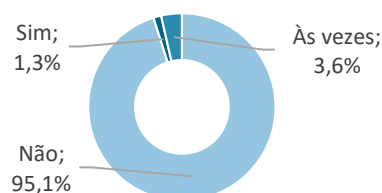
Entrevistados que consideram a atividade como um trabalho

Resposta	Obs.	(%)
Não	173	77,2%
Sim	47	21,0%
Não sabe responder	4	1,8%
Realizam a atividade em situação irregular	224	100,0%



Entrevistados que consideram que a atividade atrapalha os estudos

Resposta	Obs.	(%)
Não	213	95,1%
Sim	3	1,3%
Às vezes	8	3,6%
Realizam a atividade em situação irregular	224	100,0%



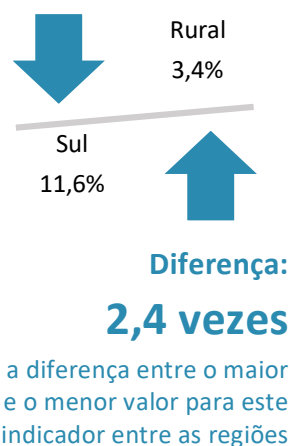
Indicador 5: Coleta de materiais recicláveis

Definição: número de crianças e adolescentes, na faixa etária de 10 a 17 anos, em situação irregular de atividade de coleta de materiais recicláveis sobre o número amostral

A região Sul se destacou tendo 11,6% dos entrevistados atuando nesta atividade em situação de trabalho irregular. Outras duas regiões tiveram mais de 9% dos entrevistados na mesma situação, a região Centro e a região Leste com 9,1% e 9,3% respectivamente.

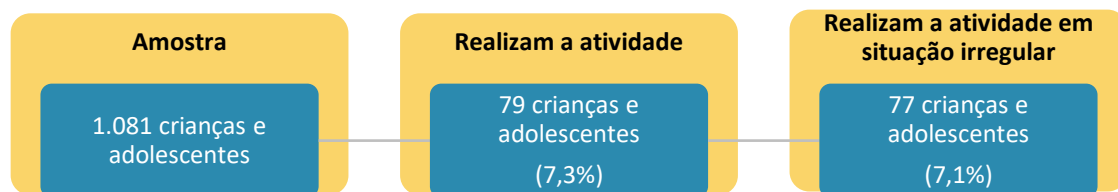
Tabela 71: Penetração da região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra

	Região		Obs.	Amostra	(%) Penetração Amostral
Baixo	6	Rural	6	178	3,4%
	3	Oeste	11	213	5,2%
Médio	2	Norte	20	284	7,0%
	1	Centro	14	154	9,1%
Alto	4	Leste	13	140	9,3%
	5	Sul	13	112	11,6%
Realizam a atividade em situação irregular			77	1.081	7,1%



O trabalho com coleta e materiais recicláveis é realizada por 7,3% dos entrevistados, sendo que na situação de trabalho irregular são 7,1%.

Quadro 26: Realização da atividade de coleta de materiais recicláveis



Nesta atividade prevalece as crianças de 10 a 13 anos com 63,6% e o sexo masculino com 61,0% realizando a atividade.

Tabela 72: Faixa etária dos entrevistados

Faixa Etária	Obs.	(%)
De 10 a 13 anos	49	63,6%
De 14 a 15 anos	16	20,8%
De 16 a 17 anos	12	15,6%
Total em situação irregular	77	100,0%

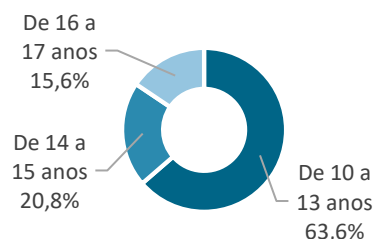
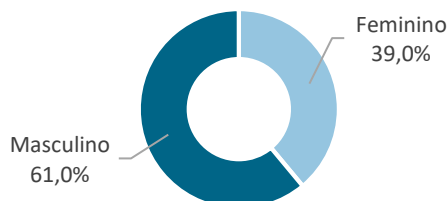


Tabela 73: Sexo dos entrevistados

Sexo	Obs.	(%)
Feminino	30	39,0%
Masculino	47	61,0%
Total em situação irregular	77	100,0%



Os períodos festivos se sobressaem com 32,5% dos entrevistados realizando a coleta de materiais recicláveis. Além destas datas a frequência de 1 e 2 dias na semana somam mais 54,5%.

Tabela 74: Quantidade de dias da semana que os entrevistados realizam a atividade

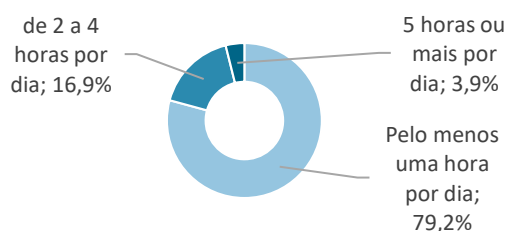
Resposta	Obs.	(%)
1	21	27,3%
2	21	27,3%
3	2	2,6%
4	0	0,0%
5	3	3,9%
6	3	3,9%
7	8	10,4%
Nos períodos festivos (Jubileu, carnaval, festival da quitanda, de inverno, etc.)	25	32,5%
Realizam a atividade em situação irregular	77	-

*Um respondente poderia ser citado além dos dias de semana a opção de períodos festivos.

O tempo de atuação é de pelo menos uma hora por dia para 79,2% dos 77 entrevistados em situação de trabalho irregular.

Tabela 75: Quantidade de horas por dia que os entrevistados realizam a atividade

Resposta	Obs.	(%)
Pelo menos uma hora por dia	61	79,2%
de 2 a 4 horas por dia	13	16,9%
5 horas ou mais por dia	3	3,9%
Realizam a atividade em situação irregular	77	100,0%

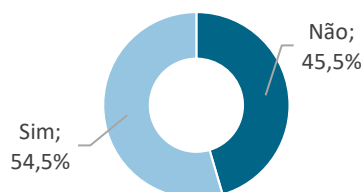


Nota-se que a maioria recebe dinheiro para exercê-la (54,5%), em que destaca-se a faixa de valor recebida entre R\$ 11,00 e R\$ 50,00 para 52,4%. Sobre o tipo de vínculo, 50,6% realiza para a família e 42,9% faz por conta própria. A atividade realizada na própria casa se sobressai, com 57,1%, seguida da realizada na rua, com 39,0%. Além disso, novamente as alternativas de ajudar a família (55,8%) e ter seu dinheiro (39,0%) se destacam como motivos para exercer a atividade em situação de trabalho irregular.

Quadro 27: Cenário de trabalho das situações irregulares de coleta de materiais recicláveis

Entrevistados que recebem dinheiro pela atividade

Resposta	Obs.	(%)
Não	35	45,5%
Sim	42	54,5%
Total em situação irregular	77	100,0%



Valor recebido pelos entrevistados que realizam a atividade

Faixa de valor	Obs.	(%)
Até R\$ 10	9	21,4%
De R\$ 11 a R\$ 50	22	52,4%
De R\$ 51 a R\$ 100	2	4,8%
R\$ 101 ou mais	2	4,8%
Não informado	7	16,7%
Total	42	100,0%

Vínculo empregatício dos entrevistados que realizam a atividade

Tipo de vínculo empregatício	Obs.	(%)
Não, é uma atividade que faço para a minha família	39	50,6%
Não, é uma atividade que faço por conta própria	33	42,9%
Não, é uma atividade que faço para meus parentes (tio, tia, avô, avô ou primos)	3	3,9%
Não, é uma atividade que faço para amigos	2	2,6%
Sim, mas não tenho nem carteira assinada e nem contrato de trabalho	0	0,0%
Realizam a atividade em situação irregular	77	100,0%

Local de maior frequência em que os entrevistados realizam a atividade

Resposta	Obs.	(%)
Na rua, em via pública, no semáforo ou em praças	30	39,0%
Onde moro (em casa, no sítio, na fazenda ou na chácara)	44	57,1%
Em uma loja, em uma barraca na feira, restaurante, lanchonete ou outro comércio	1	1,3%
Em outra residência (casa, sítio, fazenda ou na chácara)	1	1,3%
Em um escritório, consultório, hotel ou em outro local que presta serviços	0	0,0%
Em um galpão, em uma fábrica ou indústria	1	1,3%
Não informado	0	0,0%
Realizam a atividade em situação irregular	77	100,0%

Motivos alegados pelos entrevistados para realizarem a atividade

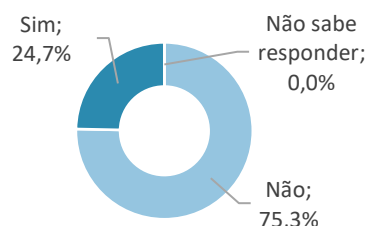
Resposta	Obs.	(%)
Ajudar a família	43	55,8%
Ter meu dinheiro	30	39,0%
Ter uma ocupação	6	7,8%
Não ficar sozinho em casa	5	6,5%
Ajudar o próximo	2	2,6%
Realizam a atividade em situação irregular*	77	-

A percepção não muda da maioria das outras atividades, além de 75,3% não verem como um trabalho 93,5% afirmam que não atrapalham os estudos.

Quadro 28: Trabalho *versus* estudos para situações irregulares da atividade de coleta de materiais recicláveis

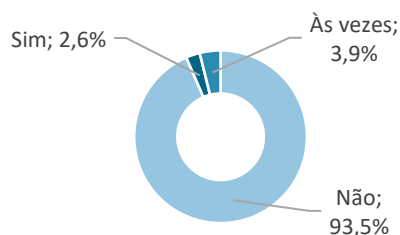
Entrevistados que consideram a atividade como um trabalho

Resposta	Obs.	(%)
Não	58	75,3%
Sim	19	24,7%
Não sabe responder	0	0,0%
Realizam a atividade em situação irregular	77	100,0%



Entrevistados que consideram que a atividade atrapalha os estudos

Resposta	Obs.	(%)
Não	72	93,5%
Sim	2	2,6%
Às vezes	3	3,9%
Realizam a atividade em situação irregular	77	100,0%



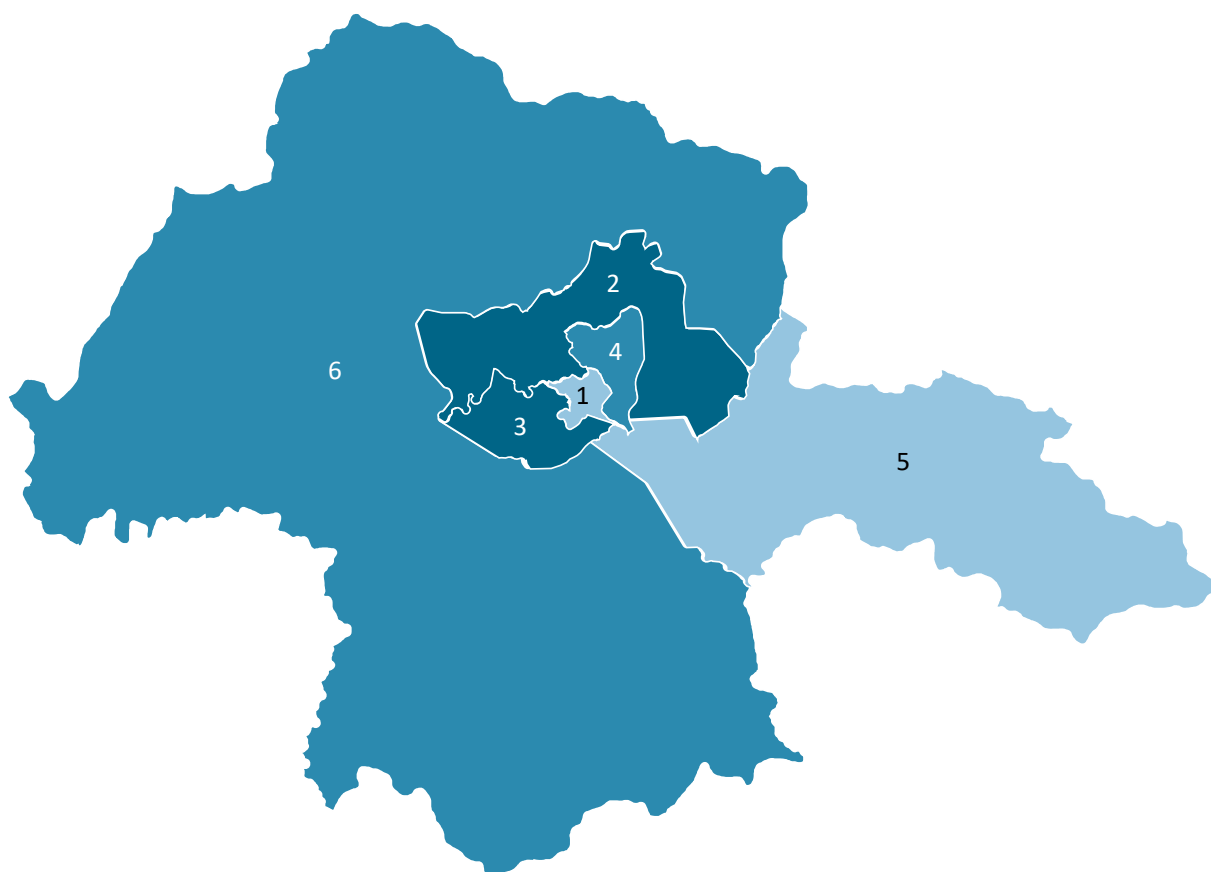
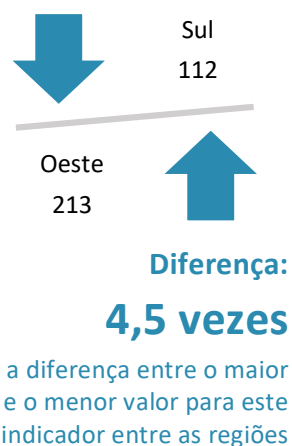
Indicador 6: Venda ou atendimento

Definição: número de crianças e adolescentes, na faixa etária de 10 a 17 anos, em situação irregular de atividade de vendas ou atendimento em lojas, ruas e praças sobre o número amostral

Na análise de penetração das regiões percebe-se que a atividade de vendas ou atendimento acontecem mais na região Oeste (9,9%). Também a região Norte se destaca com 8,5% dos entrevistados em situação de trabalho irregular nesta atividade.

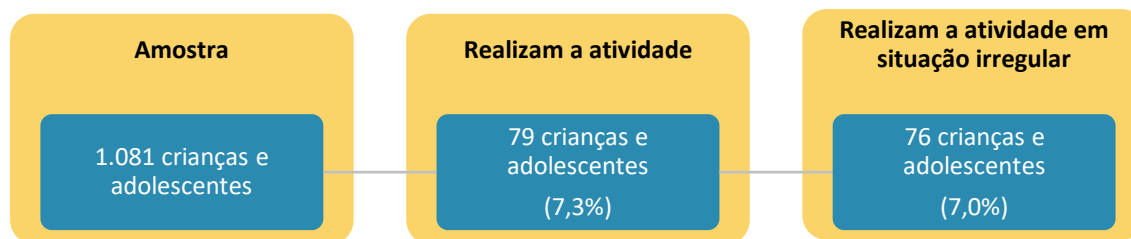
Tabela 76: Penetração de região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra

Região			Obs.	Amostra
Baixo	5	Sul	2	112
	1	Centro	7	154
Médio	4	Leste	9	140
	5	Rural	13	178
Alto	2	Norte	24	284
	3	Oeste	21	213
Realizam a atividade em situação irregular			76	1.081



Dos 1.081 entrevistados, 79 realizavam atividades de vendas ou atendimentos, em situação de trabalho irregular são 76, representando 7,0% da amostra.

Quadro 29: Realização das atividades de vendas ou atendimento



Nas vendas e atendimento apesar da idade ser bem variada tendo 34,2% de 10 a 13 anos, 36,8% de 14 a 15 anos e 28,9% de 16 a 17 anos, no perfil de sexo se sobressai o masculino, 71,1%.

Tabela 77: Faixa etária dos entrevistados

Faixa Etária	Obs.	(%)
De 10 a 13 anos	26	34,2%
De 14 a 15 anos	28	36,8%
De 16 a 17 anos	22	28,9%
Realizam a atividade em situação irregular	76	100,0%

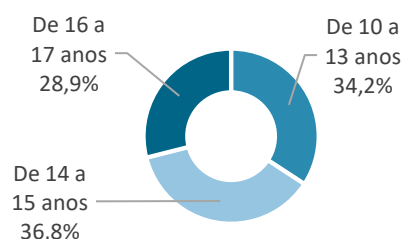
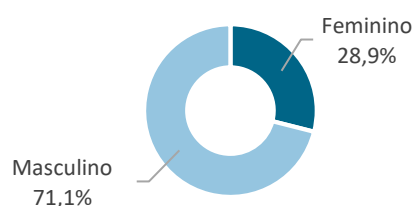


Tabela 78: Sexo dos entrevistados

Sexo	Obs.	(%)
Feminino	22	28,9%
Masculino	54	71,1%
Realizam a atividade em situação irregular	76	100,0%



A realização da atividade nos períodos festivos representa 44,7% dos casos de situação de trabalho irregular nas atividades de venda.

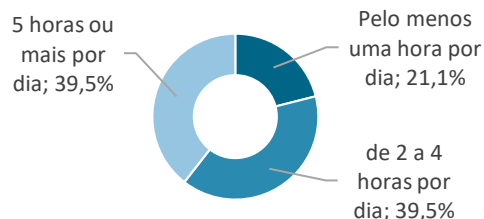
Tabela 79: Quantidade de dias da semana que os entrevistados realizam a atividade

Resposta	Obs.	(%)
1	5	6,6%
2	7	9,2%
3	4	5,3%
4	4	5,3%
5	6	7,9%
6	9	11,8%
7	6	7,9%
Nos períodos festivos (Jubileu, carnaval, festival da quitanda, de inverno, etc.)	34	44,7%
Realizam a atividade em situação irregular	76	100,0%

Mais de 79% dos entrevistados realizam a atividade por duas horas ou mais por dia.

Tabela 80: Quantidade de horas por dia que os entrevistados realizam a atividade

Resposta	Obs.	(%)
Pelo menos uma hora por dia	16	21,1%
de 2 a 4 horas por dia	30	39,5%
5 horas ou mais por dia	30	39,5%
Realizam a atividade em situação irregular	76	100,0%



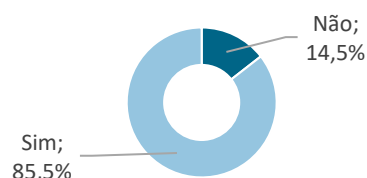
Tem-se que a maioria recebe pela atividade (85,5%) e, também, afirma fazer a atividade por conta própria (48,7%). Destaca-se também as atividades de vendas na rua, em 46,4% dos casos, e o motivo principal é ter seu próprio dinheiro (61,8%).

O valor recebido nas atividades de vendas se concentram até R\$ 50,00 (47,7%), os que recebem acima de R\$ 501 reais são apenas 3, que representam 4,6%.

Quadro 30: Cenário de trabalho das situações irregulares da atividade de venda ou atendimento

Entrevistados que recebem dinheiro pela atividade

Resposta	Obs.	(%)
Não	11	14,5%
Sim	65	85,5%
Realizam a atividade em situação irregular	76	100,0%



Valor recebido pelos entrevistados que realizam a atividade

Faixa	Obs.	(%)
Até R\$ 50	31	47,7%
De R\$ 51 a R\$ 100	12	18,5%
R\$ 101 a R\$ 500	14	21,5%
R\$ 501 a R\$ 1.000	3	4,6%
Não informado	5	7,7%
Respondentes	65	100,0%

Vínculo empregatício dos entrevistados que realizam a atividade

Resposta	Obs.	(%)
Não, é uma atividade que faço para a minha família	27	35,5%
Não, é uma atividade que faço por conta própria	37	48,7%
Não, é uma atividade que faço para meus parentes (tio, tia, avó, avô ou primos)	5	6,6%
Não, é uma atividade que faço para amigos	2	2,6%
Sim, mas não tenho nem carteira assinada e nem contrato de trabalho	5	6,6%
Realizam a atividade em situação irregular	76	100,0%

Local de maior frequência em que os entrevistados realizam a atividade

Resposta	Obs.	(%)	
Na rua, em via pública, no semáforo ou em praças	33	43,4%	
Onde moro (em casa, no sítio, na fazenda ou na chácara)	21	27,6%	
Em uma loja, em uma barraca na feira, restaurante, lanchonete ou outro comércio	16	21,1%	
Em outra residência (casa, sítio, fazenda ou na chácara)	2	2,6%	
Em um escritório, consultório, hotel ou em outro local que presta serviços	2	2,6%	
Em um galpão, em uma fábrica ou indústria	1	1,3%	
Não informado	1	1,3%	
Realizam a atividade em situação irregular	76	100,0%	

Motivos alegados pelos entrevistados para realizarem a atividade

Resposta	Obs.	(%)	
Ter meu dinheiro	47	61,8%	
Ajudar a família	36	47,4%	
Ter uma ocupação	11	14,5%	
Gosta de fazer	5	6,6%	
Não ficar sozinho em casa	3	3,9%	
Realizam a atividade em situação irregular*	76	-	

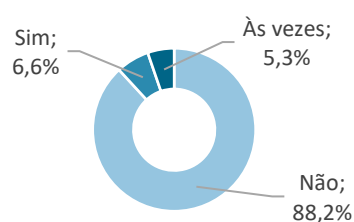
*Um respondente poderia citar mais de uma alternativa

Para as atividades de vendas e atendimento, perguntou-se apenas a interferência nos estudos, e 88,2% afirmou que a atividade, apesar de em situação de trabalho irregular, não atrapalha os estudos.

Quadro 31: Trabalho *versus* estudos para situações irregulares da atividade de vendas ou atendimento

Entrevistados que consideram que a atividade atrapalha os estudos

Resposta	Obs.	(%)
Não	67	88,2%
Sim	5	6,6%
Às vezes	4	5,3%
Realizam a atividade em situação irregular	76	100,0%



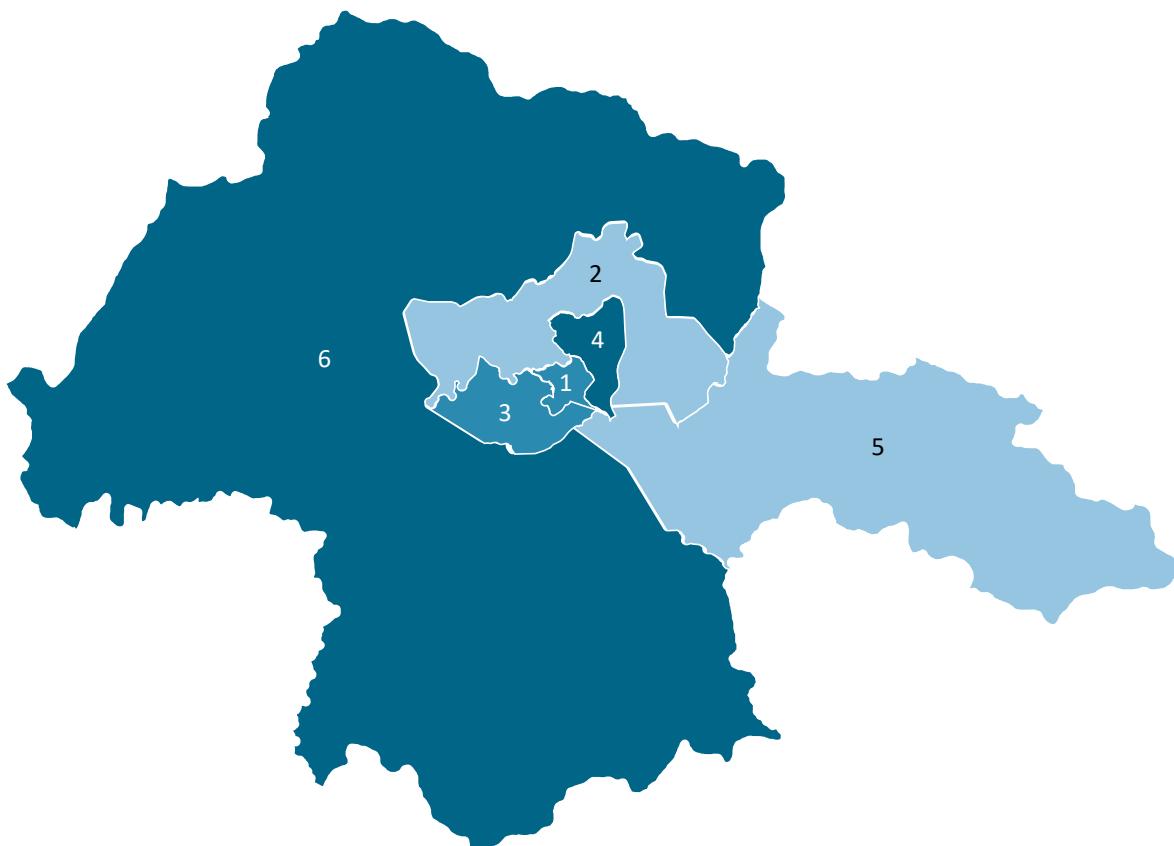
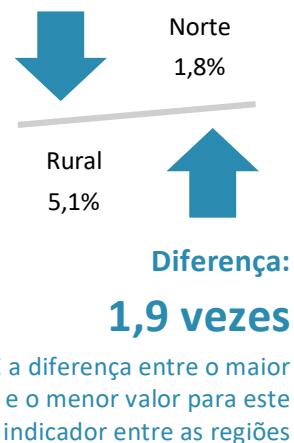
Indicador 7: Lavação ou oficina de automóveis

Definição: número de crianças e adolescentes, na faixa etária de 10 a 17 anos, em situação irregular de atividade de lavação ou oficina de carros, caminhões ou máquinas agrícolas sobre o número amostral

Na análise de penetração das regiões percebe-se que a atividade de lavação ou oficina mecânica, predomina nas regiões Rural e Leste, com 5,1% e 5,0% respectivamente.

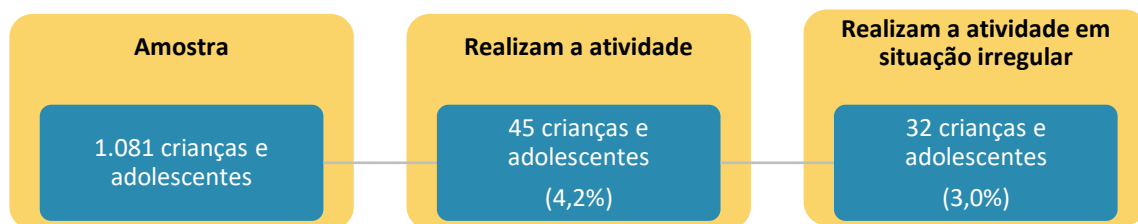
Tabela 81: Penetração da região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra

	Região	Obs.	Amostra	(%) Penetração Amostral
Baixo	2 Norte	5	284	1,8%
	5 Sul	2	112	1,8%
Médio	3 Oeste	5	213	2,3%
	1 Centro	4	154	2,6%
Alto	4 Leste	7	140	5,0%
	6 Rural	9	178	5,1%
Realizam a atividade em situação irregular		32	1.081	3,0%



Conforme o Quadro 32, no trabalho de lavagem de carros ou ajuda em oficina de carros, caminhões ou máquinas agrícolas, 4,2% dos entrevistados realizam e 3,0% estão em situação de trabalho irregular.

Quadro 32: Realização da atividade de lavagem ou oficina de automóveis



Sobre o perfil na atividade prevalece o sexo masculino com 93,8% e a faixa etária entre 14 e 15 anos, representando 56,3% dos 32 entrevistados em situação de trabalho irregular.

Tabela 82: Faixa etária dos entrevistados

Faixa Etária	Obs.	(%)
De 10 a 13 anos	6	18,8%
De 14 a 15 anos	18	56,3%
De 16 a 17 anos	8	25,0%
Realizam a atividade em situação irregular	32	100,0%

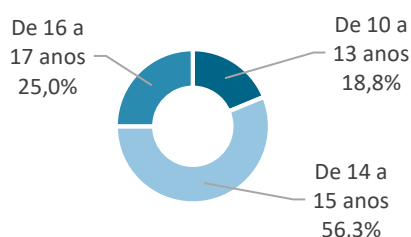
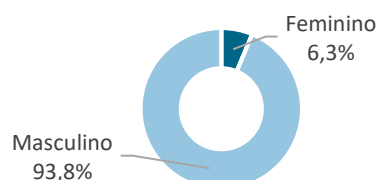


Tabela 83: Sexo dos entrevistados

Sexo	Obs.	(%)
Feminino	2	6,3%
Masculino	30	93,8%
Realizam a atividade em situação irregular	32	100,0%



Essas 32 crianças ou adolescentes se concentram em trabalhar um ou dois dias na semana (62,5%) na atividade de lavagem de carros ou ajuda em oficina de carros, caminhões ou máquinas agrícolas.

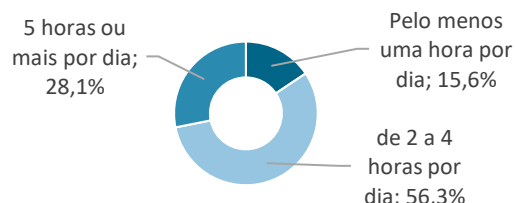
Tabela 84: Quantidade de dias na semana que os entrevistados realizam a atividade

Quantidade de dias na semana	Obs.	(%)
1	12	37,5%
2	8	25,0%
3	4	12,5%
4	0	0,0%
5	2	6,3%
6	5	15,6%
7	1	3,1%
Nos períodos festivos (Jubileu, carnaval, festival da quitanda, de inverno, etc.)	0	0,0%
Realizam a atividade em situação irregular	32	100,0%

A quantidade de horas gira em torno de 2 a 4 horas por dia, isso em 56,3% das crianças ou adolescentes que realizam a atividade de lavação de carros ou ajuda em oficina de carros, caminhões ou máquinas agrícolas em situação de trabalho irregular.

Tabela 85: Quantidade de horas por dia que os entrevistados realizam a atividade

Quantidade de horas por dia	Obs.	(%)
Pelo menos uma hora por dia	5	15,6%
de 2 a 4 horas por dia	18	56,3%
5 horas ou mais por dia	9	28,1%
Realizam a atividade em situação irregular	32	100,0%



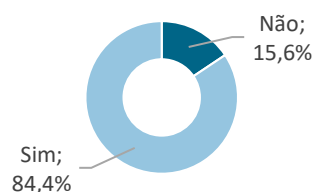
Nesta atividade, de lavação de carros ou ajuda em oficina de carros, caminhões ou máquinas agrícolas, tem-se a maioria dos entrevistados afirmando que recebe pelo trabalho (84,4%). O perfil já é outro, 78,1% afirmam que é uma atividade que faz por conta própria, se dividem em relação ao local (em casa 37,5%, em um galpão 31,3% ou em outros lugares mais 31,1%). O motivo se divide entre ajudar a família (71,95) e ter seu dinheiro (62,5%).

Os valores recebidos nesta atividade variam bastante, mas a maioria concentra-se até R\$ 50,00 (51,9%).

Quadro 33: Cenário de trabalho das situações irregulares de atividade de lavação ou oficina de automóveis

Entrevistados que recebem dinheiro pela atividade

Resposta	Obs.	(%)
Não	5	15,6%
Sim	27	84,4%
Realizam a atividade em situação irregular	32	100,0%



Valor recebido pelos entrevistados que realizam a atividade

Resposta	Obs.	(%)
Até R\$ 50	14	51,9%
De R\$ 51 a R\$ 100	3	11,1%
De R\$ 101 a R\$ 200	1	3,7%
R\$ 201 ou mais	6	22,2%
Não informado	3	11,1%
Respondentes	27	100,0%



Vínculo empregatício dos entrevistados que realizam a atividade

Tipo de Vínculo	Obs.	(%)
Não, é uma atividade que faço para a minha família	3	9,4%
Não, é uma atividade que faço por conta própria	25	78,1%
Não, é uma atividade que faço para meus parentes (tio, tia, avó, avô ou primos)	0	0,0%
Não, é uma atividade que faço para amigos	1	3,1%
Sim, mas não tenho nem carteira assinada e nem contrato de trabalho	3	9,4%
Realizam a atividade em situação irregular	32	100,0%

Local de maior frequência em que os entrevistados realizam a atividade

Local	Obs.	(%)
Onde moro (em casa, no sítio, na fazenda ou na chácara)	12	37,5%
Em um galpão, em uma fábrica ou indústria	10	31,3%
Em outra residência (casa, sítio, fazenda ou na chácara)	5	15,6%
Na rua, em via pública, no semáforo ou em praças	4	12,5%
Em um escritório, consultório, hotel ou em outro local que presta serviços	1	3,1%
Realizam a atividade em situação irregular	32	100,0%

Motivos alegados pelos entrevistados para realizarem a atividade

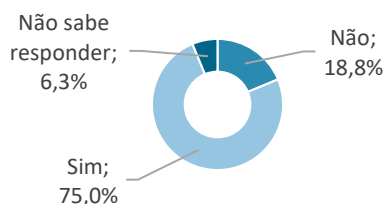
Motivos	Obs.	(%)
Ajudar a família	23	71,9%
Ter meu dinheiro	20	62,5%
Gosta de fazer	5	15,6%
Não ficar sozinho em casa	2	6,3%
Ter uma ocupação	2	6,3%
Realizam a atividade em situação irregular*	32	-

Apesar da maioria afirmar que não atrapalha os estudos, 90,6%, tem-se que a maioria afirma que considera a atividade um trabalho (75,0%).

Quadro 34: Trabalho *versus* estudos para situações irregulares da atividade de lavação ou oficina de automóveis

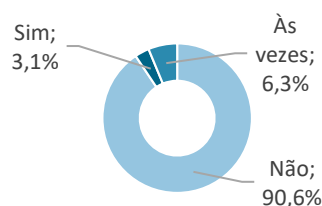
Entrevistados que consideram a atividade como um trabalho

Resposta	Obs.	(%)
Não	6	18,8%
Sim	24	75,0%
Não sabe responder	2	6,3%
Realizam a atividade em situação irregular	32	100,0%



Entrevistados que consideram que a atividade atrapalha os estudos

Resposta	Obs.	(%)
Não	29	90,6%
Sim	1	3,1%
Às vezes	2	6,3%
Realizam a atividade em situação irregular	32	100,0%



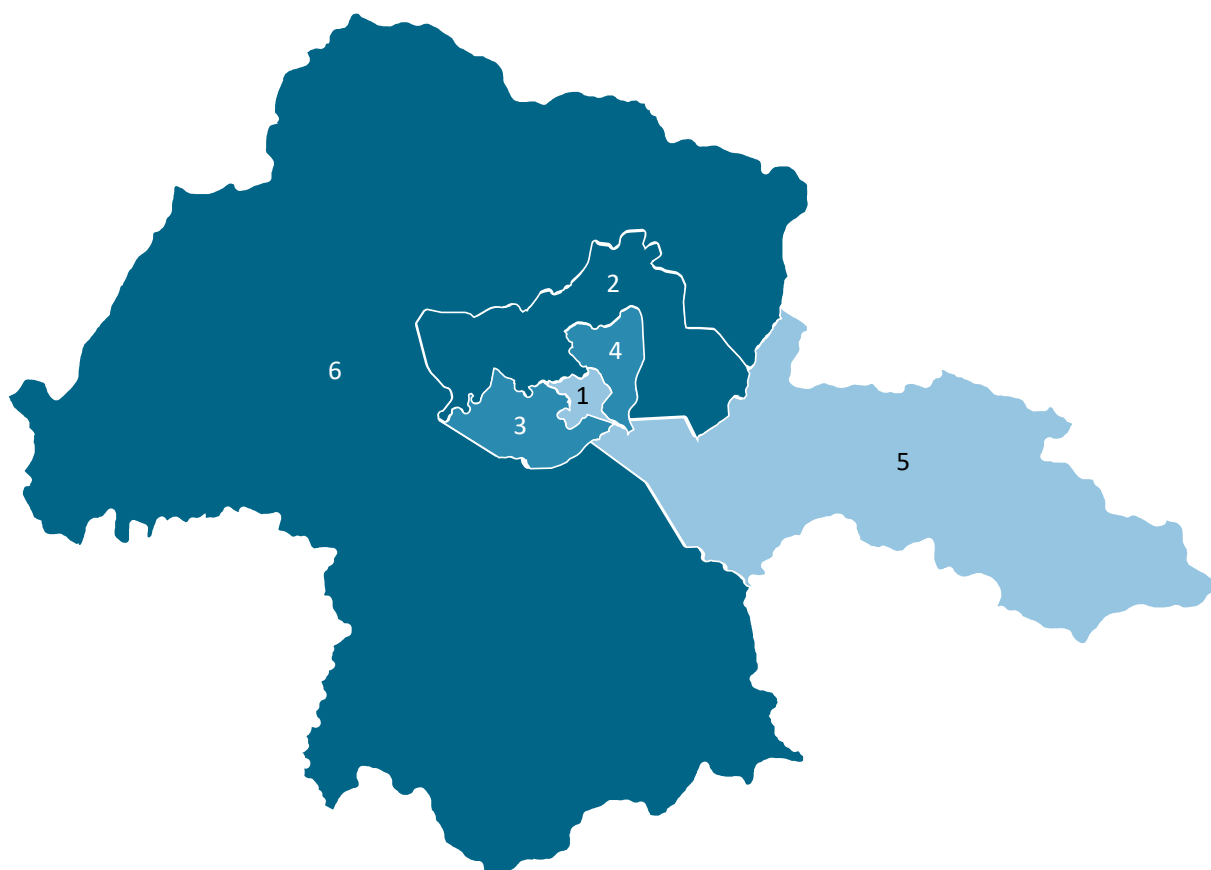
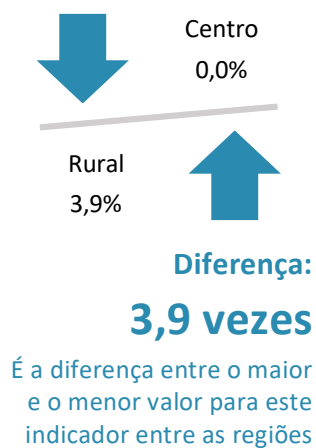
Indicador 8: Trabalho rural

Definição: número de crianças e adolescentes, na faixa etária de 10 a 17 anos, em situação irregular de atividade rural ou agropecuária sobre o número amostral

Na análise por região confirma-se a percepção inicial do baixo índice de trabalho rural, principalmente porque a região Rural não se destaca sozinha, a região Norte, conjuntamente, mostra também 3,9% dos entrevistados nesta atividade. Apenas a região Centro não apresentou nenhum caso de atividade rural em situação de trabalho irregular.

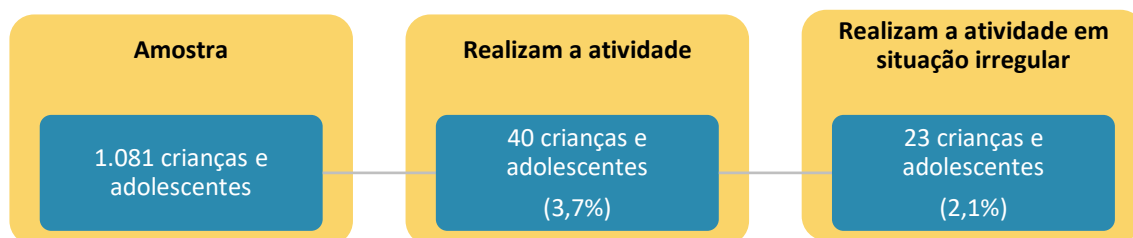
Tabela 86: Penetração da região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra

	Região	Obs.	Amostra	(%) Penetração Amostral
Baixo	1 Centro	0	154	0,0%
	5 Sul	1	112	0,9%
Médio	3 Oeste	2	213	0,9%
	4 Leste	2	140	1,4%
Alto	2 Norte	11	284	3,9%
	6 Rural	7	178	3,9%
Realizam a atividade em situação irregular		23	1.081	2,1%



Dos entrevistados, 3,7% realizam atividades rurais, e destes 2,1% estão em situação de trabalho irregular, um percentual coerente com o perfil do Município, que tem menos de 3% da sua população na Zona Rural.

Quadro 35: Realização de atividade rural



No perfil temos o destaque do sexo masculino com 78,3% das crianças e adolescentes em situação de trabalho irregular, e ainda na faixa etária de 10 a 13 anos (87,0%).

Tabela 87: Faixa etária dos entrevistados

Faixa Etária	Obs.	(%)
De 10 a 13 anos	20	87,0%
De 14 a 15 anos	0	0,0%
De 16 a 17 anos	3	13,0%
Realizam a atividade em situação irregular	23	100,0%

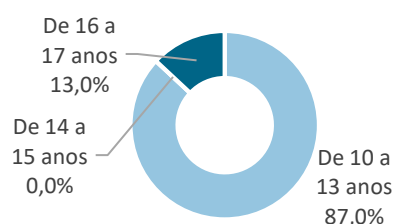
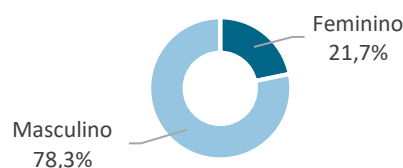


Tabela 88: Sexo dos entrevistados

Sexo	Obs.	(%)
Feminino	5	21,7%
Masculino	18	78,3%
Realizam a atividade em situação irregular	23	100,0%



Tem-se na frequência que 56,5% dos entrevistados atuam uma ou duas vezes na semana em atividades rurais, e outros 26,1% todos os dias.

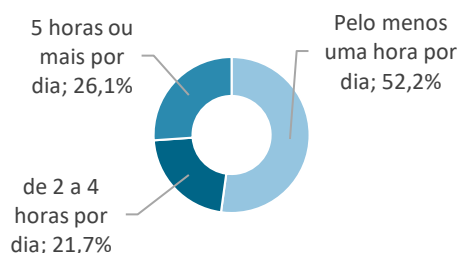
Tabela 89: Quantidade de dias na semana que os entrevistados realizam a atividade

Quantidade de dias na semana	Obs.	(%)
1	6	26,1%
2	7	30,4%
3	3	13,0%
4	0	0,0%
5	1	4,3%
6	0	0,0%
7	6	26,1%
Nos períodos festivos (Jubileu, carnaval, festival da quitanda, de inverno, etc.)	0	0,0%
Realizam a atividade em situação irregular	23	100,0%

A quantidade de horas demonstra que 52,2% atua menos de uma hora por dia, outros 21,7% de 2 a 4 horas e outros 26,1 um total de 5 horas ou mais.

Tabela 90: Quantidade de horas por dia que os entrevistados realizam a atividade

Quantidade de horas por dia	Obs.	(%)
Pelo menos uma hora por dia	12	52,2%
de 2 a 4 horas por dia	5	21,7%
5 horas ou mais por dia	6	26,1%
Realizam a atividade em situação irregular	23	100,0%

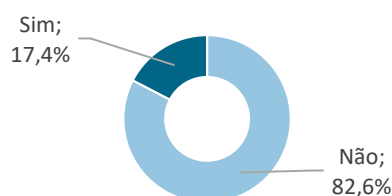


Nos 23 casos de situação de trabalho irregular em atividades rurais, a remuneração acontece para apenas 17,4% das crianças e adolescentes que desenvolvem a atividade, compreensivo porque novamente o perfil da atividade se concentra pra família (73,9%), no local onde mora (60,9%) e faz para ajudar a família (82,6%).

Quadro 36: Cenário de trabalho das situações irregulares da atividade rural

Entrevistados que recebem dinheiro pela atividade

Resposta	Obs.	(%)
Não	19	82,6%
Sim	4	17,4%
Realizam a atividade em situação irregular	23	100,0%



Vínculo empregatício dos entrevistados que realizam a atividade

Vínculo empregatício	Obs.	(%)
Não, é uma atividade que faço para a minha família	17	73,9%
Não, é uma atividade que faço por conta própria	4	17,4%
Não, é uma atividade que faço para meus parentes (tio, tia, avó, avô ou primos)	1	4,3%
Não, é uma atividade que faço para amigos	1	4,3%
Sim, mas não tenho nem carteira assinada e nem contrato de trabalho	0	0,0%
Realizam a atividade em situação irregular	23	100,0%

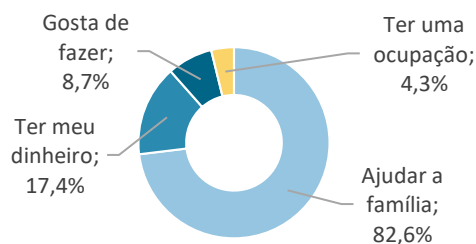
Local de maior frequência em que os entrevistados realizam a atividade

Local	Obs.	(%)
Na rua, em via pública, no semáforo ou em praças	0	0,0%
Onde moro (em casa, no sítio, na fazenda ou na chácara)	14	60,9%
Em uma loja, em uma barraca na feira, restaurante, lanchonete ou outro comércio	1	4,3%
Em outra residência (casa, sítio, fazenda ou na chácara)	8	34,8%
Em um escritório, consultório, hotel ou em outro local que presta serviços	0	0,0%
Em um galpão, em uma fábrica ou indústria	0	0,0%
Não informado	0	0,0%
Realizam a atividade em situação irregular	23	100,0%

Motivos alegados pelos entrevistados para realizarem a atividade

Motivos	Obs.	(%)
Ajudar a família	19	82,6%
Ter meu dinheiro	4	17,4%
Gosta de fazer	2	8,7%
Ter uma ocupação	1	4,3%
Realizam a atividade em situação irregular*	23	-

*Um respondente poderia citar mais de uma alternativa.



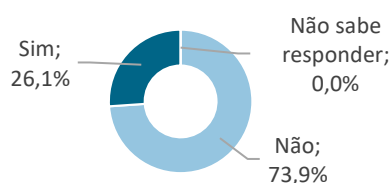
A percepção das crianças e adolescentes que se encontram realizando atividades rurais em situação de trabalho irregular é muito parecida com as outras já comentadas, 95,7% não vê como algo que atrapalha os estudos e 73,9% não vê como um trabalho.

Os que recebem algum valor pela atividade declararam valores entre R\$ 10,00 e R\$ 50,00, em média R\$ 35,00.

Quadro 37: Trabalho *versus* estudos para situações irregulares da atividade rural

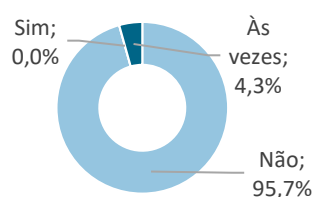
Entrevistados que consideram a atividade como um trabalho

Resposta	Obs.	(%)
Não	17	73,9%
Sim	6	26,1%
Não sabe responder	0	0,0%
Realizam a atividade em situação irregular	23	100,0%



Entrevistados que consideram que a atividade atrapalha os estudos

Resposta	Obs.	(%)
Não	22	95,7%
Sim	0	0,0%
Às vezes	1	4,3%
Realizam a atividade em situação irregular	23	100,0%



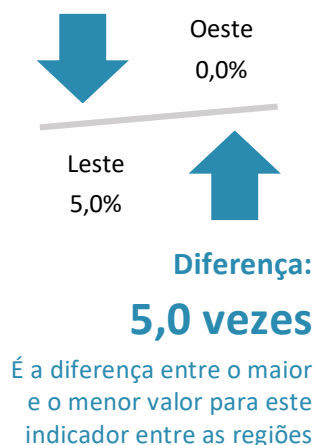
Indicador 9: Atividades manuais

Definição: número de crianças e adolescentes, na faixa etária de 10 a 17 anos, em situação irregular de atividade manuais ou produção de artesanato sobre o número amostral

Na análise de penetração das regiões percebe-se que nesta atividade, trabalhos manuais, a região Leste se sobressai, tendo 5,0% do total da sua amostragem em situação de trabalho irregular. Essa região é uma que se sobressai em relação a situações de trabalho irregulares. Duas regiões não apresentam casos de situação irregular de trabalho na atividade de trabalhos manuais, a região Oeste e Sul.

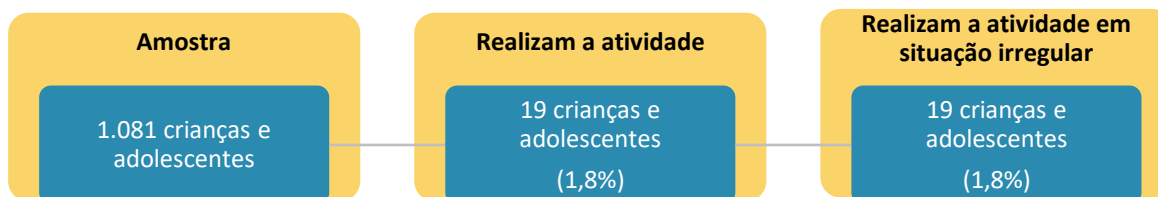
Tabela 91: Penetração da região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra

	Região	Obs.	Amostra	(%) Penetração Amostral
Baixo	3 Oeste	0	213	0,0%
	5 Sul	0	112	0,0%
Médio	1 Centro	2	154	1,3%
	2 Norte	6	284	2,1%
Alto	6 Rural	4	178	2,2%
	4 Leste	7	140	5,0%
Realizam a atividade em situação irregular		19	1.081	1,8%



Na atuação em trabalhos manuais 1,8% dos entrevistados realizam a atividade, porém quando verificado para quem realiza, a frequência e o tempo dedicado a esta atividade, tem-se que todos estes, (19 crianças ou adolescentes, ou seja, 1,8% da amostragem) estão em situação irregular de trabalho.

Quadro 38: Realização da atividade manual



Sobre o perfil, na maioria são crianças de 10 a 13 anos (47,4%) e do sexo feminino (68,4%).

Tabela 92: Faixa etária dos entrevistados

Faixa Etária	Obs.	(%)
De 10 a 13 anos	9	47,4%
De 14 a 15 anos	4	21,1%
De 16 a 17 anos	6	31,6%
Total	19	100,0%

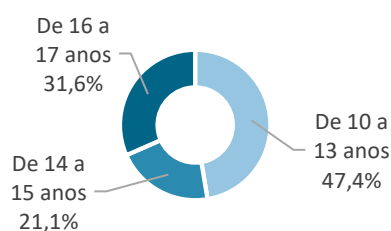
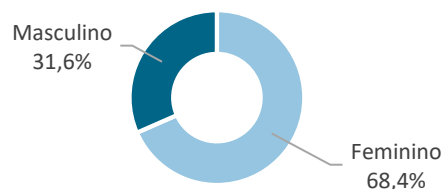


Tabela 93: Sexo dos entrevistados

Sexo	Obs.	(%)
Feminino	13	68,4%
Masculino	6	31,6%
Total	19	100,0%



Essa atividade é realizada normalmente uma ou duas vezes na semana, isso em 78,9% dos 19 casos encontrados de situação de trabalho irregular.

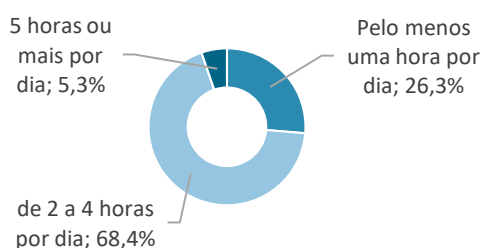
Tabela 94: Quantidade de dias da semana que os entrevistados realizam a atividade

Quantidade de dias na semana	Obs.	(%)
1	7	36,8%
2	8	42,1%
3	3	15,8%
4	0	0,0%
5	0	0,0%
6	0	0,0%
7	1	5,3%
Total	19	100,0%

A quantidade de horas gira em torno de 2 a 4 horas por dia, isso para 68,4% das crianças ou adolescentes que realizam o trabalho manual em situação de trabalho irregular.

Tabela 95: Quantidade de horas por dia que os entrevistados realizam a atividade

Quantidade de horas por dia	Obs.	(%)
Pelo menos uma hora por dia	5	26,3%
de 2 a 4 horas por dia	13	68,4%
5 horas ou mais por dia	1	5,3%
Realizam a atividade em situação irregular	19	100,0%

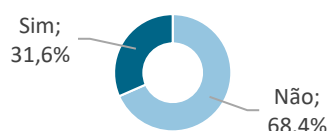


As atividades de trabalho manual têm um perfil extremamente informal e familiar, pois a maioria dos entrevistados (68,4%) não recebe dinheiro; realiza a atividade para a família (63,2%); e no local onde mora (52,6%). O que traz um perfil não definido é o motivo, enquanto 42,1% falam que é para ajudar a família, outros 31,6% falam que é para ter o seu dinheiro e outros 31,6% para ter uma ocupação.

Quadro 39: Cenário de trabalho das situações irregulares da atividade manual

Entrevistados que recebem dinheiro pelo trabalho manual em situação de trabalho irregular

Resposta	Obs.	(%)
Não	13	68,4%
Sim	6	31,6%
Realiza atividade em situação irregular	19	100%



Vínculo empregatício dos entrevistados que realizam a atividade

Vínculo empregatício	Obs.	(%)
Não, é uma atividade que faço para a minha família	12	63,2%
Não, é uma atividade que faço por conta própria	5	26,3%
Não, é uma atividade que faço para amigos	1	5,3%
Não, é uma atividade que faço para meus parentes (tio, tia, avô, avô ou primos)	1	5,3%
Realizam a atividade em situação irregular	19	100,0%

Local de maior frequência em que os entrevistados realizam atividade

Local	Obs.	(%)
Onde moro (em casa, no sítio, na fazenda ou na chácara)	10	52,6%
Em outra residência (casa, sítio, fazenda ou na chácara)	3	15,8%
Em um galpão, em uma fábrica ou indústria	3	15,8%
Na rua, em via pública, no semáforo ou em praças	2	10,5%
Em um escritório, consultório, hotel ou em outro local que presta serviços	1	5,3%
Realizam a atividade em situação irregular	19	100,0%

Motivos alegados pelos entrevistados para realizarem a atividade

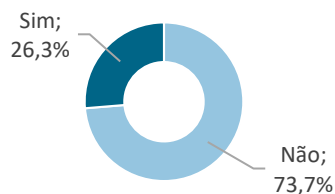
Motivo	Obs.	(%)
Ajudar a família	8	42,1%
Ter meu dinheiro	6	31,6%
Ter uma ocupação	6	31,6%
Realizam a atividade em situação irregular*	19	-

Para fechar o perfil das crianças e adolescentes, buscou-se a percepção delas em relação às atividades que realizam, tanto na questão de sentirem se é um trabalho como na questão de atrapalhar os estudos. Em ambos os casos, a maioria deu uma resposta negativa, ou seja, não é um trabalho e não atrapalha os estudos, este último com 100% das crianças e adolescentes com esta percepção.

Quadro 40: Trabalho *versus* estudos para situações irregulares da atividade manual

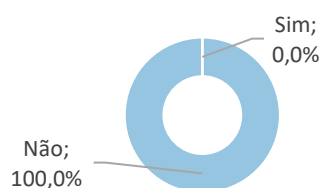
Entrevistados que consideram o trabalho manual em situação de trabalho irregular como um trabalho

Resposta	Obs.	(%)
Não	14	73,7%
Sim	5	26,3%
Realizam a atividade em situação irregular	19	100,0%



Entrevistados que consideram que a atividade atrapalha os estudos

Resposta	Obs.	(%)
Não	19	100,0%
Sim	0	0,0%
Realizam a atividade em situação irregular	19	100,0%



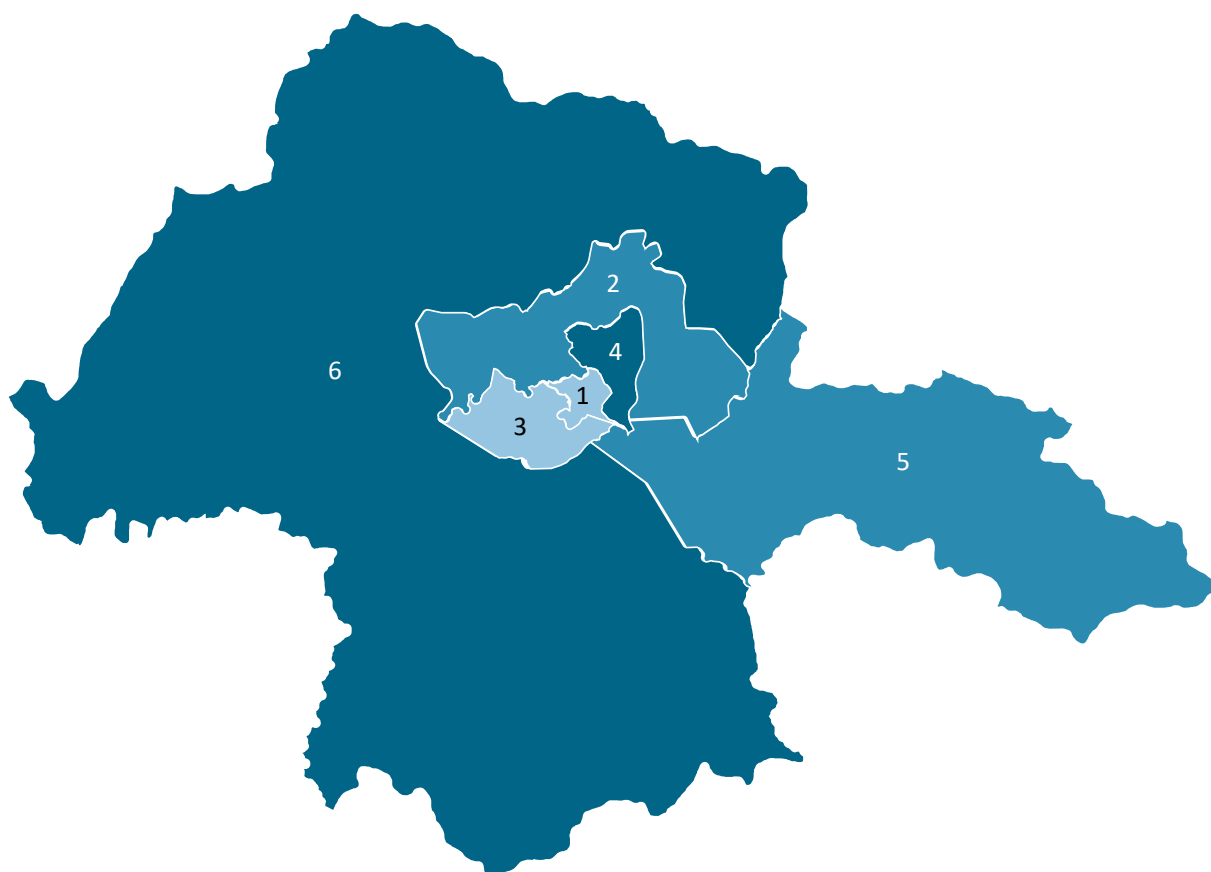
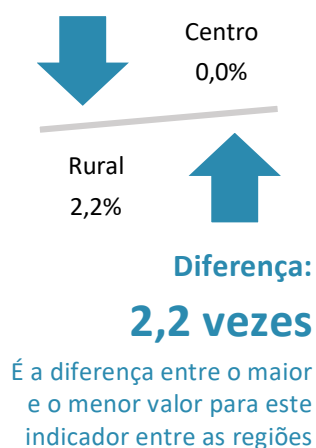
Indicador 10: Atividades administrativas

Definição: número de crianças e adolescentes, na faixa etária de 10 a 17 anos, em situação irregular de atividade administrativa ou em escritório sobre o número amostral

Na análise de penetração das regiões percebe-se que várias regiões (Centro, Oeste e Sul) não tiveram casos de situação de trabalho irregular nas atividades de escritórios. A que mais apresentou incidência nesta atividade foi na região Rural com 2,2%.

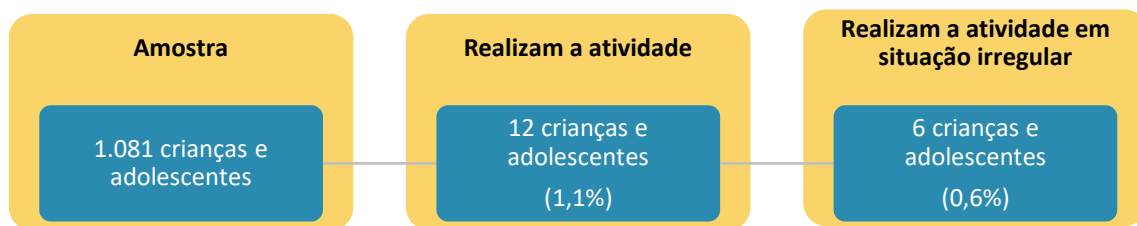
Tabela 96: Penetração de região de residência dos entrevistados em situação de trabalho irregular na amostra

	Região	Obs.	Amostra	(%) Penetração Amostral
Baixo	1 Centro	0	154	0,0%
	3 Oeste	0	213	0,0%
Médio	5 Sul	0	112	0,0%
	2 Norte	1	284	0,4%
Alto	4 Leste	1	140	0,7%
	6 Rural	4	178	2,2%
Realizam a atividade em situação irregular		6	1.081	0,6%



As situações de trabalho irregular em escritórios são as menores encontradas na pesquisa, dos 1.081 apenas 12 realizam atividades e apenas seis (0,6%) estão em situação de trabalho irregular.

Quadro 41: Realização de atividade administrativa



Esses seis casos se tornam muito poucos para mostrar um perfil claro, mas a tendência é serem os adolescentes, acima de 14 anos, e ainda o sexo masculino que se sobressai com 66,7%.

Tabela 97: Faixa etária dos entrevistados

Faixa Etária	Obs.	(%)
De 10 a 13 anos	0	0,0%
De 14 a 15 anos	3	50,0%
De 16 a 17 anos	3	50,0%
Realizam a atividade em situação irregular	6	100,0%

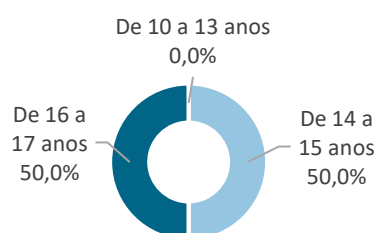
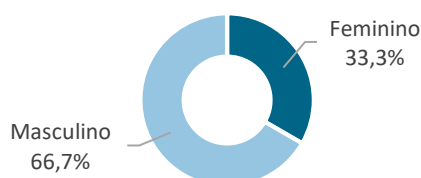


Tabela 98: Sexo dos entrevistados

Sexo	Obs.	(%)
Feminino	2	33,3%
Masculino	4	66,7%
Realizam a atividade em situação irregular	6	100,0%



Como tem poucas crianças e adolescentes nesta atividade, a análise da frequência fica comprometida. As seis observações se dividiram em três frequências por semana, com 33,3% cada.

Tabela 99: Quantidade de dias na semana que os entrevistados realizam a atividade

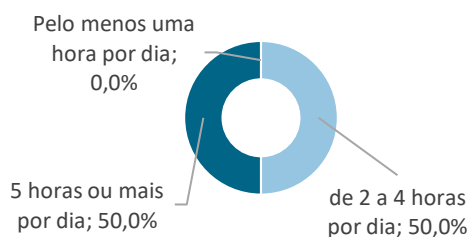
Quantidade de dias na semana	Obs.	(%)
1	0	0,0%
2	2	33,3%
3	0	0,0%
4	0	0,0%
5	2	33,3%
6	2	33,3%
7	0	0,0%
Só nos períodos festivos (Jubileu, carnaval, festival da quitanda, de inverno, etc.)	0	0,0%
Realizam a atividade em situação irregular	6	100,0%



Dos seis entrevistados que atuam em atividade de escritório em situação de trabalho irregular três deles atuam de 2 a 4 horas por dia e outros três atuam 5 ou mais horas.

Tabela 100: Quantidade de horas por dia que os entrevistados realizam a atividade

Quantidade de horas por dia	Obs.	(%)
Pelo menos uma hora por dia	0	0,0%
de 2 a 4 horas por dia	3	50,0%
5 horas ou mais por dia	3	50,0%
Realizam a atividade em situação irregular	6	100,0%



Como já comentado, o perfil de atuação também fica comprometido pelo pouco número de casos encontrados nas atividades, porém mesmo assim se descreve para observarmos a tendência desta atividade no Município.

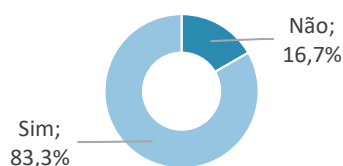
Tem-se que a maioria 83,3% recebe pela atividade. O vínculo tem-se 50% atuando para a família, 33,3% que faz por conta própria e um caso (16,7%) que não tem nem carteira assinada e nem contrato de trabalho, tem apenas um acordo de trabalho informal. O que aparece como destaque no perfil de atuação é que 83,3% trabalha em um escritório, consultório, hotel ou em outro local que presta serviços, mostrando e enfatizando realmente a atividade informal que poderia ser formalizada pelo Programa Jovem Aprendiz.

Apenas três entrevistados declararam receber dinheiro, recebendo entre R\$ 150 e R\$ 500, em média R\$ 350,00.

Quadro 42: Cenário de trabalho das situações irregulares da atividade administrativa

Entrevistados que recebem dinheiro pela atividade

Resposta	Obs.	(%)
Não	1	16,7%
Sim	5	83,3%
Realizam a atividade em situação irregular	6	100,0%



Vínculo empregatício dos entrevistados que realizam a atividade

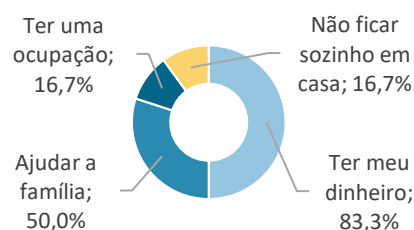
Vínculo empregatício	Obs.	(%)
Não, é uma atividade que faço para a minha família	3	50,0%
Não, é uma atividade que faço por conta própria	2	33,3%
Não, é uma atividade que faço para meus parentes (tio, tia, avó, avô ou primos)	0	0,0%
Não, é uma atividade que faço para amigos	0	0,0%
Sim, mas não tenho nem carteira assinada e nem contrato de trabalho	1	16,7%
Realizam a atividade em situação irregular	6	100,0%

Local de maior frequência em que os entrevistados realizam a atividade

Local	Obs.	(%)
Na rua, em via pública, no semáforo ou em praças	0	0,0%
Onde moro (em casa, no sítio, na fazenda ou na chácara)	0	0,0%
Em uma loja, em uma barraca na feira, restaurante, lanchonete ou outro comércio	0	0,0%
Em outra residência (casa, sítio, fazenda ou na chácara)	0	0,0%
Em um escritório, consultório, hotel ou em outro local que presta serviços	5	83,3%
Em um galpão, em uma fábrica ou indústria	1	16,7%
Não informado	0	0,0%
Realizam a atividade em situação irregular	6	100,0%

Motivos alegados pelos entrevistados para realizarem a atividade

Motivos	Obs.	(%)
Ter meu dinheiro	5	83,3%
Ajudar a família	3	50,0%
Ter uma ocupação	1	16,7%
Não ficar sozinho em casa	1	16,7%
Realizam a atividade em situação irregular*	6	-



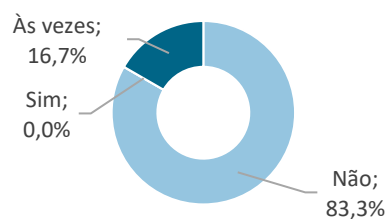
*Um respondente poderia citar mais de uma alternativa.

O mesmo método se utilizou para as crianças e adolescentes que trabalham em escritórios, investigou-se apenas a questão da interferência nos estudos, e 83,3% afirmou que não, a atividade não atrapalha na escola.

Quadro 43: Trabalho *versus* estudos para situações irregulares da atividade administrativa

Entrevistados que consideram que a atividade atrapalha os estudos

Resposta	Obs.	(%)
Não	5	83,3%
Sim	0	0,0%
Às vezes	1	16,7%
Realizam a atividade em situação irregular	6	100,0%



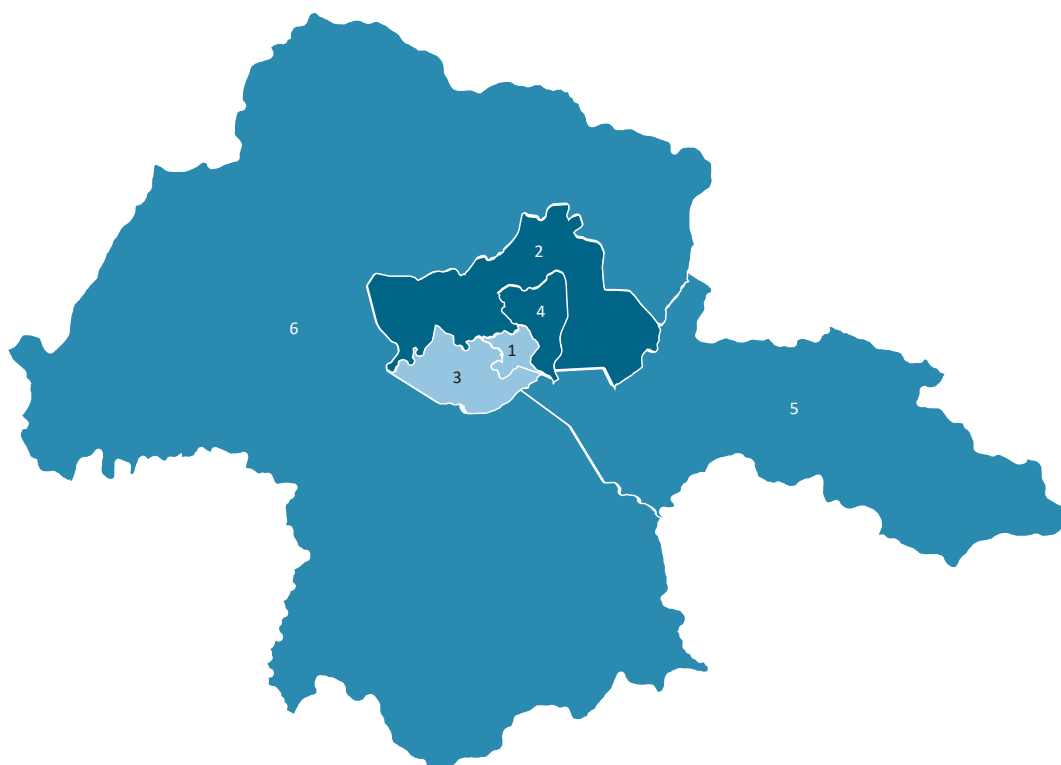
10.1.2 MAPA DE CALOR DA INCIDÊNCIA DE TRABALHO IRREGULAR POR REGIÃO

A tabela 102 apresenta os percentuais de incidência de situações irregulares de trabalho por atividade, agrupados por região territorial, com objetivo de mapear a região que apresenta os maiores indicadores de irregularidade, aos quais destacam-se as regiões Leste e Norte.

- Região Norte – atividades de vendas ou atendimento; atividades rurais; cuidar de crianças; e atividade doméstica.
- Região Leste – envolvimento com drogas; envolvimento com prostituição; atividades de escritório; coleta de material reciclável; lavação de carros ou outros; e trabalhos manuais.

Tabela 101: Ilustração das atividades que mais se destacam nas regiões

Região	Atividades por região										Indicador geral de Trabalho Infantil
	Envolvimentos com prostituição	Envolvimentos com droga	Atividades de escritórios	Atividades de vendas ou atendimento	Coleta de material reciclável	Lavação de carros ou outros	Atividades rurais	Cuidar de Crianças	Trabalhos manuais	Atividade Doméstica	
Centro	1,9%	1,3%	0,0%	4,5%	9,1%	2,6%	0,0%	16,9%	1,3%	4,5%	29,9%
Leste	2,9%	1,4%	0,7%	6,4%	9,3%	5,0%	1,4%	22,9%	5,0%	7,1%	47,9%
Norte	1,1%	1,1%	0,4%	8,5%	7,0%	1,8%	3,9%	27,5%	2,1%	7,7%	45,1%
Oeste	4,7%	1,4%	0,0%	9,9%	5,2%	2,3%	0,9%	14,1%	0,0%	4,7%	33,8%
Sul	2,7%	0,0%	0,0%	1,8%	11,6%	1,8%	0,9%	23,2%	0,0%	8,9%	38,4%
Rural	2,8%	1,1%	2,2%	7,3%	3,4%	5,1%	3,9%	18,0%	2,2%	3,9%	38,8%
Realizam a atividade em situação irregular	2,6%	1,1%	0,6%	7,0%	7,1%	3,0%	2,1%	20,7%	1,8%	6,1%	39,3%



10.1.1 MATRIZ DE CORRELAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE TRABALHO IRREGULAR

A seguir será apresentada a sistematização dos indicadores de RDJ, das famílias com renda *per capita* de até ¼ do salário mínimo, de trabalho infantil e da penetração dos tipos de atividades, a partir de uma matriz de correlação. Destaca-se que o indicador de trabalho infantil possui alta correlação (acima de 60%) com as atividades de "cuidar de crianças" e de "trabalhos manuais". Da mesma forma, a atividade de prostituição também possui forte correlação com o indicador de RDJ e com a renda de até 1/4 SM, que são indicadores de vulnerabilidade social.

Tabela 102: Matriz de correlação das incidências das atividades por região com indicadores da região

	RDJ (%)	Indicador geral de Trabalho Infantil	Até 1/4 SM	Envolvimentos com prostituição	Envolvimentos com droga	Atividades de escritórios	Atividades de vendas ou atendimento	Coleta de material reciclável	Lavação de carros ou outros	Atividades rurais	Cuidar de Crianças	Trabalhos manuais
Indicador geral de Trabalho Infantil	8,3%											
Até 1/4 SM	98,1%	-9,1%										
Envolvimentos com prostituição	80,1%	-29,8%	87,0%									
Envolvimentos com droga	0,2%	-0,7%	3,1%	18,8%								
Atividades de escritórios	30,6%	27,3%	18,7%	-2,6%	18,2%							
Atividades de vendas ou atendimento	44,6%	14,7%	45,2%	29,4%	73,7%	22,0%						
Coleta de material reciclável	-52,4%	9,1%	-51,9%	-29,5%	-54,3%	-64,2%	-79,6%					
Lavação de carros ou outros	21,3%	34,0%	10,7%	17,5%	44,7%	78,8%	15,6%	-36,8%				
Atividades rurais	22,4%	54,2%	9,1%	-35,7%	5,0%	70,1%	44,7%	-60,2%	27,0%			
Cuidar de Crianças	-35,0%	77,3%	-48,3%	-72,2%	-39,9%	-5,7%	-22,3%	42,9%	-17,7%	43,4%		
Trabalhos manuais	-20,6%	72,3%	-34,2%	-28,0%	47,4%	42,6%	15,4%	-0,9%	73,7%	29,2%	37,2%	
Atividade Doméstica	-16,8%	57,6%	-24,9%	-36,2%	-65,9%	-42,0%	-46,0%	73,1%	-40,4%	-1,0%	82,7%	5,8%

Legenda

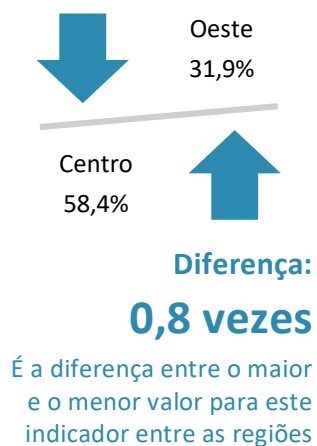
Muito alto	Alto	Médio	Baixo	Muito Baixo
80% - 100%	60% - 80%	40% - 60%	20% - 40%	0% - 20%

10.2 MAPA SOCIAL DAS SITUAÇÕES DE TRABALHO REGULARES

A região com mais situações de trabalho regular é o Centro com 58,4% da amostra. A que possui menos situações regularizadas é a região Oeste, com 31,9%. A diferença entre a maior e a menor região não chega a uma vez (0,8).

Tabela 103: Penetração da região de residência dos entrevistados em situação de trabalho regular na amostra

	Região	Obs.	Amostra	(%) Penetração Amostral
Baixo	3 Oeste	68	213	31,9%
	6 Rural	72	178	40,4%
Médio	4 Leste	60	140	42,9%
	2 Norte	125	284	44,0%
Alto	5 Sul	58	112	51,8%
	1 Centro	90	154	58,4%
Realizam a atividade em situação regular		473	1.081	43,8%



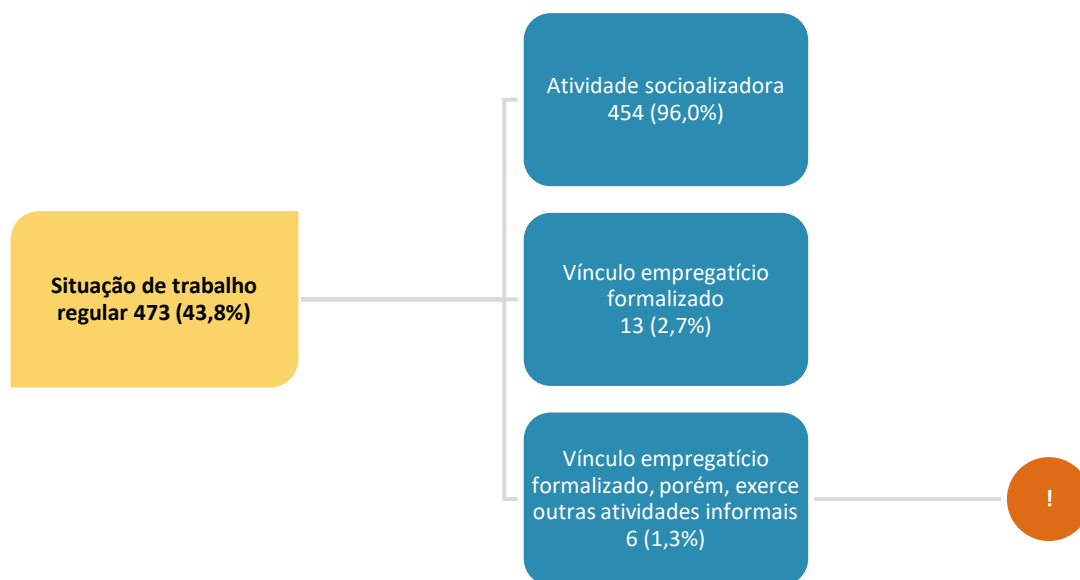
Nas situações de trabalho apontadas como regulares a análise foi classificada conforme os grupos no Quadro 44 abaixo:

Quadro 44: Classificação da situação regular de trabalho de Congonhas

- 1) Atividade socializadora**, a qual é realizada em âmbito familiar ou doméstico, com caráter educativo e de responsabilização – como tarefas e afazeres da rotina da família, de cunho colaborativo, como ajudar a lavar a louça, arrumar a cama, dentre outros – desde que a natureza, responsabilização, frequência e tempo dedicados ao seu desempenho sejam compatíveis com a idade e o processo de desenvolvimento da criança ou adolescentes (apêndice 01);
- 2) Vínculo empregatício formalizado**, quando a atividade realizada está devidamente legalizada, mediante vínculo formal de trabalho com carteira assinada e/ou participação no Programa Jovem Aprendiz;
- 3) Vínculo empregatício formalizado, porém exerce outras atividades**, quando o adolescente realiza atividade com vínculo formal de trabalho, porém, exerce outra(s) atividade(s), atribuindo um caráter irregular à situação, em virtude de ultrapassar o tempo fixado nos critérios de análise (apêndice 01);

Com base nestas segregações, as situações regulares foram classificadas, produzindo o retrato panorâmico a seguir. Considerando as situações de trabalho regulares, constata-se que 96% dos entrevistados realiza algum tipo de atividade socializadora. Apenas uma pequena parte, cerca de 4% têm relação formal de trabalho com vínculo empregatício. E por último, destaca-se como ponto meritório de atenção o último grupo – com vínculo formal empregatício, mas que exerce outras atividades, com 1,3%, – já que nessas situações há nitidamente um acúmulo de atividades, o que pode vir a significar uma sobrecarga de responsabilidades e interferir diretamente no desenvolvimento pessoal e rendimento escolar do adolescente. Dos seis adolescentes nesta situação, cinco têm 17 anos e um 15 anos, indicando que essa sobrecarga se dá, na maior parte dos casos, no momento de passagem da adolescência para a juventude.

Quadro 45: Panorama da situação regular de trabalho dos entrevistados



A Tabela 104 detalha por tipo as atividades de cunho socializador, na qual a atividade doméstica sobressai sobre as demais com 96,7%, seguida do cuidar de crianças, com 11,0%.

Tabela 104: Atividades realizadas pelos entrevistados que estão em situação regular de trabalho, conforme agrupamento dentro da situação

Atividade socializadora	Obs.	(%)
Atividade doméstica	439	96,7%
Cuidar de crianças	50	11,0%
Trabalho rural	9	2,0%
Lavação ou oficinas de automóveis	8	1,8%
Respondentes*	454	-

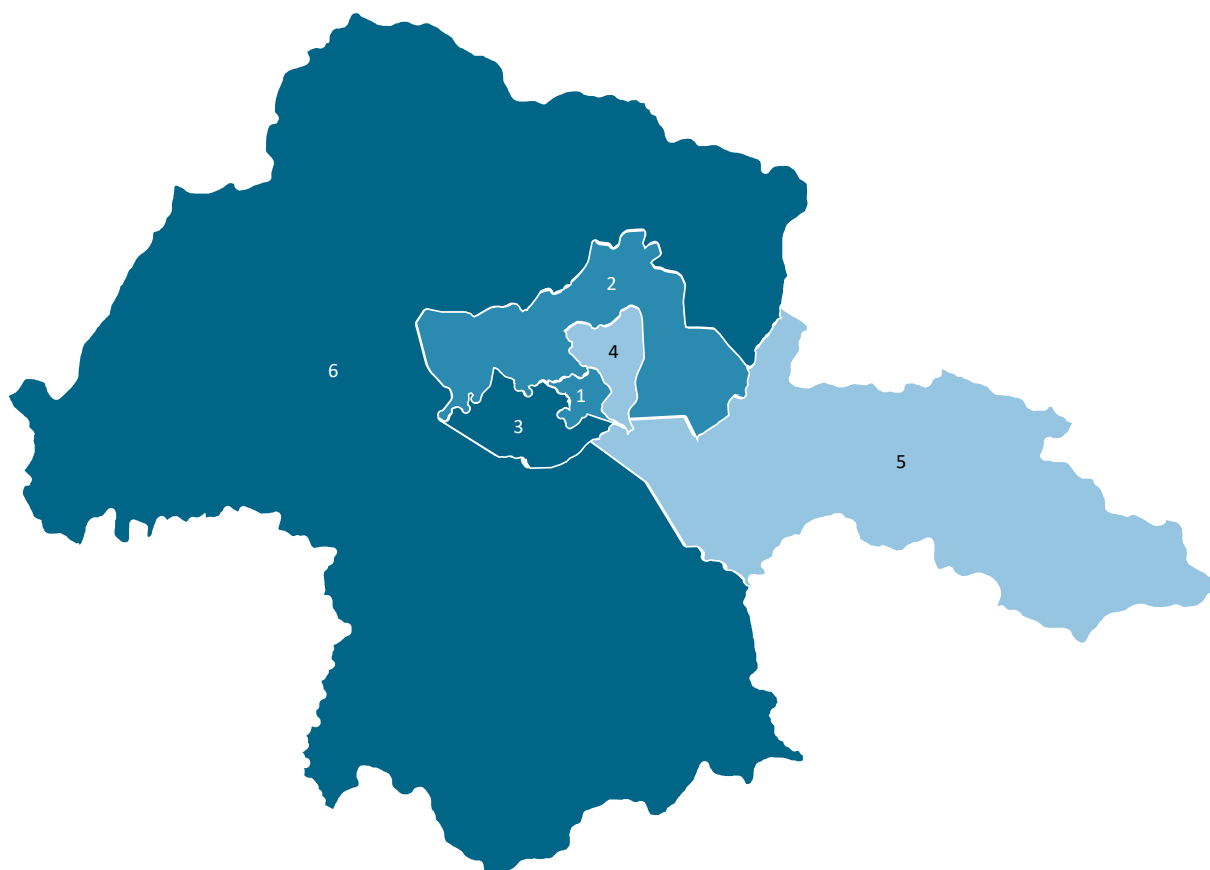
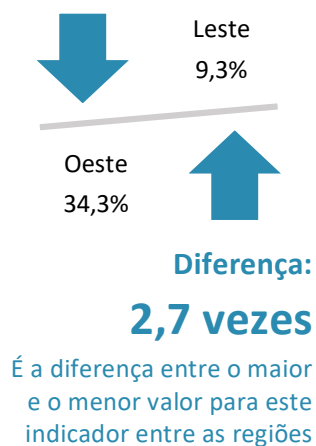
*Um adolescente poderia realizar mais de uma atividade.

10.3 MAPA SOCIAL DOS ENTREVISTADOS QUE NÃO TRABALHAM

A região com mais crianças e adolescentes que não trabalham é a região Oeste, onde 34,3% não realizam nenhuma atividade. A que menos tem crianças e adolescentes que não realizam nenhuma atividade é a região Leste, 9,3%. A diferença entre a região Oeste e Leste é de quase 3 vezes (2,7).

Tabela 105: Penetração da região de residência dos entrevistados que não trabalham

	Região	Obs.	Amostra	(%) Penetração Amostral
Baixo	4 Leste	13	140	9,3%
	5 Sul	11	112	9,8%
Médio	2 Norte	31	284	10,9%
	1 Centro	18	154	11,7%
Alto	6 Rural	37	178	20,8%
	3 Oeste	73	213	34,3%
	Não realizam atividade	183	1.081	16,9%

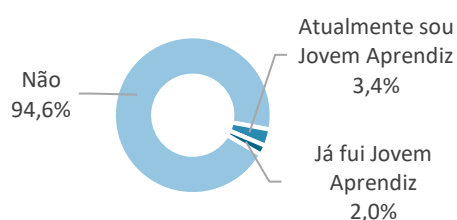


11. O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

Para os entrevistados com idade para participar do Programa Jovem Aprendiz (14 anos ou mais), 94,6% afirmaram que não participaram do programa.

Tabela 106: Participação dos entrevistados no Programa Jovem Aprendiz

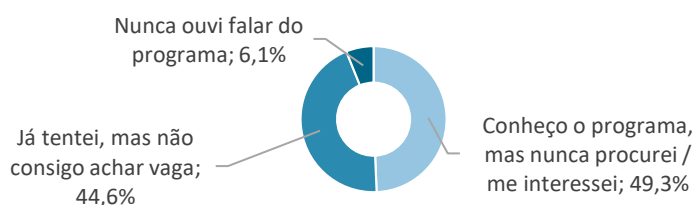
Participação	Obs.	(%)
Não	525	94,6%
Atualmente sou Jovem Aprendiz	19	3,4%
Já fui Jovem Aprendiz	11	2,0%
Total de 14 a 17 anos	555	100,0%



Estes 525 entrevistados que não participaram do programa justificaram com duas afirmações que mostra que o programa é conhecido, pois 49,3% afirma conhecer mas nunca procurou vaga e 44,6% que conhece, mas que tentou e não encontrou vaga. Apenas 6,1% afirmou não conhecer o programa.

Tabela 107: Justificativa de não participação no Programa Jovem Aprendiz

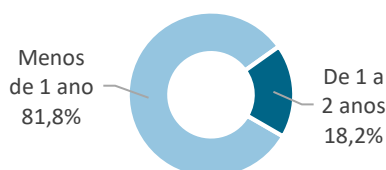
Justificativa	Obs.	(%)
Conheço o programa, mas nunca procurei/me interessei	259	49,3%
Já tentei, mas não consigo achar vaga	234	44,6%
Nunca ouvi falar do Programa Jovem Aprendiz	32	6,1%
Total	525	100,0%



Dos onze entrevistados que já foram participantes do Programa Jovem Aprendiz, 81,8% deles ficaram menos de 1 ano no programa.

Tabela 108: Tempo de participação no Programa Jovem Aprendiz dos entrevistados que não estão mais no programa

Tempo	Obs.	(%)
Menos de 1 ano	9	81,8%
De 1 a 2 anos	2	18,2%
Total	11	2,1%



*Um respondente poderia citar mais de uma atividade

O motivo de saída do programa para 34,6% foi a finalização do contrato, seguido por 18,2% que afirmaram não gostar da atividade.

Tabela 109: Justificativa dos entrevistados que não estão mais no Programa Jovem Aprendiz

Justificativa	Obs.	(%)	
Acabou meu contrato	4	36,4%	
Não gostei da atividade	2	18,2%	
Mudou de cidade	1	9,1%	
Achou cansativo	1	9,1%	
Preferiu realizar curso técnico	1	9,1%	
Empresa fechou	1	9,1%	
Não frequentei as aulas teóricas	1	9,1%	
Total	11	100,0%	

Em relação ao ramo de atuação, destaca-se o industrial, com 23,3%, seguido do comércio, com 20% e da mineração, com 16,7%.

Tabela 110: Setor em que os entrevistados trabalharam no Programa Jovem Aprendiz

Setor	Obs.	(%)	
Indústria/Fábrica	7	23,3%	
Comércio	6	20,0%	
Mineração	5	16,7%	
Setor Público	4	13,3%	
Serviços (Restaurantes, banco, escritórios, hospital)	3	10,0%	
Outro	5	16,7%	
Total	30	100,0%	

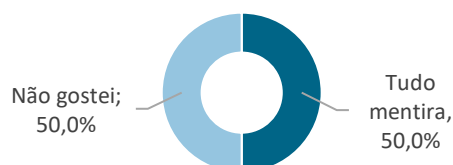
Conforme tabelas 111 e 112, os 76,7% que participaram do programa (30 no total) deram nota 10^a ele. Apenas 2 adolescentes (6,7%) deram nota 6 ou inferior, por não terem gostado ou achado o programa “uma mentira”.

Tabela 111: Nota que os entrevistados deram ao Programa Jovem Aprendiz

Nota	Obs.	(%)	
Nota inferior a 6	2	6,7%	
Nota 7	2	6,7%	
Nota 8	3	10,0%	
Nota 9	0	0,0%	
Nota 10	23	76,7%	
Total	30	100,0%	

Tabela 112: Justificativa das notas 6 ou inferiores dadas ao Programa Jovem Aprendiz

Justificativa	Obs.	(%)
Tudo mentira	1	50,0%
Não gostei	1	50,0%
Total	2	100,0%

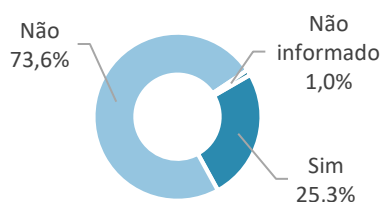


12. ENTREVISTADOS À PROCURA DE EMPREGO

Para todas os entrevistados - independente da faixa etária - foi perguntado se estavam procurando emprego, dos quais a maioria, 73,6%, afirmaram que não.

Tabela 113: Entrevistados procurando emprego

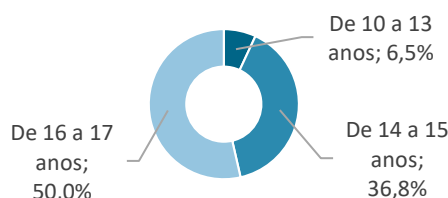
Resposta	Obs.	(%)
Sim	274	25,3%
Não	796	73,6%
Não informado	11	1,0%
Total	1.081	100,0%



Dos 274 (86,8%) que estão à procura de emprego, um pequeno percentual, cerca de 6,5% estão na faixa etária (10 a 13 anos) com proibição total de trabalho perante a legislação brasileira. A faixa etária de 14 a 15 anos, com permissão para trabalhar na condição de aprendiz, têm percentual de 36,8% e metade (50%) são maiores de 16 anos.

Tabela 114: Entrevistados procurando emprego por faixa etária

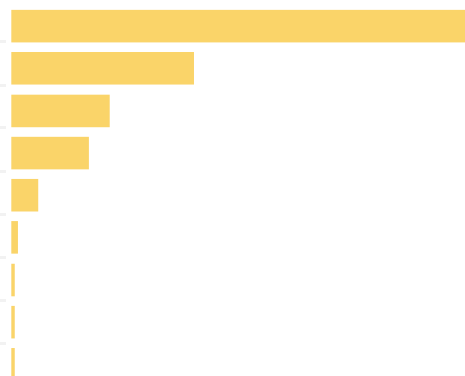
Faixa Etária	Obs.	Amostra	(%)
De 10 a 13 anos	34	526	6,5%
De 14 a 15 anos	105	285	36,8%
De 16 a 17 anos	135	270	50,0%
Total	274	1.081	25,3%



Em relação ao motivo dos que estão à procura não encontrarem emprego, 50,4% dos entrevistados acredita que ainda que o fator da idade dificulta a entrada no mercado de trabalho, seguida da falta de vagas (19,7%) e da falta de experiência (10,6%).

Tabela 115: Motivo dos entrevistados não encontrarem emprego

Motivo	Obs.	(%)
Sou muito novo	138	50,40%
Faltam vagas	54	19,70%
As vagas exigem experiência	29	10,60%
Não tenho qualificação profissional	23	8,40%
Não procurou direito	8	2,90%
Período em que estudo	2	0,70%
Baixa escolaridade	1	0,40%
Estou aguardando resposta	1	0,40%
Estou em processo de treinamento	1	0,40%
Total	274	-



Dos entrevistados que não trabalham ou realizam atividades (195), mais da metade (55,9%) afirmou estar focado nos estudos, 25,1% acredita não ter idade.

Tabela 116: Motivo dos entrevistados não trabalharem ou não realizarem nenhuma atividade

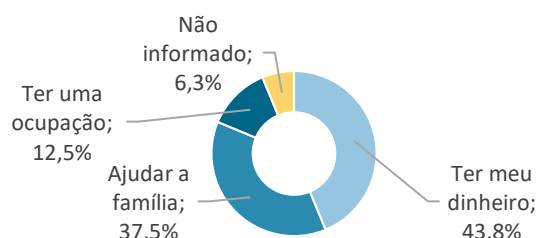
Resposta	Obs.	(%)
Estou focado nos estudos	109	55,9%
Estou procurando, mas não acho nada	16	8,2%
Meus pais não deixam	21	10,8%
Não tenho idade para realizar nenhuma atividade	49	25,1%
Total	195	100,0%

Nota de Tabela: O total desta tabela diverge do total do indicador de não realiza nenhuma atividade (item 10.3) em função de terem sido consideradas atividades ilícitas (tráfico de drogas e prostituição) como atividades, assim como os adolescentes participantes do Programa Jovem Aprendiz.

Os 16 que estão procurando emprego, o principal motivo é a questão de ter seu próprio dinheiro (43,8%). E em segundo, 37,5%, procura emprego para ajudar a família.

Tabela 117: Motivo dos entrevistados que não trabalham ou não realizam nenhuma atividade estarem procurando emprego

Resposta	Obs.	(%)
Ter meu dinheiro	7	43,8%
Ajudar a família	6	37,5%
Ter uma ocupação	2	12,5%
Não informado	1	6,3%
Total	16	100,0%



E o motivo de não encontrar o emprego, segundo estes que estão procurando, 37,5% afirmam que não tem vagas e 31,3% falam que acham que a idade (são novos demais) atrapalha.

Tabela 118: Justificativa dos entrevistados que não trabalham ou não realizam nenhuma atividade não conseguirem emprego

Resposta	Obs.	(%)
Faltam vagas	6	37,5%
Sou muito novo	5	31,3%
As vagas exigem experiência	4	25,0%
Não tenho qualificação profissional	1	6,3%
Trabalha em casa	1	6,3%
Falta tirar documentos	1	6,3%
Total	16	100,0%

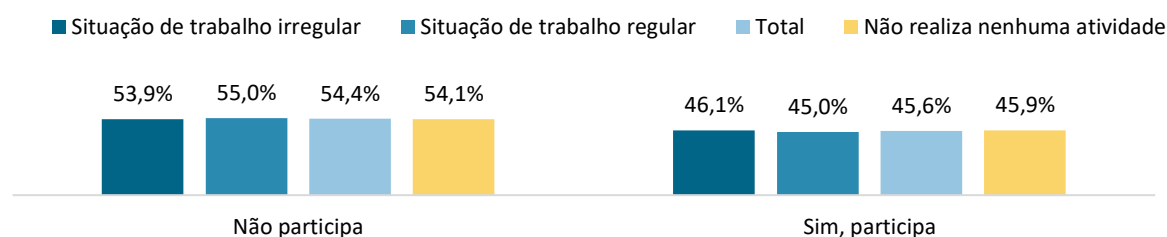
*Um respondente poderia citar mais de uma atividade.

13. ATIVIDADES DE ESPORTE, CULTURA E OUTROS CURSOS *VERSUS* SITUAÇÃO DE TRABALHO

Percebe-se no cruzamento a seguir que a situação de trabalho não interfere na realização de uma atividade esportiva, pois independentemente se realiza alguma atividade e esta é regular ou irregular ou não realiza nenhuma atividade, a participação em atividades esportivas é de aproximadamente 45,6% nas três situações.

Tabela 119: Cruzamento entre a participação em atividades esportivas e a situação de trabalho

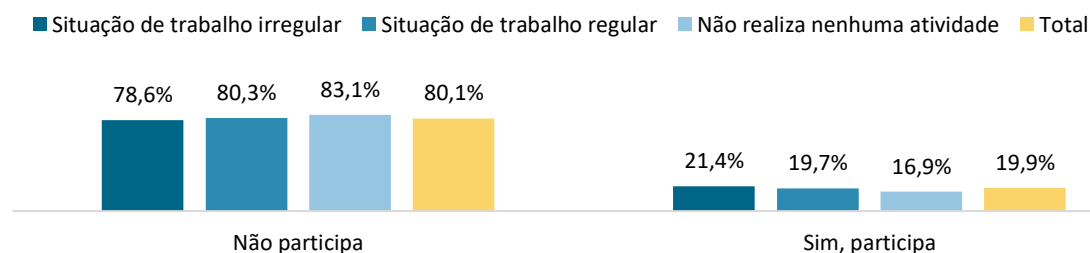
Atividade de Esporte	Situação de trabalho irregular		Situação de trabalho regular		Não realiza nenhuma atividade		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não participa	229	53,9%	260	55,0%	99	54,1%	588	54,4%
Sim, participa	196	46,1%	213	45,0%	84	45,9%	493	45,6%
Total Geral	425	100,0%	473	100,0%	183	100,0%	1.081	100,0%



Já no cruzamento das situações de atividade de trabalho e a realização de atividades culturais o comportamento é outro, percebe-se a tendência no gráfico que o fato da criança ou do adolescente realizar alguma atividade de trabalho tem uma relação dele também realizar alguma atividade cultural, ou seja, quem trabalha realiza mais atividades culturais do que quem não trabalha.

Tabela 120: Cruzamento entre a participação em atividades culturais e a situação de trabalho

Atividade de Cultura	Situação de trabalho irregular		Situação de trabalho regular		Não realiza nenhuma atividade		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não participa	334	78,6%	380	80,3%	152	83,1%	866	80,1%
Sim, participa	91	21,4%	93	19,7%	31	16,9%	215	19,9%
Total Geral	425	100,0%	473	100,0%	183	100,0%	1.081	100,0%



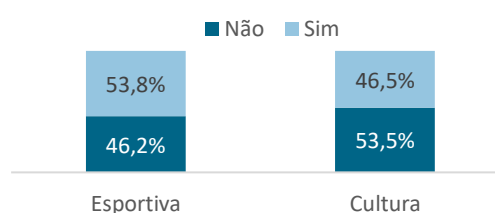
13.1 DEMANDAS POR ATIVIDADES E OFICINAS DE ESPORTE, CULTURA, LAZER E PROFISSIONALIZAÇÃO

Foi questionado aos entrevistados, tanto para os que já realizam alguma atividade, quanto para os que não realizam, se eles gostariam de ter oportunidade de participar de algum curso ou oficina, com objetivo de auxiliar o poder público no direcionamento e planejamento de recursos públicos, já que a oferta de atividades contraturno é uma das formas de combate ao trabalho infantil.

Dos entrevistados que já realizam alguma atividade, em média 50% afirmou que gostaria de realizar alguma outra. Para os que realizam atividade esportiva esse percentual foi de 53,8%, enquanto na atividade cultural é de 46,5%.

Tabela 121: Entrevistados que realizam uma atividade e gostariam de realizar mais atividades

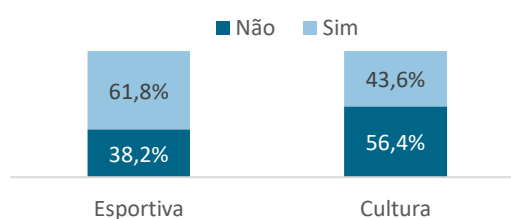
Resposta	Esportiva		Cultura	
	Obs.	(%)	Obs.	(%)
Não	226	46,2%	116	53,5%
Sim	263	53,8%	101	46,5%
Total	489	100,0%	217	100,0%



Dos que não realizam, no esporte o percentual é maior, 61,8% gostaria de fazer alguma atividade esportiva, já nas atividades culturais não, a minoria pretende fazer uma atividade (43,6%).

Tabela 122: Entrevistados que NÃO realizam uma atividade e gostariam de realizar alguma atividade

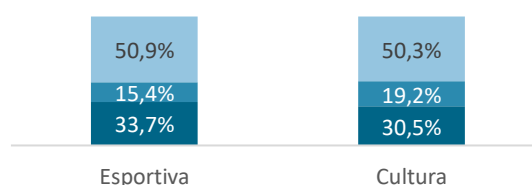
Resposta	Esportiva		Cultura	
	Obs.	(%)	Obs.	(%)
Não	226	38,2%	487	56,4%
Sim	366	61,8%	377	43,6%
Total	592	100,0%	864	100,0%



Como a maioria estuda no matutino, a preferência ficou em realizar atividades no período vespertino, para aproximadamente 50% em ambas as atividades.

Tabela 123: Período preferido pelos entrevistados para realizar uma atividade

Resposta	Esportiva		Cultura	
	Obs.	(%)	Obs.	(%)
Matutino	212	33,7%	146	30,5%
Noturno	97	15,4%	92	19,2%
Vespertino	320	50,9%	241	50,3%
Total	629	100,0%	479	100,0%



Quando perguntado que outro esporte os que já praticam gostariam de fazer, 25,5% apontam a natação, em seguida vem o vôlei e o futebol com mais, aproximadamente 19%. Lutas (13,7%), basquete (11,0%) e bicicleta (10,3%) foram os outros três esportes mais citados.

Tabela 124: Esporte que gostaria de realizar, além do que já realiza

Esporte	Cit.	(%)	
Natação	67	25,5%	
Vôlei	52	19,8%	
Futebol (campo, salão ou rua)	50	19,0%	
Lutas (Judô, boxe, karatê, capoeira, taekwondo)	36	13,7%	
Basquete	29	11,0%	
Bicicleta	27	10,3%	
Dança	22	8,4%	
Skate	16	6,1%	
Academia	14	5,3%	
Atletismo	6	2,3%	
Tênis de mesa	2	0,8%	
Total que faz atividade*	263	-	

*Um respondente poderia citar mais de uma atividade.

Para os que não realizam nenhuma atividade esportiva, o futebol (campo, salão ou rua) é pretendido por 37,2% destes, seguido da natação, por mais 18,6%. O vôlei ocupa o terceiro lugar, como esporte que mais gostaria de fazer, com 17,8% das citações das 366 crianças e adolescentes que não realizam esporte algum.

Tabela 125: Esporte que gostaria de realizar para os entrevistados que não realizam nenhum esporte

Esporte	Cit.	(%)	
Futebol (campo, salão ou rua)	136	37,2%	
Natação	68	18,6%	
Vôlei	65	17,8%	
Dança	32	8,7%	
Bicicleta	21	5,7%	
Lutas (Judô, boxe, karatê, capoeira, taekwondo)	19	5,2%	
Basquete	13	3,6%	
Skate	5	1,4%	
Academia	4	1,1%	
Atletismo	1	0,3%	
Tênis de mesa	1	0,3%	
Não informado	1	0,3%	
Total que NÃO faz atividade*	366	100,0%	

*Um respondente poderia citar mais de uma atividade.

As aulas de instrumentos musicais, além das mais realizadas, são as mais pretendidas pelos que já realizam atividades culturais, 27,7% das crianças e adolescentes que já praticam alguma atividade gostaria de fazer aulas de instrumentos. Em segundo vem o teatro com o interesse de 19,8% dos entrevistados e em terceiro, ambos com o mesmo percentual de citação (17,8%) as atividades de artes/pintura e desenho e línguas estrangeiras.

Tabela 126: Atividade cultural que gostaria de realizar, além do que já realiza

Outra atividade cultural que gostaria de fazer	Cit.	(%)	
Aulas de instrumentos musicais (violão, piano, violino, etc.)	28	27,7%	
Teatro	20	19,8%	
Artes/pintura e desenho	18	17,8%	
Línguas estrangeiras	18	17,8%	
Cinema	15	14,9%	
Aulas de música/canto	10	9,9%	
Leitura	4	4,0%	
Circo	2	2,0%	
Coral	2	2,0%	
Museu	2	2,0%	
Dança	1	1,0%	
Total que faz atividade*	101	-	

*Um respondente poderia citar mais de uma atividade.

Dos que não realizam nenhuma atividade e gostariam de realizar, novamente as aulas de instrumentos musicais (violão, piano, violino, etc.) são pretendidas pela maioria, 26,3%. Em segundo vem as aulas de artes/pintura e desenho com mais 24,9%. E, em seguida as aulas de música/canto (19,9%), teatro (15,9%) e línguas estrangeiras (14,9%).

Tabela 127: Atividade cultural que gostaria de realizar para os entrevistados que não realizam nenhuma atividade cultural

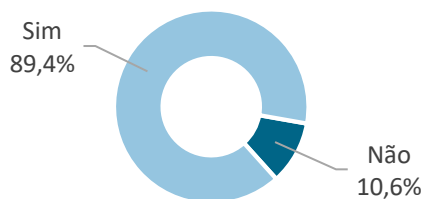
Atividade cultural que gostaria de fazer	Cit.	(%)	
Aulas de instrumentos musicais (violão, piano, violino, etc.)	99	26,3%	
Artes/pintura e desenho	94	24,9%	
Aulas de música/canto	75	19,9%	
Teatro	60	15,9%	
Línguas estrangeiras	56	14,9%	
Cinema	25	6,6%	
Dança	12	3,2%	
Leitura	8	2,1%	
Circo	7	1,9%	
Museu	4	1,1%	
Coral	3	0,8%	
Não informado	2	0,5%	
Escoteiro	1	0,3%	
Xadrez	1	0,3%	
Total que faz atividade*	377	-	

*Um respondente poderia citar mais de uma atividade.

Para os que afirmaram qualquer motivo, menos o de não gostar, perguntou-se se gostaria de fazer um curso, e a maioria 89,4% afirmou que sim.

Tabela 128: Gostaria de realizar algum curso?

Fazer curso	Obs.	(%)
Não	42	10,6%
Sim	356	89,4%
Total	398	100,0%



Sendo que o curso mais solicitado foi o de informática por 39,6% dos entrevistados, 25,3% solicitou curso de idiomas e como terceiro mais citado o curso técnico 20,5%.

Tabela 129: Curso que os entrevistados gostariam de fazer

Resposta	Cit.	(%)
Informática	141	39,6%
Curso de idiomas	90	25,3%
Curso Técnico	73	20,5%
Curso de artes (música, teatro e dança)	32	9,0%
Administrativos	19	5,3%
Não informado	1	0,3%
Total que não faz curso	356	100,0%

14. ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE COM OS ATORES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Também fez parte deste estudo a aplicação de uma pesquisa qualitativa em profundidade, por meio de entrevistas individuais realizadas com os atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente do Município com objetivo de investigar e construir um panorama geral sobre a atuação e principais desafios da rede, e a perspectiva dos técnicos na temática do trabalho infantil.

Utilizou-se como metodologia de pesquisa o critério de investigação qualitativo, cuja amostragem em relação ao número de grupos e de entrevistados não é o foco principal, em virtude do cunho essencialmente valorativo desta abordagem, que se preocupa em estudar e compreender de modo subjetivo as particularidades e experiências individuais que traçam a visão de mundo dos entrevistados em relação aos pontos pesquisados. A justificativa da escolha desta metodologia fundamenta-se no objetivo proposto, o de conhecer a realidade da rede de atendimento, todavia sem limitar-se aos números e dados quantitativos e nem contrapor-se a eles, mas como forma de complementar e enriquecer este estudo, uma vez que este método permite ao pesquisador adentrar no mundo vivido pelos sujeitos, para que a partir de seus discursos possa compreender os sentimentos, valores, ideologias e motivações que o permeiam (MINAYO, 2004).

Nesses termos ressalta-se que o roteiro da entrevista (Apêndice 3) foi estruturado em três partes distintas: Na Parte I foram realizadas perguntas em relação à trajetória pessoal, formação e trajetória profissional dos técnicos. Já na segunda parte o foco da pesquisa foi a percepção e o conhecimento dos técnicos em relação à temática do trabalho infantil. E por último, na Parte III, foram realizadas perguntas com objetivo de identificar a estrutura de funcionamento da rede de atendimento e proteção do Município, assim como também identificar os principais desafios, fragilidades, lacunas e oportunidades de melhoria.

Participaram das entrevistas um total de oito representantes do SGDCA dos seguintes equipamentos: do Conselho Tutelar, do CRAS, do CREAS, da Rede Estadual de Ensino, da Saúde, da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal do Esporte e uma instituição não governamental atuante na área de profissionalização.

I – TRAJETÓRIA PESSOAL E PROFISSIONAL

A maior parte dos técnicos diz ter nascido em Congonhas ou em seus arredores. Alguns relatam terem ido morar em outra cidade para estudar ou trabalhar por determinado período, retornando ao Município.

Com relação aos arranjos e dinâmica familiar, no geral, predomina a composição familiar tradicional, com a presença de pai, mãe e irmãos. Apenas um dos técnicos conta que foi criado pela mãe e sua avó, e que posteriormente com o casamento da mãe, foi morar com ela e com o padrasto. Com relação à situação socioeconômica, há perfis bem variados, contemplando famílias com padrão social mediano, porém sem muito luxo ou conforto, até famílias com situações mais dificultosas e sujeitas a vulnerabilidades sociais.

Alguns relatam não terem trabalhado durante a infância ou adolescência, enquanto outros contam terem iniciado desde cedo para contribuir com a renda familiar, ou ainda terem tido experiência de trabalho infantil doméstico, em ficar responsável por cuidar de irmãos mais novos e dos afazeres da casa desde muito cedo. É nítido que a trajetória e vivência pessoal traz um significado para a construção da conduta ética profissional dos técnicos, já que para aqueles que experienciaram tal situação é mais fácil o seu reconhecimento. Em contrapartida, percebe-se que as formações e capacitações oferecidas sobre o tema têm papel fundamental na conscientização de mitos e verdades e concepções socioculturais geracionais sobre a inserção do adolescente no mercado de trabalho *versus* as situações de trabalho infantil.

Pelas histórias narradas, é possível perceber que o histórico geracional dos pais pouco influenciou a escolha profissional dos entrevistados, já que na maior parte os pais exerciam profissões operacionais, em mineradoras, mecânica, usinagem e afins, e as mães tendiam a se dedicar aos cuidados do lar ou a auxiliar na renda fazendo bolos, salgadinhos ou com vendas. Mas que presenciar a dura realidade profissional dos pais, que muitas vezes os incentivavam a dedicar-se aos estudos, os impulsionou a fazer uma faculdade e a conquistar um diploma profissional.

Com relação à trajetória profissional, a maior parte chegou ao atual cargo por meio de concurso público. Havia apenas um por indicação, e um contratado por uma instituição não governamental. Através da fala de todos é possível perceber que realmente gostam da profissão e do lugar em que atuam. Claramente o que os impulsiona são propósitos de transformação social, de fazer a diferença na vida de pessoas que precisam, e de contribuir para um mundo melhor, priorizando o desenvolvimento de virtudes como educação, respeito, justiça e igualdade social.

Também narram dificuldades e limitações em suas áreas de atuação, no convívio com famílias disfuncionais, desestruturadas, alunos desregrados e desrespeitosos. Também é pontuado por mais de um dos técnicos que a maior dificuldade enfrentada na rotina profissional diária está na aderência e continuidade das famílias aos serviços e programas ofertados.

“A principal dificuldade que eu vejo hoje, talvez não é nem questão de infraestrutura, porque eu posso ter uma das melhores infraestruturas do mundo, eu posso ter a melhor verba federal [...], mas

se eu não tiver a contrapartida da família, o querer dela de mudar os seus paradigmas, de querer mudanças para si, o meu trabalho não vai para a frente”.

“A maior dificuldade que a gente encontra são os alunos que são, em sua grande parte filho de contexto, sem família estruturada”.

“Famílias que tem insuficiência alimentar que é uma coisa que não existia perto de mim. E quando eu me deparei com famílias que realmente passavam fome aquilo foi um choque de realidade para mim”.

“A maior dificuldade que eu encontro no trabalho não é bem o serviço em si. Não sei se entraria no que você precisa, que é a família que muitas vezes não adere aos serviços. A gente tem serviços, a gente oferece, orienta, mas depende daquela família de querer participar”.

II – PERCEPÇÃO QUANTO AO TEMA E CONCEITO DE TRABALHO INFANTIL

Entrando na temática do “trabalho infantil” muitos dos técnicos comentam que sua percepção sobre o tema mudou e vem mudando ao longo do tempo, principalmente com as capacitações que têm recebido, abandonando a ideia de senso comum, de que trabalho infantil só ocorre em carvoarias ou em atividades insalubres e penosas, para a perspectiva de que atividades “inofensivas” como venda de picolé na rua, trabalho doméstico, ajudar os pais, trabalho em feiras ou na construção, ou aquelas exercidas antes da idade certa, e que possam vir a caracterizar uma situação de trabalho infantil – já que muitas vezes estão escondidas ou mascaradas por trás de justificativa de responsabilização, mas que acabam por privar a criança ou adolescente de desenvolver atividades educativas, culturais e esportivas, fundamentais para o seu desenvolvimento, e por tendenciar a reprodução de padrões geracionais de vulnerabilidade social. Alguns técnicos também reconhecem e mencionam atividades ilícitas, de tráfico de drogas e prostituição infantil, como formas de trabalho infantil que precisam ser investigadas e combatidas.

“De certa forma é privar mesmo a criança dela ser criança”.

“Se não quebrarmos esse círculo vicioso e, principalmente dessas famílias, dessa cultura que trabalhar é bom, é benéfico, que não tem problema a criança trabalhar, que é preferível ela estar trabalhando do que estar na rua, [...] Aonde nós vamos chegar?”.

“Eu entendo após ter passado por umas sete capacitações de transformação de visão de vida, que isso [trabalho infantil] só perpetua no ciclo de pobreza”.

“Mas uma das coisas que é muito complicado aqui e que a gente vê que está tendo um aumento, são os aviõezinhos de droga. E muita coisa que eu achei que ia acabar, mas que está voltando é a questão

da prostituição infantil. A gente está tendo muitas notícias disso aqui, [...] a gente precisa fazer algo para poder ultrapassar esses limites, essas limitações e saber por que está acontecendo isso”.

Quando questionados se seus colegas de trabalho e se os demais técnicos da rede de atendimento compartilham dessa mesma visão e conceito de tipos e formas de trabalho infantil, há o reconhecimento de que esta é uma temática que avança sobre a linha da impessoalidade do indivíduo e que a forma como ele encara o tema está ligada com suas experiências pessoais. Comentam também que a própria rede tem fomentado discussões sobre o tema, assim como têm havido a promoção de capacitações, e que certamente têm havido avanços na concepção de alguns, enquanto outros ainda compartilham de uma visão mais “tradicionalista” conceituando trabalho infantil nos moldes do senso comum da cultura do trabalho, de que “trabalhar é bom”.

“A gente fez aqui a campanha do trabalho infantil no ano passado e, ao mesmo momento que a gente estava em campanha, um jornalista do Município que presta alguns serviços à comunidade, tirou uma foto de uma menina que estava trabalhando de servente de pedreiro junto com o pai, e colocou: olha que exemplo de educação! E uns 100 comentários abaixo parabenizando esse pai que estava levando a menina para ser servente de pedreiro, uma menina de 12 anos”.

“Grande parte dos que hoje são adultos – por volta de 40, 50 anos – a maioria cresceu trabalhando. Com 10, 12 anos muitos deles já trabalhavam para se sustentar. De certa maneira, acho que a convergência no ponto é essa, todos cresceram trabalhando e não morreram por isso”.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, os técnicos ampliam a discussão para a concepção e opinião dos munícipes, familiares, comerciantes e demais membros da sociedade sobre trabalho infantil. Quase que unanimemente concordam que no meio social há a predominância de paradigmas e crenças culturalmente perpetuadas, em que o trabalho ainda é visto como algo totalmente positivo, mas que a mídia, de algum modo têm auxiliado, já que nos últimos anos têm sido realizadas muitas campanhas de discussão, educação e conscientização sobre o tema. Citam ainda o Programa Jovem Aprendiz, que fomenta a inserção do jovem no mercado de trabalho de maneira apropriada e que certamente deveria ser mais explorada.

“A quem ainda diga que concorde com a famosa frase: deixa os meninos, tem que ter responsabilidade, por que não? A gente ainda ouve um “por que não”. Eu acho que os comerciantes talvez venham dessa cultura também. São comerciantes porque vieram de uma cultura também de uma família que era comerciante e aprendeu um ofício desde cedo”.

“Eu acho que hoje em dia está muito falado. A gente vê muito nas mídias, nas redes sociais, então eu acho que a população está se conscientizando. Inclusive semana que vem nós vamos falar

sobre isso e a gente faz um trabalho com os jovens para eles divulgarem nas redes sociais e até mesmo a família, a gente faz um trabalho com eles”.

Quando questionados sobre sua opinião sobre a realidade fática do município de Congonhas, em relação à existência de situações de trabalho infantil, há um consenso sobre sua existência, mas não em relação à quantidade, se são muitos ou poucos casos. Todavia, narram diferentes situações de trabalho, desde atividades domésticas, cuidar de crianças, do atendimento em mercados e padarias, até a venda de picolés ou bombons na rua. Também é amplamente mencionado a época de festas do “jubileu”, período em que é muito comum a ocorrência de crianças e adolescentes trabalhando na rua ou no comércio.

Outro ponto que é levantado, são as situações de famílias vulneráveis, em que a incidência de trabalho infantil dá-se em virtude da necessidade de complemento da renda, e que tratar este tema como proibição ou punição não é a solução, mas sim buscar formas alternativas de empoderar e ampliar a renda daquela família, para que a criança ou adolescente não precise assumir este tipo de responsabilidade, estando livre para vivenciar seu período de desenvolvimento.

“Principalmente por conta da questão da vulnerabilidade social que a gente sabe que existe. A gente sabe que tem famílias de muita baixa renda. A gente sabe que tem crianças que ajudam mesmo dentro de casa. [...]. Mas a gente também sabe que se não for a ajuda dessa criança essa família não come e aí é uma faca de dois gumes”.

“A gente percebe que tem muitos cuidadores informais que, as vezes nem vê isso como trabalho: fica com o seu avô todo dia”.

III – ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO

Do total de entrevistados, metade afirma já ter identificado alguma situação de trabalho infantil como técnico, e outra metade não. Todavia, todos os representantes mencionam saber o que fazer no caso de identificar uma situação, em virtude de ter sido definido um fluxo de atendimento no Município. Tal fluxo prevê a centralização e mobilização a partir do Conselho Tutelar (que deve ser imediatamente acionado quando identificada uma situação ou suspeita), para que após averiguada e confirmado a circunstância de trabalho infantil, deverá tomar as medidas e encaminhamentos necessários. Complementam o tema informando que, na maior parte, os casos acabam retornando para a ponta de atendimento – para serem acompanhados ou inseridos em programas da assistência social, projetos educacionais, culturais ou esportivos e que muitas vezes esse acompanhamento ainda é estendido às

famílias – mas que o Conselho Tutelar é a entidade cujo viés e atribuições possui as melhores condições de abordar as crianças ou adolescentes e de investigar a situação.

Os técnicos também relatam que este ainda é um tema socialmente polêmico, que no momento do conhecimento da situação tentam fazer o primeiro contato de orientação e acolhimento, e que percebem que muitas vezes os envolvidos, a família e a própria criança ou adolescente não reconhece a situação como trabalho infantil.

“Algumas coisas são muito veladas, mas quando chega até a gente a denúncia, a gente reporta até o Conselho Tutelar”.

“A gente aciona o Conselho, mas espera que volte e a gente faz o acompanhamento da família, da criança e às vezes essa criança é encaminhada, se tiver o CRAS na localidade dela para ela poder ser incluída no serviço de convivência, ou no turno e contraturno da escola. Quando não tem CRAS próximo aí ela tem que estar na escola, ser acompanhada mais de perto pela educação”.

“Mas são casos muito complexos de tratar porque a família não entende como trabalho infantil”.

“Agora o que a gente percebe, mas que a gente não conseguiu notificar foi a questão dos aviõezinhos porque é velado, ele nunca admite que ele está trabalhando, até porque ele não reconhece como trabalho”.

Também afirmam que o trabalho em rede do SGDCA, de maneira geral flui bem, mas que a forma de condução do caso depende muito do olhar do técnico envolvido, e por isso reforçam a importância da promoção contínua de conscientização e capacitação. Dentre os encaminhamentos realizados após investigada e confirmada uma situação de trabalho infantil, são apontados o acolhimento e orientação para toda a família, e caso necessário seu acompanhamento em programas socioassistenciais, o direcionamento para projetos educacionais (incluindo os de cunho esportivo e cultural), a inserção da família em programas de transferência de renda, no caso de vulnerabilidade social. Também apareceu na fala de alguns técnicos que muitas vezes não há um retorno sobre a conclusão, finalização e o resultado das ações realizadas, o que demonstra a importância de que seja traçado no protocolo uma forma de monitoramento e acompanhamento para que toda a rede tenha acesso e visualização.

Neste sentido ainda, refletem que nem sempre o resultado é efetivo e visto, em virtude de ser um trabalho gradativo, de acompanhamento, e que a mudança cultural de paradigmas e da realidade socioeconômica é um processo a ser paulatinamente construído.

Quando abordado sobre as fragilidades e lacunas da rede de atendimento, são apontados a falta de fluxos e protocolos de atendimento bem definidos, a falta de preparação de alguns técnicos que ainda têm concepções de senso comum sobre trabalho e trabalho infantil, com destaque ao Conselho

Tutelar, por se tratar de órgão eletivo e de rotatividade profissional. Além disso, também é mencionado que a dinâmica de funcionamento do Conselho Tutelar poderia ser melhor estruturada, e que a participação do Ministério Público e do Poder Judiciário seja mais próxima da rede.

A questão do tráfico de drogas e das violações de direito são mencionadas, já que tratam de um panorama que representa uma realidade desafiadora no Município, já que o tráfico é uma das piores formas de trabalho infantil, que está presente na realidade de famílias vulneráveis e que acabam por acarretar em outras formas de violações e violência. O trabalho infantil doméstico e o realizado nas ruas também são apontados pelos técnicos como desafiadores, o primeiro por estar escondido e mascarado, e o segundo por submeter e expor a criança e o adolescente a outras situações de risco.

Sobre o Programa Jovem Aprendiz há o reconhecimento de que trata-se de uma importante ferramenta para inserção do adolescente no mercado de trabalho, mas que ainda são poucas as ofertas de vagas no Município. Como ponto negativo é apontado a falta de adesão das empresas (que não oferecem vagas), o baixo número de vaga para pessoas com deficiência, e que o programa não alcança os adolescentes que mais necessitam dele – aqueles têm histórico de família vulneráveis ou desestruturada, envolvidos com o tráfico de drogas, que muitas vezes apresentam histórico de infrequência, defasagem ou evasão escolar – e, que de alguma forma, deveria ser pensado em formas de criar ações e projetos que supram esta lacuna.

Em relação ao programa PETI no Município, é comentado que quando foi instituído não recebeu verba federal para seu financiamento, mas que, com o recebimento do TAC e a criação da comissão, as ações tornaram-se direcionadas e efetivas, e o Município vem se estruturando e aos poucos o tema tem ganho maior visibilidade perante, não só a própria rede, mas para toda a comunidade e munícipes, criando um fluxo de demanda. De um modo geral, são mencionadas como ações desdobradas pela Comissão do PETI a criação da agenda, a ampliação e criação de novas campanhas de conscientização sobre o tema, a oferta de capacitação e formações para a rede do SGDCA e a adequação de alguns serviços para contemplar as ações que o combate ao trabalho infantil requer, como a busca ativa.

De um modo geral, ficou claramente demonstrado pela fala dos técnicos, que há uma expectativa de toda a rede sobre o resultado do Diagnóstico, para que a partir da realidade por ele retratada possam ser desdobradas ações pontuais e direcionadas para o perfil e território em que estão concentradas as situações irregulares, assim como também possam ser definidos protocolos e fluxos de atendimento, não apenas para as situações de trabalho infantil, mas para todas as formas de violações de direito, já que de alguma forma elas estão interligadas entre si. Mais do que isso, que o trabalho iniciado não se perca no futuro, que possa ser perpetuado, independente das mudanças de gestão municipal, e consolidado como uma política pública bem traçada e solidamente construída.

PARTE IV

15. ANÁLISE CONCLUSIVA DA PESQUISA DE PERCEPÇÃO NA PERSPECTIVA DO PETI

Segundo a classificação de atividades pelo PETI, percebe-se em cada região tendências de trabalho diferentes:

- O trabalho nas ruas, apesar de aparecer em várias regiões mostra-se mais forte na região Oeste (19,4%);
- O trabalho em atividades ilícitas também se destaca na região Oeste com 18,1%, sendo que a segunda região com mais problemas com este tipo de trabalho é a Rural e o percentual é de 10,1%;
- O trabalho informal ou eventual acontece em destaque nas regiões Rural e Leste, ambas com mais de 30% dos entrevistados em situação irregular nesta atividade;
- O trabalho penoso, perigoso e insalubre se destaca nas regiões Centro e Leste;
- Trabalho infantil doméstico para terceiros ocorre mais na região Leste com 20,9% e quando realizado para a própria família se destaca a região Sul com 67,4%.

Tabela 130: Situações irregulares de trabalho por região classificadas segundo critérios do PETI

Região	Trabalho realizado nas ruas		Trabalho em atividades ilícitas		Trabalho informal ou eventual		Trabalho penoso, perigoso e insalubre		Trabalho infantil doméstico para terceiros		Trabalho infantil doméstico na própria casa		Situações de trabalho irregular*
Centro	8	17,4%	3	6,5%	9	19,6%	9	19,6%	6	13,0%	23	50,0%	46
Oeste	14	19,4%	13	18,1%	15	20,8%	9	12,5%	5	6,9%	31	43,1%	72
Sul	8	18,6%	3	7,0%	4	9,3%	7	16,3%	3	7,0%	29	67,4%	43
Rural	9	13,0%	7	10,1%	21	30,4%	10	14,5%	9	13,0%	29	42,0%	69
Norte	24	18,8%	6	4,7%	20	15,6%	21	16,4%	17	13,3%	74	57,8%	128
Leste	4	6,0%	4	6,0%	22	32,8%	13	19,4%	14	20,9%	27	40,3%	67
Total	67	15,8%	36	8,5%	91	21,4%	69	16,2%	54	12,7%	213	50,1%	425

*Uma criança ou adolescente pode se encaixar em mais de um tipo de trabalho.

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração desta pesquisa social no município de Congonhas, de forma científica e cartográfica, permitiu uma ressignificação no âmbito dos direitos da criança e do adolescente para a gestão municipal e para os colaboradores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, uma vez que, identificou com precisão os territórios com maior incidência de situações de trabalho infantil.

É certo que os direitos fundamentais previstos pela Constituição Federal e reforçados pelo ECA, possuem caráter de universalidade, indivisibilidade, interdependência e complementariedade (Mendes, 2008). Por isso, a estruturação do questionário das pesquisas de percepção, e a estratificação da amostra por região territorial tiveram por objetivo investigar a fundo o tema do trabalho infantil no Município, priorizando a participação de crianças e adolescentes para – não só investigar as situações e números de trabalho infantil – mas para ouvi-los, para que a partir de seus interesses, dificuldades e necessidades participem de forma ativa e consultivamente nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação de políticas públicas a eles direcionadas, em consonância com a Resolução 191/2017 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

A entrevista individual com os representantes do SGDCA também enriqueceu este trabalho e possibilitou atingir o cerne e a profundidade que alguns temas exigem e que não são retratados em números. Em seu decorrer ficou evidente a importância da participação em conjunto dos atores que estão diretamente envolvidos com a política de atendimento do SGDCA, dos agentes públicos que atuam na ponta dos serviços, e da sociedade por meio do apoio de instituições não governamentais ativistas e da própria família.

Extraí-se da análise de toda a pesquisa, que cerca de 39,3% dos entrevistados estão em situação irregular de trabalho – o que representa em números populacionais um número médio de 2.678 crianças e adolescentes – cuja maior parte é da faixa etária de 10 a 13 anos (45,4%), já que o trabalho nesta faixa etária é tido como irregular pela legislação vigente. Aprofundando a análise, em 8,9% poderá haver a regularização, e em 91,1% das situações mapeadas existe indícios¹⁰ de serem caracterizados como trabalho infantil, já que são realizados em circunstâncias proibidas pelas normas e legislação vigente.

Quando desdobradas tais situações por tipo de atividade contata-se que a maior incidência de irregularidade foi identificada em atividades de cunho doméstico¹¹, como cuidar de crianças e/ou irmãos menores (20,7%) e atividade doméstica de casa (6,1%) – seguida da coleta de materiais reciclados (7,1%) e da venda ou atendimento em lojas, na rua ou em praças (7,0%). Destaca-se ainda que as formas ilícitas de trabalho infantil representam 3,7%, dos quais 2,6% são de prostituição infantil e 1,1% de tráfico de

¹⁰ Ressalta-se que a análise foi realizada de acordo com as respostas e declarações das crianças e adolescentes entrevistados.

¹¹ Não necessariamente familiar, já que tais atividades podem ser realizadas para terceiros, o que é expressamente proibido para menores de 18 anos, nos termos da Lei nº 150/2015, ou em ambiente familiar quando ultrapassados critérios de frequência e de responsabilização que não condizem com a idade e desenvolvimento da criança ou adolescente (conforme critérios definidos e apresentados no apêndice 01).

drogas. Importante ressaltar que um adolescente pode vir a realizar mais de uma atividade, já que foram abordados individualmente 10 diferentes tipos no questionário, e que, uma por uma, foi questionado ao entrevistado se ele a realizava ou não.

Nos números por região territorial, constata-se que a região com maior incidência de situações irregulares é a Leste, com 47, 9% de penetração amostral. Em seguida, também são apresentadas a disposição de tais situações por região e por tipo de atividade, de modo a mapear as áreas que apresentam números e indicadores sociais mais críticos por atividade, propiciando a identificação das localidades com crianças e adolescentes expostos às situações de fragilidades, riscos e de trabalho infantil e traçando seu perfil, para que o poder público possa direcionar, de forma assertiva, ações pontuais para combatê-las.

Sobre as situações regulares, destaca-se que 96% tratam-se de atividade socializadoras – com cunho educativo de socialização e responsabilização da criança e do adolescente, das quais a principal é a atividade doméstica (6,7%) – e que apenas 4% possui algum tipo de vínculo empregatício formalizado, sendo que destes 1,3%, além da atividade formal, realiza outros tipos, o que pode vir a denotar uma sobrecarga de responsabilidades, e que portanto, merece ser investigado como ponto de atenção.

Assim, este Diagnóstico cumpriu com seu propósito, o de expor um retrato situacional do Município por território, para que sejam direcionadas assertivamente ações e políticas públicas capazes de promover a transformação social necessária para que a tão sonhada doutrina da proteção integral – que norteia os escritos normativos e legislativos – possa ser efetivamente incorporada à realidade social das crianças e adolescentes.

De imediato, percebeu-se a importância em não só aproximar o poder público, os Conselhos de Direito e a Sociedade Civil a conhecer a realidade das crianças e adolescentes do Município, mas de mobilizar todos os envolvidos a unir forças e trabalhar em conjunto – no discutir, pensar e formular estratégias, ações e políticas públicas de modo mais embasado e focado nas reais necessidades das famílias de Congonhas e do fortalecimento da Comissão de Acompanhamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – pois a concretização da transformação social torna-se possível através da articulação e da prática de meios e ações resultantes do pensar coletivo, sem prejuízo da responsabilidade constitucional que foi dirigida a todos – família, sociedade e Estado.

Para os municípios que apresentam alta concentração de trabalho infantil é previsto cofinanciamento por parte do governo federal, repassado mensalmente aos municípios para o PETI. O recurso deve ser utilizado para as atividades previstas nos eixos que compõem as Ações Estratégicas, respeitando o tamanho e porte do município. As normativas do PETI apontam que as ações devem ser realizadas com a participação de todos os setores de políticas, sempre que houver identificação de trabalho infantil.

Desse modo, os projetos e programas já em andamento, executados pela rede socioassistencial, e ofertados pelos entes públicos e organizações da sociedade civil nas áreas da cultura, esporte, assistência social, educação, saúde e profissionalização, são estratégicos para a proteção social de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Outra fonte de recurso possível é aquela captada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), por meio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim como do Conselho Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal da Assistência Social.

Semelhante a uma orquestra que precisa ser regida para estar melodicamente afinada e harmônica, percebe-se que o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente de Congonhas está em processo de apuração, não somente para manter um serviço em consonância com as demandas, mas para que toda a estrutura da rede de atendimento atue efetivamente no reconhecimento de suas potencialidades e no seu fortalecimento, e sobretudo nas fragilidades e necessidades das famílias residentes no Município.

Assim, a finalização deste Projeto com a entrega do volume único que compreendem o Diagnóstico do Trabalho Infantil de Congonhas marca o início de uma nova etapa de trabalho, pois espera-se que a partir dele sejam desdobradas ações, pesquisas e estudos de modo a aprofundar o conteúdo que a realidade contextualizada nestes cadernos exige e requer do Sistema de Garantia de Direito, do poder público e da sociedade civil.

17. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acessado em: 15 de agosto de 2018.

Brasil. **Portaria MDSA nº 318, de 12 de dezembro de 2016.** Estabelece normas gerais para o funcionamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/24655254/do1-2016-12-14-portaria-n-318-de-12-de-dezembro-de-2016-24655232.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. CNJ Serviço: O que faz um conselho tutelar? Brasília: 2016. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83767-cnj-servico-o-que-faz-um-conselho-tutelar>. Acessado em: 30 de julho de 2018.

DANTAS, Danilo Sérgio Moreira. **A nova lei nacional de adoção e as novas diretrizes para a adoção no Brasil, à convivência familiar e garantia dos adotandos.** Disponível em C:\DocumentsandSettings\AdministradorMeusDocumentos0.mht. Acesso em 01 de novembro 2010.

DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 4. ed. rev. atual. ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

_____.Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acessado em: 13 de agosto de 2018.

IFDM: **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal** é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (org.). Família Brasileira: a base de tudo. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 51.

_____.Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm. Acessado em: 13 de julho de 2018.

_____.Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8625.htm. Acessado em 07 de agosto de 2018.

LOBO, Paulo Luiz Netto. A repersonalização das relações de família. Abril de 2004.

LÔBO, Paulo. **Famílias.** São Paulo: Saraiva, 2008.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (org.) Curso de direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos. 6. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

MC/SNAS – Ministério das Cidades e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Fluxo para Identificação do Trabalho Infantil (texto para consulta pública).** Brasília, 2018. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/consulta_publica/Fluxo%20para%20Identifica%C3%A7%C3%A3o%20de%20Trabalho%20Infantil%20para%20Consulta%20P%C3%BAblica.pdf

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Caderno de Orientações Técnicas para o aperfeiçoamento da gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI**. Brasília, 2018.

MDS/CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social e CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social. **RESOLUÇÃO Nº 08, DE 18 DE ABRIL DE 2013**. Dispõe sobre as ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e o critério de elegibilidade do cofinanciamento federal para os exercícios de 2013/2014 destinado a Estados, Municípios e Distrito Federal com maior incidência de trabalho infantil e, dá outras providências. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2013/resolucoes-cnas-2013/> >. Acesso em 07 de agosto de 2019.

MDS/SNAS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional da Assistência Social, Departamento de Proteção Social Especial. **Orientação sobre a utilização dos recursos do cofinanciamento das ações estratégicas do PETI pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS**. Brasília, 2015. Disponível em: < http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2015/10/Orienta%C3%A7%C3%B5es_recursos_AEPETI1.pdf >. Acesso em 09 de setembro de 2019.

MENDES, Gilmar Ferreira. COELHO, Inocêncio Mártires. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 3 ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

18. APÊNDICE 01

Critérios por atividade para caracterização de situação irregular

ATIVIDADE DOMÉSTICA		
Faixa Etária	Critério 1: Realiza para terceiro	Critério 2: Realizada para a família
10 a 13 anos	Sim	Mais de 2 dias na semana, por mais de 2 h/dia
14 a 15 anos	Sim	Mais de 2 dias na semana, por mais de 5 h/dia
16 a 17 anos	Sim	Mais de 2 dias na semana, por mais de 5 h/dia

CUIDA DE CRIANÇAS OU IRMÃOS MENORES			
Faixa Etária	Critério 1: Idade	Critério 2: Realiza para terceiros	Critério 2: Realizada para a família
10 a 13 anos	Sim	Não se aplica	Não se aplica
14 a 15 anos	Não se aplica	Sim	Mais de 3 dias na semana, por mais de 2 h/dia
16 a 17 anos	Não se aplica	Sim	Mais de 2 dias na semana, por mais de 4 h/dia

VENDA OU ATENDIMENTO				
Faixa Etária	Critério 1: Idade	Critério 2: Local (Rua)	Critério 3: Vínculo empregatício (sem) e realizada para terceiros	Critério 4: Vínculo empregatício (sem) e realizada para a família/conta própria
10 a 13 anos	Sim	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
14 a 15 anos	Não se aplica	Sim	Sim	Observar critérios de dias/horas da atividade doméstica (passível de regularização)
16 a 17 anos	Não se aplica	Sim	Sim	

ATIVIDADE ADMINISTRATIVA			
Faixa Etária	Critério 1: Idade	Critério 2: Vínculo empregatício (sem) e realizada para terceiros	Critério 3: Vínculo empregatício (sem) e realizada para a família
10 a 13 anos	Sim	Não se aplica	Não se aplica
14 a 15 anos	Não se aplica	Sim	Observar critérios de dias/horas da atividade doméstica (passível de regularização)
16 a 17 anos	Não se aplica	Sim	

TRABALHOS MANUAIS				
Faixa Etária	Critério 1: Idade	Critério 2: Local (Rua)	Critério 3: Vínculo empregatício (sem) e realizada para terceiros	Critério 4: Vínculo empregatício (sem) e realizada para a família/conta própria
10 a 13 anos	Sim	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
14 a 15 anos	Não se aplica	Sim	Sim	Observar critérios de dias/horas da atividade doméstica (passível de regularização)
16 a 17 anos	Não se aplica	Sim	Sim	

LAVAÇÃO OU OFICINA DE AUTOMÓVEIS				
Faixa Etária	Critério 1: Idade	Critério 2: Local (Rua)	Critério 3: Vínculo empregatício (sem) e realizada para terceiros	Critério 4: Vínculo empregatício (sem) e realizada para a família / conta própria
10 a 13 anos	Sim	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
14 a 15 anos	Não se aplica	Sim	Sim	Observar critérios de dias/horas da atividade doméstica (passível de regularização)
16 a 17 anos	Não se aplica	Sim	Sim	

COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS				
Faixa Etária	Critério 1: Idade	Critério 2: Local (Rua)	Critério 3: Vínculo empregatício (sem) e realizada para terceiros	Critério 4: Vínculo empregatício (sem) e realizada para a família / conta própria
10 a 13 anos	Sim	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
14 a 15 anos	Não se aplica	Sim	Sim	Observar critérios de dias/horas da atividade doméstica (passível de regularização)
16 a 17 anos	Não se aplica	Sim	Sim	

TRABALHO RURAL				
Faixa Etária	Critério 1: Idade	Critério 2: Local (Rua)	Critério 3: Vínculo empregatício (sem) e realizada para terceiros	Critério 4: Vínculo empregatício (sem) e realizada para a família / conta própria
10 a 13 anos	Sim	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
14 a 15 anos	Não se aplica	Sim	Sim	Observar critérios de dias/horas da atividade doméstica (passível de regularização)
16 a 17 anos	Não se aplica	Sim	Sim	

TRÁFICO DE DROGAS	
Faixa Etária	Critério 1: Realiza ou já realizou
10 a 13 anos	Sim
14 a 15 anos	Sim
16 a 17 anos	Sim

PROSTITUIÇÃO INFANTIL	
Faixa Etária	Critério 1: Realiza ou já realizou
10 a 13 anos	Sim
14 a 15 anos	Sim
16 a 17 anos	Sim

19. APÊNDICE 02

PESQUISA QUANTITATIVA – 2019		
Atenção! Preencher este questionário somente se tiver 10 anos a 17 anos. A Paine! Pesquisas e Consultoria está realizando uma pesquisa com o objetivo de conhecer o perfil dos adolescentes de Congonhas/MG e gostaria de saber um pouco mais de você! Fique à vontade para responder pois ninguém saberá o que você falou, o sigilo é a ética do nosso trabalho – O que pedimos é a sua sinceridade nas respostas.		
1. PERFIL DO ENTREVISTADO – CONGONHAS/MG		
1.1 Município de Residência: (1) Congonhas (2) Ribeirão das Neves (3) Outro. Agradecer e finalizar questionário		
1.2 Endereço:		1.2.1 Bairro de residência:
1.3 Estado de Nascimento (RU): (1) Acre (2) Alagoas (3) Amapá (4) Amazonas (5) Bahia (6) Ceará (7) Distrito Federal (8) Espírito Santo (9) Goiás (10) Maranhão (11) Mato Grosso (12) Mato Grosso do Sul (13) Minas Gerais (14) Pará (15) Paraíba (16) Paraná (17) Pernambuco (18) Piauí (19) Rio de Janeiro (20) Rio Grande do Norte (21) Rio Grande do Sul (22) Rondônia (23) Roraima (24) Santa Catarina (25) São Paulo (26) Sergipe (27) Tocantins		1.4 País de nascimento (RU): (1) Brasil (2) Outro. Qual? _____
1.5 Sexo (RU): (1) Masculino (2) Feminino	1.6 Qual a sua idade em anos completos (RU)? (1) 10 anos (2) 11 anos (3) 12 anos (4) 13 anos (5) 14 anos (6) 15 anos (7) 16 anos (8) 17 anos	1.7 Você se declara com qual cor? (RU): (1) Branco (2) Negro (3) Pardo/mulato (4) Amarelo/oriental (5) Indígena
1.8 Religião, Qual? (RU) (1) Católica (2) Evangélica (3) Testemunha de Jeová (4) Espírita (5) Ateu (6) Nenhuma (7) Outra, qual? _____		1.9 Você participa de algum grupo social? (RM) (1) Não participa (2) Religioso (3) Político (4) Musical (5) Esportivo (6) Cultural (7) Outro. Qual? _____
1.10 Você conhece seus direitos e deveres de acordo com o ECA (Estatuto da Criança e Adolescente)? (RU) (1) SIM (2) NÃO <i>(Se SIM, pula para a pergunta 2.1)</i>		
1.11 Se não, por quê? (RU) (1) Nunca vi um ECA (2) Uma vez vi um ECA, mas não li (3) Li uma vez, mas esqueci		

2. AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO

2.1 Você estuda? (RU)

- (1) Sim, na rede pública (2) Sim, na rede particular (3) Não estudo

2.1.1 Qual o período que você estuda? (RU):

- (1) Matutino (À manhã) (2) Vespertino (À tarde) (3) Noturno (À noite) (4) Integral

2.2 Qual a sua Escolaridade? (RU)

- (1) Não sei ler nem escrever
(2) Alfabetizado (*sabe ler e escrever pelo menos um bilhete*)
(3) Ensino Fundamental I Incompleto (*1º ao 5º ano*)
(4) Ensino Fundamental I Completo (*1º ao 5º ano*)
(5) Ensino Fund. II Incompleto (*6º ao 9º ano*)
(6) Ensino Fund. II Completo (*6º ao 9º ano*)
(7) Ensino Médio Incompleto
(8) Ensino Médio Completo
(9) Ensino Médio Técnico
(10) Ensino Superior Incompleto

2.3 Quando você não está na escola, onde você costuma ficar com maior frequência, ou se você não estuda, onde fica com maior frequência? (RU)

- (1) Rua (2) Praça (3) Quadra (4) Em casa (5) Casa de parentes
(6) Casa de amigos (7) Entidades (8) CRAS (9) No trabalho
(10) Outro. Onde? _____

2.4 O que você faz neste local (Responder no máximo 2 opções)? (RU)

- (1) Atividades esportivas (2) Atividades culturais (3) Assistindo TV
(4) Na internet ou no celular (5) Estudando (6) Trabalhando (7) Fazendo curso
(8) Conversando com os amigos (9) Atividades domésticas (10) Não faço nada
(11) Outro. Qual _____

2.5 Quando você não está na escola, com quem você fica com maior frequência, ou se você não estuda, com quem você fica com maior frequência? (RU)? (Se na pergunta 2.3, preencher do item 1 ao 6, responder à pergunta 2.5)

- (1) Sozinho (2) Pai/Mãe (3) Irmão(a) (4) Avó/Avô (5) Babá (6) Vizinhos/conhecidos
(7) Amigos (8) Outro. Quem?

3. BLOCO ATIVIDADES ESPORTIVAS

3.1 Você participa/realiza alguma oficina/escolinha de atividade esportiva? (RU)

- (1) Sim (2) Não participa (**pular 3.1.3**)

3.1.1 Se respondeu SIM, qual(is) das opções: (RM)

- (1) Futebol (*campo, salão ou rua*) (2) Vôlei (3) Natação (4) Bicicleta (5) Skate (6) Dança
(7) Atletismo (9) Tênis de mesa (10) Musculação (11) Basquete (13) Lutas (*Judô, boxe, karatê, capoeira, taekwondo*) (14) Outro. Qual? _____

3.1.2 Gostaria de fazer outra atividade esportiva? (RU):

(1) Não (**Pular bloco 4**)

(2) Sim, qual? (RM) (pular 3.1.5)

(1) Futebol (*campo, salão ou rua*) (2) Vôlei (3) Natação (4) Bicicleta (5) Skate (6) Dança (7) Atletismo (9) Tênis de mesa (10) Musculação (11) Basquete (13) Lutas (*Judô, boxe, karatê, capoeira, taekwondo*)

3.1.3 Se respondeu NÃO, por quê? (RU)

(1) Não gosto (2) Meus pais não deixam (3) Não tenho condições financeiras

(4) Não tem na escola (5) Não tem perto da minha casa (6) Porque preciso trabalhar

(6) Outro. Qual? _____

3.1.4 Você gostaria de fazer uma atividade esportiva? (RU)

(1) Não (**Pular bloco 4**)

(2) Sim, qual?

(1) Futebol (*campo, salão ou rua*) (2) Vôlei

(3) Natação (4) Bicicleta (5) Skate (6) Dança (7) Atletismo (9) Tênis de mesa (10) Musculação (11) Basquete (13) Lutas (*Judô, boxe, karatê, capoeira, taekwondo*)

3.1.5 Se sim, qual período você preferiria?

(1) Matutino (De manhã) (2) Vespertino (À tarde) (3) Noturno (À noite)

4. BLOCO ATIVIDADES CULTURAIS

4.1 Você participa/realiza alguma oficina/escolinha de atividade cultural? (RU)

(1) Sim (2) Não participa (**pular 4.1.3**)

4.1.1 Se respondeu SIM, qual(is) das opções: (RM)

() Aulas de música/canto () Aulas de instrumentos musicais (violão, piano, violino, etc.)

() Teatro () Cinema () Leitura () Museu () Coral () Artes/pintura e desenho

() Circo () Línguas estrangeiras () Outro. Qual? _____

4.1.2 Gostaria de fazer outra atividade cultural?

(1) Não (**Pular bloco 5**)

(2) Sim, qual? (RM) (pular 4.1.5)

() Aulas de música/canto () Aulas de instrumentos musicais (violão, piano, violino, etc.)

() Teatro () Cinema () Leitura () Museu () Coral () Artes/pintura e desenho

() Circo () Línguas estrangeiras () Outro. Qual? _____

4.1.3 Se respondeu NÃO, por quê? (RU)

(1) Não gosto (2) Meus pais não deixam (3) Não tenho condições financeiras

(4) Não tem na escola (5) Não tem perto da minha casa (6) Porque preciso trabalhar

(6) Outro. Qual? _____

4.1.4 Você gostaria de fazer uma atividade cultural? (RU)

(1) Não (**Pular bloco 5**)

(2) Sim, qual?(RM)

() Aulas de música/canto () Aulas de instrumentos musicais (violão, piano, violino, etc.)

() Teatro () Cinema () Leitura () Museu () Coral () Artes/pintura e desenho

() Circo () Línguas estrangeiras () Outro. Qual? _____

4.1.5 Se sim, qual período você preferiria?

(1) Matutino (De manhã) (2) Vespertino (À tarde) (3) Noturno (À noite)

5. BLOCO LAZER**5.1 Que atividades você realiza para o seu lazer? (RM)**(1) Vou a parques e praças (2) Shopping (3) Assistio TV (4) Jogos na internet/vídeogame
(5) Visito familiares (6) Vou a bares (7) lanchonetes (8) Balada (9) Encontro com
amigos (10) Jogos esportivos (11) Cinema (12) Teatro (13) Biblioteca (14) Igreja
(15) Parque da cachoeira (16) Outro, qual? _____ (17) Não realizo (responde 5.1.1)**5.1.1 Se NÃO realiza, por quê? (RU)**(1) Não gosto (2) Meus pais não deixam (3) Não tenho condições financeiras
(4) Não tem na escola (5) Não tem perto da minha casa (6) Porque preciso trabalhar
(7) Outro. Qual? _____**6. BLOCO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – TODOS RESPONDEM DE 10 A 17 ANOS****6.1 Neste momento vamos conversar sobre atividades ou trabalhos que você realiza, seja elas em casa ou em algum outro lugar. Vou listar algumas atividades e gostaria de saber se você as realiza:**

N	Atividade	Resposta	Perguntas sobre a atividade
1	Faço atividades domésticas (lavo, cozinho, arrumo a casa, etc.) (RU)	(1) Sim (2) Não	a) Que DIAS DA SEMANA você realiza esta atividade? (RM) (1) Seg (2) Ter (3) Quar (4) Quin (5) Sex (6) Sáb (7) Dom b) Em que período você realiza essa atividade? (RM) (1) manhã (2) tarde (3) noite c) Quantas horas POR DIA você faz esta atividade? (RU) (1) Pelo menos uma hora por dia (2) de 2 a 4 por dia (3) 5 horas ou mais por dia d) Você RECEBE DINHEIRO por esta atividade? (RU) (1) NÃO (Pular para “e”) (2) SIM, qual o valor? R\$ _____ e) Você recebe este valor: (1) Mensal (2) Semanal (3) Diário f) Você tem ALGUM VÍNCULO EMPREGATÍCIO nessa atividade que você desenvolve? (RU) (1) Não, é uma atividade que faço para a minha família (2) Não, é uma atividade que faço para meus parentes (tio, tia, avó, avô ou primos) (3) Não, é uma atividade que faço para amigos (4) Não, é uma atividade que faço por conta própria (bicos) (5) Sim, tenho um contrato de prestação de serviço no local que trabalho; (6) Sim, mas não tenho nem carteira assinada e nem contrato de trabalho, é um acordo de trabalho informal

			g) Em que LOCAL COM MAIS FREQUÊNCIA você realiza as atividades? (RU) (1) Onde moro (em casa, no sítio, na fazenda ou na chácara) (2) Em outra residência (casa, sítio, fazenda ou na chácara) h) Qual o motivo que você faz essa atividade? (RM) (1) Ajudar a família (2) Ter meu dinheiro (3) Ter uma ocupação (4) Não ficar sozinho em casa (5) Outro, qual? _____ i) Você considera esta atividade um trabalho? (RU) (1) Sim (2) Não (3) Não sabe responder j) Essa atividade atrapalha seus estudos? (RU) (1) Sim (2) Não (3) às vezes
2	Faço trabalhos manuais ou artesanato que não seja do projeto ou na escola? (bordados, costuras, bijuterias, etc.) (RU)	(1) Sim (2) Não	a) Que DIAS DA SEMANA você realiza esta atividade? (RM) (1) Seg (2) Ter (3) Quar (4) Quin (5) Sex (7) Sáb (8) Dom b) Em que período você realiza essa atividade? (RM) (1) manhã (2) tarde (3) noite c) Quantas horas POR DIA você faz esta atividade? (RU) (1) Pelo menos uma hora por dia (2) de 2 a 4 por dia (2) (3) 5 horas ou mais por dia d) Você RECEBE DINHEIRO por esta atividade? (RU) (2) NÃO (Pular para “e”) (2) SIM, qual o valor? R\$ _____ e) Você recebe este valor: (1) Mensal (2) Semanal (3) Diário f) Você tem ALGUM VÍNCULO EMPREGATÍCIO nessa atividade que você desenvolve? (RU) (1) Não, é uma atividade que faço para a minha família (2) Não, é uma atividade que faço para meus parentes (tio, tia, avó, avô ou primos) (3) Não, é uma atividade que faço para amigos (4) Não, é uma atividade que faço por conta própria (bicos) (5) Sim, tenho um contrato de Jovem Aprendiz na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho (6) Sim, tenho um contrato de estágio na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho (7) Sim, tenho carteira assinada na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho (8) Sim, tenho um contrato de prestação de serviço na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho (9) Sim, mas não tenho nem carteira assinada e nem contrato de trabalho, é um acordo de trabalho informal na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho

			g) Em que LOCAL COM MAIS FREQUÊNCIA você realiza as atividades? (RU) (1) Onde moro (em casa, no sítio, na fazenda ou na chácara) (2) Em outra residência (casa, sítio, fazenda ou na chácara) (3) Em uma loja, em uma barraca na feira, restaurante, lanchonete ou outro comércio (4) Em um galpão, em uma fábrica ou indústria (5) Em um escritório, consultório, hotel ou em outro local que presta serviços (6) Na rua, em via pública, no semáforo ou em praças (7) Outra qual? _____ h) Qual o motivo que você faz essa atividade? (RM) (1) Ajudar a família (2) Ter meu dinheiro (3) Ter uma ocupação (4) Não ficar sozinho em casa (5) Outro, qual? _____ i) Você considera esta atividade um trabalho? (RU) (1) Sim (2) Não (3) Não sabe responder j) Essa atividade atrapalha seus estudos? (RU) (1) Sim (2) Não (3) às vezes
3	Cuida de outras crianças e irmãos menores (RU)	(1) Sim (2) Não a) Que DIAS DA SEMANA você realiza esta atividade? (RM) (1) Seg (2) Ter (3) Quar (4) Quin (5) Sex (7) Sáb (8) Dom (6) Só nos períodos festivos (Jubileu, carnaval, festival da quitanda, de inverno, etc.) b) Em que período você realiza essa atividade? (RM) (1) manhã (2) tarde (3) noite c) Quantas horas POR DIA você faz esta atividade? (RU) (1) Pelo menos uma hora por dia (2) de 2 a 4 por dia (3) 5 horas ou mais por dia d) Você RECEBE DINHEIRO por esta atividade? (RU) (1) NÃO (Pular para "e") (2) SIM, qual o valor? R\$ _____ e) Você recebe este valor: (1) Mensal (2) Semanal (3) Diário f) Você tem ALGUM VÍNCULO EMPREGATÍCIO nessa atividade que você desenvolve? (RU) (1) Não, é uma atividade que faço para a minha família (2) Não, é uma atividade que faço para meus parentes (tio, tia, avó, avô ou primos) (3) Não, é uma atividade que faço para amigos (6) Não, é uma atividade que faço por conta própria (bicos) (7) Sim, mas não tenho nem carteira assinada e nem contrato de trabalho, é um acordo de trabalho informal na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho	

			g) Em que LOCAL COM MAIS FREQUÊNCIA você realiza as atividades? (RU) (1) Onde moro (em casa, no sítio, na fazenda ou na chácara) (2) Em outra residência (casa, sítio, fazenda ou na chácara) (3) Outra qual? _____ h) Qual o motivo que você faz essa atividade? (RM) (1) Ajudar a família (2) Ter meu dinheiro (3) Ter uma ocupação (4) Não ficar sozinho em casa (5) Outro, qual? _____ i) Você considera esta atividade um trabalho? (RU) (1) Sim (2) Não (3) Não sabe responder j) Essa atividade atrapalha seus estudos? (RU) (1) Sim (2) Não (3) às vezes
4	Trabalho com lavação de carros ou ajudo em oficina de carros, caminhões ou máquinas agrícolas (RU)	(1) Sim (2) Não	a) Que DIAS DA SEMANA você realiza esta atividade? (RM) (1) Seg (2) Ter (3) Quar (4) Quin (5) Sex (7) Sáb (8) Dom b) Em que período você realiza essa atividade? (RM) (1) manhã (2) tarde (3) noite c) Quantas horas POR DIA você realiza esta atividade? (RU) (1) Pelo menos uma hora por dia (2) de 2 a 4 por dia (3) 5 horas ou mais por dia d) Você RECEBE DINHEIRO por esta atividade? (RU) (1) NÃO (Pular para “e”) (2) SIM, qual o valor? R\$ _____ e) Você recebe este valor: (1) Mensal (2) Semanal (3) Diário f) Você tem ALGUM VÍNCULO EMPREGATÍCIO nessa atividade que você desenvolve? (RU) (1) Não, é uma atividade que faço para a minha família (2) Não, é uma atividade que faço para meus parentes (tio, tia, avó, avô ou primos) (3) Não, é uma atividade que faço para amigos (4) Não, é uma atividade que faço por conta própria (bicos) (5) Sim, tenho um contrato de Jovem Aprendiz na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho (6) Sim, tenho um contrato de estágio na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho (7) Sim, tenho carteira assinada na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho (8) Sim, tenho um contrato de prestação de serviço na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho (9) Sim, mas não tenho nem carteira assinada e nem contrato de trabalho, é um acordo de trabalho informal na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho

			g) Em que LOCAL COM MAIS FREQUÊNCIA você realiza as atividades? (RU) (1) Onde moro (em casa, no sítio, na fazenda ou na chácara) (2) Em outra residência (casa, sítio, fazenda ou na chácara) (3) Em uma loja, em uma barraca na feira, restaurante, lanchonete ou outro comércio (4) Em um galpão, em uma fábrica ou indústria (5) Em um escritório, consultório, hotel ou em outro local que presta serviços (6) Na rua, em via pública, no semáforo ou em praças (7) Outra qual? _____ h) Qual o motivo que você faz essa atividade? (RM) (1) Ajudar a família (2) Ter meu dinheiro (3) Ter uma ocupação (4) Não ficar sozinho em casa (5) Outro. Qual? _____ i) Você considera esta atividade um trabalho? (RU) (1) Sim (2) Não (3) Não sabe responder j) Essa atividade atrapalha seus estudos? (RU) (1) Sim (2) Não (3) às vezes
5	Faço vendas ou atendimento em lojas, ruas pracinha, (como venda de picolés, doces, etc.) (RU)	(1) Sim (2) Não	a) Que DIAS DA SEMANA você realiza esta atividade? (RM) (1) Seg (2) Ter (3) Quar (4) Quin (5) Sex (7) Sáb (8) Dom (7) Só nos períodos festivos (Jubileu, carnaval, festival da quitanda, de inverno, etc.) b) Em que período você realiza essa atividade? (RM) (1) manhã (2) tarde (3) noite c) Quantas horas POR DIA você faz esta atividade? (RU) (1) Pelo menos uma hora por dia (2) de 2 a 4 por dia (3) 5 horas ou mais por dia d) Você RECEBE DINHEIRO por esta atividade? (RU) (1) NÃO (Pular para "e") (2) SIM, qual o valor? R\$ _____ e) Você recebe este valor: (1) Mensal (2) Semanal (3) Diário

			f) Você tem ALGUM VÍNCULO EMPREGATÍCIO nessa atividade que você desenvolve? (RU) (1) Não, é uma atividade que faço para a minha família (2) Não, é uma atividade que faço para meus parentes (tio, tia, avó, avô ou primos) (3) Não, é uma atividade que faço para amigos (4) Não, é uma atividade que faço por conta própria (bicos) (5) Sim, tenho um contrato de Jovem Aprendiz na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho (6) Sim, tenho um contrato de estágio na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho (7) Sim, tenho carteira assinada na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho (8) Sim, tenho um contrato de prestação de serviço na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho (9) Sim, mas não tenho nem carteira assinada e nem contrato de trabalho, é um acordo de trabalho informal na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho g) Em que LOCAL COM MAIS FREQUÊNCIA você realiza as atividades? (RU) (1) Onde moro (em casa, no sítio, na fazenda ou na chácara) (2) Em outra residência (casa, sítio, fazenda ou na chácara) (3) Em uma loja, em uma barraca na feira, restaurante, lanchonete ou outro comércio (4) Em um galpão, em uma fábrica ou indústria (5) Em um escritório, consultório, hotel ou em outro local que presta serviços (6) Na rua, em via pública, no semáforo ou em praças Outra. Qual? _____ h) Qual o motivo que você faz essa atividade? (RM) (1) Ajudar a família (2) Ter meu dinheiro (3) Ter uma ocupação (4) Não ficar sozinho em casa (5) Outro. Qual? _____ i) Essa atividade atrapalha seus estudos? (RU) (1) Sim (2) Não (3) às vezes
6	Faço atividades dentro de um escritório (xerox, digitação, office boy, outros) (RU)	(1) Sim (2) Não	a) Que DIAS DA SEMANA você realiza esta atividade? (RM) (1) Seg (2) Ter (3) Quar (4) Quin (5) Sex (6) Sáb (7) Dom b) Quantas horas POR DIA você faz esta atividade? (RU) (1) Pelo menos uma hora por dia (2) de 2 a 4 por dia (3) 5 horas ou mais por dia c) Você RECEBE DINHEIRO por esta atividade? (RU) (1) NÃO (Pular para "e") (2) SIM, qual o valor? R\$ _____ d) Você recebe este valor: (1) Mensal (2) Semanal (3) Diário

			e) Você tem ALGUM VÍNCULO EMPREGATÍCIO nessa atividade que você desenvolve? (RU) (1) Não, é uma atividade que faço para a minha família (2) Não, é uma atividade que faço para meus parentes (tio, tia, avó, avô ou primos) (3) Não, é uma atividade que faço para amigos (4) Não, é uma atividade que faço por conta própria (bicos) (5) Sim, tenho um contrato de Jovem Aprendiz na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho (6) Sim, tenho um contrato de estágio na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho (7) Sim, tenho carteira assinada na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho (8) Sim, tenho um contrato de prestação de serviço na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho (9) Sim, mas não tenho nem carteira assinada e nem contrato de trabalho, é um acordo de trabalho informal na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho f) Em que LOCAL COM MAIS FREQUÊNCIA você realiza as atividades? (RU) (1) Em uma loja, em uma barraca na feira, restaurante, lanchonete ou outro comércio (2) Em um galpão, em uma fábrica ou indústria (3) Em um escritório, consultório, hotel ou em outro local que presta serviços (4) Na rua, em via pública, no semáforo ou em praças (5) Outra. Qual? _____ g) Qual o motivo que você faz essa atividade? (RM) (1) Ajudar a família (2) Ter meu dinheiro (3) Ter uma ocupação (4) Não ficar sozinho em casa (5) Outro. Qual? _____ h) Essa atividade atrapalha seus estudos? (RU) (1) Sim (2) Não (3) às vezes
7	Ajudo na lavoura (cana, soja, laranja, amendoim ou outros) ou na criação de animais/gado /pesca, etc. (RU)	(1) Sim (2) Não	a) Que DIAS DA SEMANA você realiza esta atividade? (RM) (1) Seg (2) Ter (3) Quar (4) Quin (5) Sex (6) Sáb (7) Dom b) Em que período você realiza essa atividade? (RM) (1) manhã (2) tarde (3) noite c) Quantas horas POR DIA você faz esta atividade? (RU) (1) Pelo menos uma hora por dia (2) de 2 a 4 por dia (3) 5 horas ou mais por dia d) Você RECEBE DINHEIRO por esta atividade? (RU) (1) NÃO (Pular para “e”) (2) SIM, qual o valor? R\$ _____

			e) Você recebe este valor: (1) Mensal (2) Semanal (3) Diário f) Você tem ALGUM VÍNCULO EMPREGATÍCIO nessa atividade que você desenvolve? (RU) (1) Não, é uma atividade que faço para a minha família (2) Não, é uma atividade que faço para meus parentes (tio, tia, avó, avô ou primos) (3) Não, é uma atividade que faço para amigos (4) Não, é uma atividade que faço por conta própria (bicos) (5) Sim, tenho um contrato de Jovem Aprendiz na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho (6) Sim, tenho um contrato de estágio na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho (7) Sim, tenho carteira assinada na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho (8) Sim, tenho um contrato de prestação de serviço na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho (9) Sim, mas não tenho nem carteira assinada e nem contrato de trabalho, é um acordo de trabalho informal na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho g) Em que LOCAL COM MAIS FREQUÊNCIA você realiza as atividades? (RU) (1) Onde moro (em casa, no sítio, na fazenda ou na chácara) (2) Em outra residência (casa, sítio, fazenda ou na chácara) (3) Em uma loja, em uma barraca na feira, restaurante, lanchonete ou outro comércio (4) Em um galpão, em uma fábrica ou indústria (5) Em um escritório, consultório, hotel ou em outro local que presta serviços (6) Na rua, em via pública, no semáforo ou em praças Outra qual? _____ h) Qual o motivo que você faz essa atividade? (RM) (1) Ajudar a família (2) Ter meu dinheiro (3) Ter uma ocupação (4) Não ficar sozinho em casa (5) Outro, qual? _____ i) Você considera esta atividade um trabalho? (RU) (1) Sim (2) Não (3) Não sabe responder j) Essa atividade atrapalha seus estudos? (RU) (1) Sim (2) Não (3) às vezes
--	--	--	---

8	Coleta de materiais recicláveis (latas, papelão, vidros, etc.) (RU)	(1) Sim (2) Não	a) Que DIAS DA SEMANA você realiza esta atividade? (RM) (1) Seg (2) Ter (3) Quar (4) Quin (5) Sex (6) Sáb (7) Dom (8) Só nos períodos festivos (Jubileu, carnaval, festival da quitanda, de inverno, etc.) b) Em que período você realiza essa atividade? (RM) (1) manhã (2) tarde (3) noite c) Quantas horas POR DIA você faz esta atividade? (RU) (1) Pelo menos uma hora por dia (2) de 2 a 4 por dia (3) 5 horas ou mais por dia d) Você RECEBE DINHEIRO por esta atividade? (RU) (1) NÃO (Pular para "e") (2) SIM, qual o valor? R\$ _____ e) Você recebe este valor: (1) Mensal (2) Semanal (3) Diário f) Você tem ALGUM VÍNCULO EMPREGATÍCIO nessa atividade que você desenvolve? (RU) (1) Não, é uma atividade que faço para a minha família (2) Não, é uma atividade que faço para meus parentes (tio, tia, avó, avô ou primos) (3) Não, é uma atividade que faço para amigos (4) Não, é uma atividade que faço por conta própria (bicos) (5) Sim, tenho um contrato de Jovem Aprendiz na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho (6) Sim, tenho um contrato de estágio na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho (7) Sim, tenho carteira assinada na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho (8) Sim, tenho um contrato de prestação de serviço na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho (9) Sim, mas não tenho nem carteira assinada e nem contrato de trabalho, é um acordo de trabalho informal na empresa/loja/comércio/serviço em que trabalho g) Em que LOCAL COM MAIS FREQUÊNCIA você realiza as atividades? (RU) (1) Onde moro (em casa, no sítio, na fazenda ou na chácara) (2) Em outra residência (casa, sítio, fazenda ou na chácara) (3) Em uma loja, em uma barraca na feira, restaurante, lanchonete ou outro comércio (4) Em um galpão, em uma fábrica ou indústria (5) Em um escritório, consultório, hotel ou em outro local que presta serviços (6) Na rua, em via pública, no semáforo ou em praças (7) Outra. Qual? _____
---	--	--------------------	---

			h) Qual o motivo que você faz essa atividade? (RM) (1) Ajudar a família (2) Ter meu dinheiro (3) Ter uma ocupação (4) Não ficar sozinho em casa (5) Outro, qual? _____ g) Você considera esta atividade um trabalho? (RU) (1) Sim (2) Não (3) Não sabe responder i) Essa atividade atrapalha seus estudos? (RU) (1) Sim (2) Não (3) às vezes
6.2 Você está procurando outro trabalho? (RU) (1) Sim (2) Não (Pular para o Bloco 8) 6.3 Por que está procurando trabalho? (RM) (1) Ajudar a família (2) Ter meu dinheiro (3) Ter uma ocupação (4) Não ficar sozinho em casa (5) Outro. Qual? _____ 6.3.1 Na sua opinião por qual motivo ainda você não achou trabalho? (RM) (1) As vagas exigem experiência (2) Sou muito novo (3) Faltam vaga (4) Não tenho qualificação profissional (5) Outro. Qual? _____			
7. PARA QUEM NÃO REALIZA NENHUMA ATIVIDADE – TODOS QUE RESPONDERAM NÃO PARA TODO O BLOCO ANTERIOR			
7.1 Por que você não realiza nenhuma atividade de trabalho? (RU) (1) Não tenho idade para realizar nenhuma atividade (2) Estou focado nos estudos (3) Meus pais não deixam (4) Estou procurando, mas não acho nada 7.1.1 Por que está procurando trabalho? (RM) (1) Ajudar a família (2) Ter meu dinheiro (3) Ter uma ocupação (4) Não ficar sozinho em casa (5) Outro. Qual? _____ 7.1.2 Na sua opinião por qual motivo ainda você não achou trabalho? (RM) (1) As vagas exigem experiência (2) Sou muito novo (3) Faltam vaga (4) Não tenho qualificação profissional (5) Outro. Qual? _____			

8. BLOCO PARA ADOLESCENTES DE 14 A 17 ANOS

8.1 Você já participou ou participa de algum programa de “Jovem Aprendiz”? (RU)

- (1) Atualmente sou Jovem Aprendiz *(responder e ir para pergunta 8.4)*
- (2) Já fui Jovem Aprendiz *(responder e ir para a pergunta 8.2)*
- (3) **Não. Por quê?** *(Responder e pular para bloco 9)*
- (1) Nunca ouvi falar do programa jovem aprendiz
- (2) Já tentei, mas não consigo achar vaga
- (3) Conheço o programa, mas nunca procurei / me interessei

8.2 Por quanto tempo esteve no programa “Jovem Aprendiz”? (RU)

- (1) Menos de 1 ano (2) De 1 a 2 anos

8.3 Por que você não está mais no programa? (RU)

- (1) Acabou meu contrato (2) A empresa cancelou o Contrato (2) Não gostei da atividade
- (3) Não frequentei as aulas teórico (4) Outro, qual? _____

8.4 Qual o ramo de atividade que atua ou atuou como “Jovem Aprendiz”? (RU)

- (1) Indústria/Fábrica (2) Comércio (3) Serviços (Restaurantes, banco, escritórios, hospital)
- (4) Setor Público (5) Agricultura/plantações (6) Transporte (7) Hotelaria/turismo
- (8) Construção Civil (9) Artesanato/Costura/bordado (no salão) (10) Mineração
- (11) Outro, qual? _____

8.5 Dê uma nota de 0 a 10 para o programa Jovem Aprendiz? (RU) *(Responder e pular para bloco 9)*

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

8.5.1 Se indicou nota 6 ou inferior, por quê?

9. TRABALHO ILÍCITOS (Todos respondem)

9.1 Você já levou ou entregou algum tipo de droga ilícita para outra pessoa a pedido de alguém por dinheiro ou para ganhar algo em troca? (RU)

- (1) NÃO (2) SIM

9.2 Você já usou o seu corpo, fez carinho ou qualquer outra coisa a pedido de alguém por dinheiro ou para ganhar algo em troca? (RU)

- (1) NÃO (2) SIM

10. OUTRAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (Todos respondem)

10.1 Você já frequentou ou frequenta algum curso de Idiomas? (RU)

- (1) NÃO (2) SIM, QUAL?

10.1.1 Para quem respondeu SIM, informar o curso que frequenta? (RU)

- (1) Inglês (2) Espanhol (3) Alemão (4) Francês (5) Mandarim (6) Português
- (7) Outra, qual? _____

10.2 Você já frequentou ou frequenta algum outro curso (informática, administrativo, atendimento, etc.)? (RU)

(1) NÃO (2) SIM, QUAL?

10.2.1 Para quem respondeu SIM, informar o curso que frequenta: (RM)

(1) Informativa (2) Curso Técnico (3) Administrativos (4) Curso de costura, bordado, pintura ou outro relacionado (5) Curso de artes (música, teatro e dança) (5) Outro, qual? _____

10.2.2 Se não, por quê? (RU)

(1) Não gosto (2) Meus pais não deixam (3) Não tenho condições financeiras (4) Não tem na escola (5) Não tem perto da minha casa (6) Porque preciso trabalhar (7) Outro. Qual? _____

10.3 Você gostaria de frequentar algum curso? (RU)

(1) NÃO (2) SIM, QUAL?

10.4.1 Se sim, informar qual o curso gostaria de fazer? (RM)

(1) Informativa (2) Curso Técnico (3) Administrativos (4) Curso de idiomas (5) Curso de artes (música, teatro e dança) (5) Outro, qual? _____

11. FAMÍLIA

11.1 Você mora com quem? (RM)

(1) Pai (2) Mãe (3) Padrasto/Madrasta (4) Irmão(a) (5) Avó/Avô (6) Tios (7) Primos (8) outros familiares

11.2 Quem dessas pessoas ajudam no sustento da casa? (RM)

(1) Pai (2) Mãe (3) Padrasto/Madrasta (4) Irmão(a) (4) Avó/Avô (5) Tios (6) Primos (7) outros familiares (8) Eu mesmo(a)

11. INFORMAÇÕES PESSOAIS

12.1 Nome: _____

12.2 Telefone: _____

20. APÊNDICE 03

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO
REDE DE ORIENTAÇÃO SOCIAL E SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DO MUNICÍPIO DE
CONGONHAS
DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO

Data da entrevista: ____ / ____ / ____

Entrevistador: _____

Nome: _____ Idade: ____ anos

Setor da Política em que atua: _____

Profissão: _____

I – TRAJETÓRIA

1.1 Trajetória pessoal

- a) Onde nasceu;
- b) Como era a dinâmica da sua família, quais as memórias marcantes que têm desse período;
- c) Qual a profissão dos seus pais e como isso interferiu para a sua escolha profissional;

1.2 Formação e trajetória profissional

- a) Qual sua formação;
- b) Experiência profissional e como chegou no atual trabalho
- c) Gosta do que faz e de onde trabalha? Principais motivações e dificuldades (salário, infraestrutura, etc.)

II – PERCEPÇÃO QUANTO AO TRABALHO INFANTIL

2.1 Quando ouve a expressão “trabalho infantil”, o que vem a sua mente?

2.2 O que você entende por trabalho infantil? Quais os tipos?

2.3 Na sua opinião, seus colegas de trabalho compartilham da mesma opinião que você sobre o tema?

- a) Abordar colegas do equipamento;
- b) Expandir para a rede de atendimento do Município;

2.4 Você acha que a sociedade – famílias, empresários e comerciantes – se preocupam com essa questão?

2.5 Na sua opinião, existem situações de trabalho infantil no Município?

III – ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO COM RELAÇÃO AO TEMA

3.1 Você já identificou alguma situação de trabalho infantil?

- a) Sabia o que fazer nessa situação?
- b) Qual foi o encaminhamento realizado?
- c) O encaminhamento foi efetivo?

- 3.2 De acordo com as normativas do PETI, no Município já foi instituída uma Comissão de enfrentamento do trabalho infantil?
- a) Na sua opinião, ela é atuante e efetiva? Explicar.
 - b) Quais foram as ações desdobradas pela Comissão?
 - c) Já foram realizadas formações e capacitações para a rede?
- 3.3 Existe alguma orientação ou protocolo de atendimento para trabalho infantil?
- Se sim
- a) Qual?
 - b) É utilizado?
 - c) Ele funciona? Se não, explicar.
- Se não,
- a) Na sua visão, por qual motivo ele ainda não foi implantado?
- 3.4 Em um caso prático, quando identificada uma situação de trabalho infantil, como funciona o trabalho em rede, considerando os principais atores/equipamentos do SGDCA?
- a) Conselho Tutelar; Ministério Público; CRAS/CREAS; Educação; Saúde
 - b) Dentro dessa rede de atuação, onde estão e quais são as principais lacunas?
 - c) Qual o entendimento direcionado para a família dessa criança ou adolescente?
 - d) Há previsão de priorização de atendimento para essas situações?
- 3.5 Para os adolescentes que desejam trabalhar, há números de vagas suficientes nos programas de aprendizagem?
- a) Se não, por quê?
 - b) Na sua concepção, o que poderia ser melhorado na questão do acesso a esses programas?
- 3.6 Observações, comentários e sugestões

Observações do entrevistador:

Observações:

O entrevistador deve seguir os procedimentos para a entrevista face a face, incluindo marcar a entrevista em local que seja mais confortável para o entrevistado; apresentação dos objetivos da pesquisa; garantia de confidencialidade (inclusive “Termo de Confidencialidade Livre e Esclarecido”); posturas gestuais que conduzam ao vínculo e outras variações úteis para manter a atenção do interlocutor.

Sugestão de leitura: Barbot, Janine. “Como conduzir uma entrevista face a face”.



www.painelpesquisas.com.br

Rua: Ibirapuera 705 – Floresta – Joiville/SC

e-mail: atendimento@painelpesquisas.com.br

Tel: (55) 47 3025 5467 Cel: (55) 47 9 9993 1043



IDEALIZAÇÃO:



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

REALIZAÇÃO:

painel
Pesquisas e Consultoria

Uma empresa do grupo 3 Elemento.

FINANCIAMENTO E APOIO INSTITUCIONAL:

